

UNIVERSIDADE FEEVALE
MESTRADO EM DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL

DAISY ECKHARD BONDAN

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: O DESAFIO DE SUA
IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MORRO REUTER**

NOVO HAMBURGO
2016

DAISY ECKHARD BONDAN

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: O DESAFIO DE SUA
IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MORRO REUTER**

Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do título de Mestre em
Diversidade Cultural e Inclusão Social
pela Universidade Feevale.

Orientadora: Prof^a. Dra. Regina de Oliveira Heidrich
Co-orientadora: Prof^a. Dra. Eliana de Moura

Linha de Pesquisa: LINGUAGENS E TECNOLOGIAS

**NOVO HAMBURGO
2016**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Bondan, Daisy Eckhard.

Políticas públicas de inclusão : o desafio de sua implementação no município de Morro Reuter / Daisy Eckhard Bondan. – 2016.

166 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2016.

Inclui bibliografia e apêndice.

“Orientadora: Profª. Drª. Regina de Oliveira Heidrich ; Co-orientadora: Profª. Drª. Eliana de Moura”.

1. Educação inclusiva. 2. Inclusão escolar. 3. Políticas públicas. 4. Aprendizagem. Título.

CDU 376

Bibliotecária responsável: Tatiane de Oliveira Bourscheidt - CRB 10/2012

DAISY ECKHARD BONDAN

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: O DESAFIO DE SUA
IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MORRO REUTER**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale e aprovado em
10/01/2017 pela Banca Examinadora constituída por:

Prof^a. Dr^a. Regina de Oliveira Heidrich (Orientadora)
Universidade Feevale

Prof^a Dra. Helena Sardagna Venites
Universidade UERGS

Prof^a. Dr. Valdir Pedde
Universidade Feevale

Dedico esta dissertação aos meus grandes incentivadores:
minha família e meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Sempre que escrevo, reflito sobre minhas vivências, meus sonhos e minha trajetória de vida. No período do mestrado, passei por momentos de grande inquietude, que serviram para meu crescimento pessoal e profissional. Por esse motivo, tenho que agradecer, primeiramente, a Deus por ter me dado a oportunidade da vida e da convivência com as pessoas que me motivam e me impulsionam para sempre buscar mais: minha família e meus amigos. Juntos somos mais! A realização do mestrado é um degrau rumo ao sonho que traço para a minha vida. Um degrau grandioso e valioso dentro da minha caminhada, que consegui realizar graças à parceria de muitas pessoas especiais que cruzaram e cruzam o meu caminho.

Em segundo lugar, agradeço aos meus pais, Cirio e Suzana, pois, desde o meu nascimento, apostaram em mim como sujeito de possibilidades, frente a tantas dificuldades impostas pela prematuridade. À minha mãe, pessoa que me influenciou na escolha da minha caminhada na educação e na saúde, agradeço por seu trabalho e por sua dedicação exemplar.

Agradeço ao meu marido e companheiro, que sempre me apoiou, incentivou e contribuiu para que eu pudesse realizar meus estudos, dando suporte de pai aos meus filhos.

Agradeço, também, aos meus dois filhos: João Gabriel e Maria Antônia, filhos maravilhosos, que me apoiaram e entenderam os momentos em que precisei me ausentar em prol do estudo e que, a partir do meu exemplo, já traçam um caminho de estudo belíssimo em sua caminhada de vida, regada de muitas leituras!

Aos meus irmãos Rafael e Raquel, à minha cunhada Andrea e ao cunhado Rodrigo, que sempre me apoiaram e me incentivaram a continuar, agradeço por que, quando precisava de uma conversa ou de momentos de descontração, me proporcionavam momentos especiais de cumplicidade, momentos de alegria e companheirismo.

Aos meus sogros Rosani e Cláudio e aos meus cunhados Ana e Fernando, agradeço pelo auxílio e pela parceria nos momentos de “sufoco”.

Agradeço muito à minha orientadora, professora Regina, por ter me auxiliado durante a construção desta dissertação. Também agradeço muito à minha co-

orientadora Eliana pela parceria, pela colaboração e pelas trocas realizadas durante esses dois anos.

Às minhas inesquecíveis colegas Luciane e Márcia, agradeço pela parceria nesse período e pela amizade construída. Aos colegas do município de Morro Reuter, pelas longas conversas, pelo auxílio na busca de materiais e de histórias. Aos amigos e amigas, em especial à Ana Maria, Morgana e Suleika, agradeço pelas conversas, pelos desabafos e pelos posicionamentos tão sinceros e importantes para a minha caminhada. Muito obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o processo de implementação da Educação Especial e Inclusiva entre os anos de 1992 e 2015 na rede municipal de educação de Morro Reuter. Para contextualizar a temática e oferecer subsídio teórico à análise, a pesquisa apresenta um apanhado histórico das concepções de deficiência, discute o cenário das políticas públicas de educação especial no mundo e no Brasil, focando o processo de implementação de políticas públicas. A escolha pela metodologia qualitativa, a que se deu ênfase nesta pesquisa, deve-se à compreensão de que esta, por suas características e por sua forma de abordagem, possibilitaria uma visão mais ampla do fenômeno investigado, pois permite um aprofundamento das dimensões dos contextos histórico, econômico, cultural e social. Esta pesquisa caracterizou-se por uma pesquisa aplicada como um estudo de caso, de caráter descritivo, que utilizou a triangulação de métodos como instrumento de análise. No final da pesquisa, constatou-se que a implementação das Políticas de Educação Inclusiva no município de Morro Reuter, desde sua emancipação até o ano de 2015, perpassam as esferas físicas, pessoais e econômicas. No dia a dia, o desafio da gestão da rede municipal de ensino vai além da legislação e das estruturas físicas: o olhar de cada gestor frente às questões da deficiência é o fio condutor da gestão, pois ele possibilita ou não a implementação efetiva das Políticas Públicas.

Palavras-Chaves: Educação Inclusiva. Gestão Educacional. Pessoa com deficiência. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research has as object of study the process of implementation of Special and Inclusive Education between the years 1992 to 2015, in the municipal school system of Morro Reuter. To contextualize the theme and offer theoretical foundations to the analysis, the research presents a historical overview of the conceptions of physical disability, discusses the setting of the special education public policies in the world and in Brazil, focusing on the process in the implementation of public policies. In order to reach the stated aim, this study has used the qualitative method of research. The choice of qualitative methodology, which has been emphasized in this research, is due to the understanding that, through its characteristics and approach, it would allow a broader view of the investigated phenomenon, since it permits a deepening of the dimensions of the historical, economic, cultural and social contexts. This research is characterized as a case study, of the qualitative type, with a descriptive nature. It is, therefore, an applied research, of a qualitative nature that will use the triangulation of methods as an instrument of analysis. At the end of the research, it was verified that the implementation of Inclusive Education Policies in the city of Morro Reuter, from its emancipation until 2015, passes by the physical, personal and economic spheres. What also interferes with the good progress of the policy and is the everyday challenge of managing the municipal school system, goes beyond legislation and physical structures: the view of each manager on the issues of disability is the guiding thread of management, since this makes it possible or not, the effective implementation of Public Policies.

Keywords: Disabled person. Educational management. Inclusive education. Public Policies.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE	89
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	
Gestores do município de Morro Reuter	92
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES.....	94
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS GESTORES	96

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - DADOS DO CENSO ESCOLAR DE 1997 ATÉ 2015	99
ANEXO B – JORNAL DOIS IRMÃOS 13/11/2000	119
ANEXO C – III SEMINÁRIO MUNICIPAL DE MORRO REUTER	121
ANEXO D – JORNAL DOIS IRMÃOS 25/10/2000	124
ANEXO E – PROJETO DE CRIAÇÃO DO CENTRO MULTIDISCIPLINAR PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS	126
ANEXO F – ADESÃO À SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	135
ANEXO G – RELATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS – MATERIAIS E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE MORRO REUTER.....	138
ANEXO H – JORNAL DOIS IRMÃOS 1/10/2013	140
ANEXO I – PDDE ACESSIBILIDADE DE 2012	143
ANEXO J – PDDE ACESSIBILIDADE DE 2014	145
ANEXO K - IV SEMINÁRIO NACIONAL E VIII SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	150
ANEXO L – V SEMINÁRIO NACIONAL E IX SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	153
ANEXO M – REVISTA NOVA ESCOLA – EDIÇÃO 192, MAIO 2006.....	157
ANEXO N – REVISTA NOVA ESCOLA – OUTUBRO 2006	163

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Mapa de localização do município de Morro Reuter e sua área, adaptado pela autora. Fonte IBGE (2014) e GOOGLE MAPS.....**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 2** – Sociedade | fases referentes às práticas sociais.....24
- Figura 3** – Níveis da gestão educacional.....70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos sujeitos da pesquisa	48
Quadro 2 - Síntese da pesquisa	55
Quadro 3 - Censo desde 97 até 2015.	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O NORMAL E O ANORMAL EM DIFERENTES ÉPOCAS	19
2.1 O SUJEITO COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA.....	19
2.2 DESIGUALDADES: INCLUSÃO X EXCLUSÃO	23
3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	26
3.1 DA ESCOLA ESPECIAL À INCLUSÃO.....	26
4 POLÍTICAS PÚBLICAS: NECESSIDADE X CONSTRUÇÃO	37
5 INVESTIGAÇÃO REALIZADA	42
5.1 OBJETO DE ESTUDO	43
5.2 QUESTÃO DE PESQUISA.....	43
5.3 OBJETIVOS	44
5.4 PROPOSTAS METODOLÓGICAS	44
5.4.1 Município de Morro Reuter	46
5.4.2 Participantes da Pesquisa	47
5.4.3 Instrumentos.....	49
6 DISCUSSÃO E ANÁLISE	53
6.1 ETAPA DA PRÉ-ANÁLISE	53
6.2 ETAPA DE EXPLORAÇÃO E ANÁLISE DO MATERIAL	54
6.3 CAMINHO A SEGUIR	54
6.3.1 CATEGORIA 1: Movimento da Educação para a Inclusão na visão dos Gestores.....	56
6.3.2 CATEGORIA 2: O Papel do Gestor na Implementação da Educação Inclusiva.....	68
6.3.3 CATEGORIA 3: O Imprescindível para a Implementação da Educação Inclusiva.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICES	88
ANEXOS	98

1 INTRODUÇÃO

Tomar a visão histórica do lugar do sujeito com deficiência na sociedade e refletir sobre os diferentes olhares para esses sujeitos até os dias atuais, leva a compreender a necessidade da implementação das políticas públicas educativas e à compreensão do caminho escolhido pelo município de Morro Reuter para essa implementação.

Até os anos de 1990, as políticas públicas de educação especial tinham um caráter assistencial e terapêutico, porém, a partir dessa década, a educação especial transformou-se, passando a ser vista como uma modalidade de ensino. Nesse sentido, o Estado, preocupado com essa nova demanda educacional, estabeleceu regras de efetivação de uma escola para todos, em que leis, decretos e portarias foram complementando a efetivação da nova modalidade de ensino.

A partir da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL 2008), que foi elaborada por um Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, e prorrogado pela Portaria nº 948, de 9 de outubro de 2007, começaram a surgir algumas possibilidades para que os sujeitos com deficiência frequentassem as escolas regulares e, mesmo que lentamente, pudessem construir, juntamente com os demais, uma eficiência do aprendizado de todos os sujeitos, de forma significativa, tentando alcançar, assim, uma escola e uma sociedade mais inclusiva, respeitando a diversidade.

A perspectiva da 'educação para todos' que vem dando suporte a essas políticas educacionais tem colocado, no meio acadêmico-científico, o desafio de problematizar, analisar e teorizar concepções, políticas e práticas educativas dirigidas ao acesso escolar e à permanência de todos na escola, nos mais diferentes níveis e modalidades de ensino. Comprometidos com uma perspectiva de educação que propicie efetivamente o acesso por parte de todos aos conhecimentos produzidos na história da humanidade, estudos sobre o tema tem focado a análise de aspectos como: as políticas educacionais implementadas, o currículo, as práticas educativas e a formação de professores (PADILHA; OLIVEIRA, 2013, p.13).

Dados do Censo da Educação Básica (MEC/INEP/PNEE, na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008) mostram que o número de crianças com deficiência matriculadas em escolas comuns vem crescendo muito. Entre 1998 e 2006, houve um aumento de 640% no que se refere ao ingresso de alunos nas classes comuns

de ensino regular. Já entre 2009 e 2014, conforme mostra o levantamento feito pelo Movimento Todos pela Educação para o observatório do Plano Nacional de Educação (PNE)¹, o crescimento foi de 38,6%. Nessa perspectiva, este trabalho é importante porque propõe uma reflexão que poderá contribuir para uma futura transformação da realidade em que vivemos.

Este estudo está inserido na linha de pesquisa “Linguagens e Tecnologias”, do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, que busca estudos para a sustentação de um campo de conhecimento interdisciplinar. A diversidade, sob o ponto de vista da inclusão, traz para discussão as interfaces entre Estado, movimentos sociais, políticas públicas e inclusão social, além dos processos de homogeneização e heterogeneização culturais, que são características das sociedades contemporâneas.

Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como ocorreu o processo de implementação das políticas públicas de educação especial, desde o ano de 1992 – ano de emancipação do município - até o ano de 2015 na rede municipal de ensino de Morro Reuter.

A problemática desta pesquisa focaliza-se em averiguar como a inclusão escolar, no decorrer dos anos, foi sendo implementada na rede municipal de ensino do município de Morro Reuter. Essa proposição serviu como base para elencar os objetivos específicos deste trabalho: situar o lugar da pessoa com deficiência no decorrer da história da humanidade, para conhecer as diferentes formas de olhar esses sujeitos nos dias atuais; pesquisar com os gestores municipais as diversas fases da implementação da educação especial em Morro Reuter e analisar como o município implementou o sistema educacional com os recursos advindos das políticas públicas.

Para a realização deste estudo, a pesquisadora escolheu o município de Morro Reuter por já estar inserida há, aproximadamente, dezesseis anos nessa comunidade e por já ter realizado lá atividades profissionais em diferentes áreas da educação, como ter sido coordenadora do “Espaço para Descobrir-se”, professora

¹ O Observatório do PNE (www.observatoriodopne.org.br), iniciativa de 21 organizações ligadas à Educação, sob a coordenação do Todos Pela Educação, é uma plataforma online que tem como objetivo monitorar os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de suas respectivas estratégias e oferecer análises sobre as políticas públicas educacionais já existentes e que serão implementadas ao longo dos dez anos de vigência do Plano. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/33768/matriculas-de-alunos-com-deficiencia-na-educacao-cresceram-386-em-5-anos/>>. Acesso em 15 de dezembro de 2016.

de educação infantil e anos iniciais, diretora de escola, o profissional do NAC (Núcleo de Atendimento Clínico) e profissional responsável pela inclusão e pelas salas de atendimento educacional especializado, o que a levou a perceber diferentes aspectos e mudanças ocorridas nesse período.

A cidade de Morro Reuter, que foi colonizada, predominantemente, por imigrantes alemães, localiza-se a 60 km de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, como pode ser visto na Figura 1.

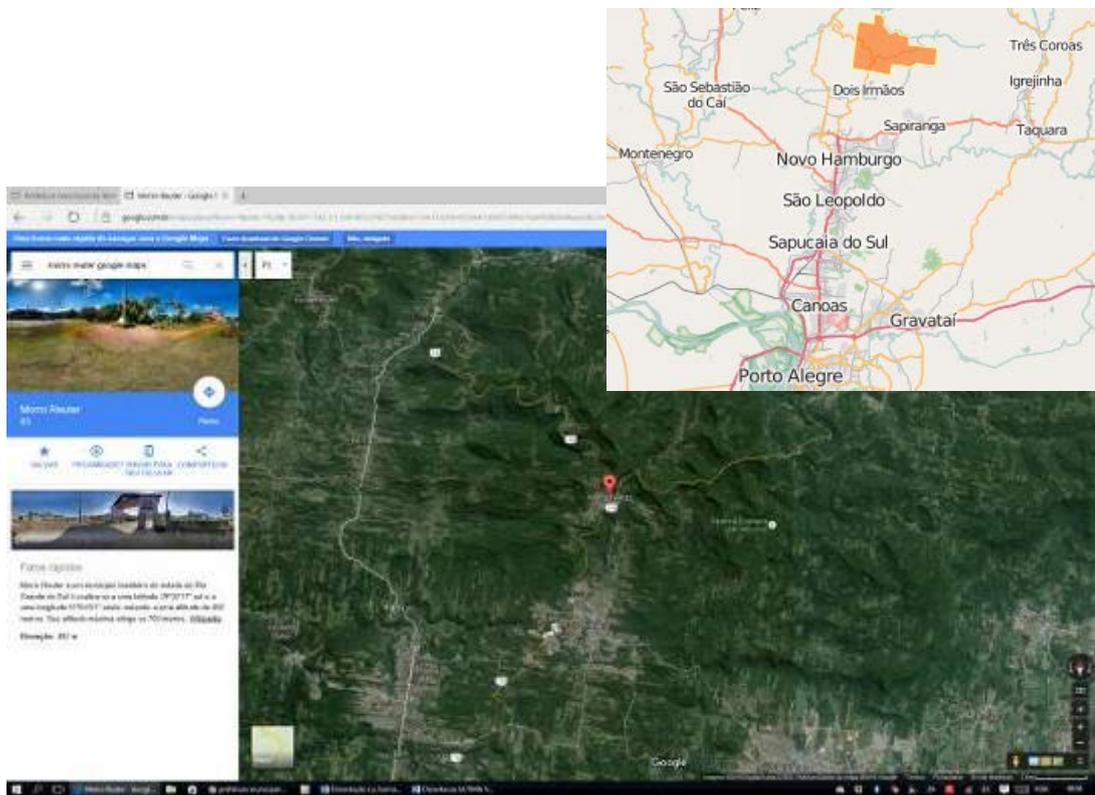


Figura 1 – Mapa de localização do município de Morro Reuter, adaptado pela autora
Fonte IBGE (2014) e GOOGLE MAPS

Morro Reuter tornou-se município em 20 de março de 1992, pela lei estadual nº 9.583. A cidade possui uma área total de 87,641 Km² e é formada pelas localidades: Centro, Birckenthal, Picada São Paulo, São José do Herval, Walachai, Fazenda Padre Eterno, Linha Cristo Rei, Batatenthal, Muckenthal, Franckenthal e Recanto das Flores (Antiga Linha Quatro Cantos). Sua economia está baseada em lavouras, na exploração da acácia-negra, em fábricas e ateliês de calçados, em frigoríficos e em aviários de grande porte. Conforme o censo de 2010, a população

total do município era de 5.676 habitantes e com a previsão de atingir, em 2014, 6.056 habitantes, dos quais, 70% concentram-se na zona urbana e 30% na zona rural.

A realização desta pesquisa justifica-se por trazer contribuições para o município, a partir de uma apreciação crítica da realidade encontrada, o que poderá servir como objeto de estudo para o serviço hoje oferecido pela Secretaria Municipal de Educação.

O presente trabalho divide-se em duas partes, uma constituída de um levantamento bibliográfico (capítulos 2, 3 e 4) e outra que compreende a coleta e análise de dados, o questionário com gestores e o estudo de documentos oficiais do município (capítulos 5 e 6). A perspectiva metodológica adotada para a realização da investigação foi a pesquisa qualitativa, através da triangulação de dados, porque ela proporciona um processo de comparação entre dados provenientes de fontes distintas, com a intenção de tornar mais convincentes e precisas as informações obtidas.

A realização desta pesquisa deu-se com base em dois conceitos balizadores: gestão e política inclusiva e foi organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo compreende a Introdução. O segundo, “O normal e o anormal em diferentes épocas”, revisita os períodos históricos e sua forma de olhar a pessoa com deficiência no mundo e foi dividido em duas partes: a primeira delas apresenta o olhar sobre o sujeito com deficiência nas diferentes épocas da história da humanidade e a segunda, retrata o entendimento e o reconhecimento da diferença. O terceiro capítulo, “História da Educação Especial no Brasil”, traz a trajetória das políticas educacionais para a educação especial no Brasil. No quarto capítulo, “Políticas Públicas: necessidade X construção”, busca-se refletir sobre a compreensão do processo de desenvolvimento de uma política com o propósito de oferecer subsídios à análise feita posteriormente. O quinto capítulo, “A investigação realizada”, descreve a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, apresenta os participantes, o instrumento, a organização e a análise dos dados. O capítulo possibilita compreender como os propósitos da pesquisa foram construídos e qual o caminho percorrido. O sexto capítulo, “Discussão e Análise”, tem por objetivo apresentar e compreender o universo estudado por meio da triangulação de dados, que foi dividida em três categorias de análise: 1) Movimento da educação para a inclusão na visão dos gestores; 2) O papel do gestor na implementação da

educação inclusiva; 3) O imprescindível para a implementação da educação inclusiva.

Nas “Considerações Finais”, construídas a partir de constatações empíricas e de reflexões teóricas realizadas no decorrer da pesquisa, reflete-se sobre ideias, possibilidades, limitações e avanços observados no processo de implementação das políticas públicas em Morro Reuter, desde a emancipação do município. O intuito da pesquisadora é apresentar algumas considerações sobre o objeto investigado, a fim de contribuir com o entendimento de como a política de educação inclusiva foi se efetivando na prática nessa cidade.

2 O NORMAL E O ANORMAL EM DIFERENTES ÉPOCAS

Neste capítulo, busca-se revisitar os períodos históricos e a forma de olhar a pessoa com deficiência no mundo em cada um desses períodos.

2.1 O SUJEITO COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA

Para falar sobre sujeitos com deficiência, é preciso voltar na história e refletir sobre as diferentes formas de olhar para esses sujeitos a fim de poder pensar a atualidade.

Conforme Bartalotti (2006, p. 41), na Antiguidade e na Idade Média, predominava a ideia de que sujeitos com alguma deformidade não pertenciam à raça humana, porque a deficiência era vista como algo sobrenatural ou como uma possessão demoníaca, por isso as pessoas com deficiência precisavam ser eliminadas por meio do sacrifício de suas vidas ou, então, deviam ser banidas da sociedade.

Na Grécia Antiga, o ideal de adulto saudável estava relacionado à atuação militar, à representação da saúde, da estética e da beleza e ao êxito nos jogos, conforme Giles (2002, apud SILVA, 2012). Práticas de abandono e negligência eram comuns nessa época, quando os pais percebiam que a criança não seria um adulto que lhes traria orgulho. Em função disso,

[...] as crianças com deficiências físicas ou mentais nascidas em Esparta eram eliminadas ou abandonadas, já que eram consideradas subumanas. Dessa forma, antes mesmo de ficarem sob os cuidados dos familiares, em Esparta, as crianças passavam por uma inspeção do Estado para que se verificasse se elas eram sadias e fortes. Após a inspeção, as crianças consideradas doentes, frágeis ou deficientes eram abandonadas até a morte (PESSOTTI, 1984, apud SILVA, 2012, p. 15).

Na Idade Média, esse quadro de abandono foi sendo substituído, aos poucos, pela propagação do cristianismo, que trouxe a ideia de que todos são filhos de Deus. Assim, como filhos de Deus, todos deveriam ser aceitos e amados, o que fez surgir os primeiros espaços assistenciais, sob orientação da Igreja, para o acolhimento dessas pessoas. Segundo Bartalotti (2006, p.42), no Renascimento, com o “início do período das chamadas concepções científicas sobre a deficiência; não era mais nos deuses que estava sua explicação, mas sim no corpo da pessoa; não eram mais

possessos, mas sim doentes”. A partir dessa concepção, foram elaborados os primeiros tratados que tentavam “localizar no corpo do homem a razão dos seus males” (BARTALOTTI, 2006, p. 42). Dessa forma, o lugar da deficiência mudou, passando-se da possessão à doença.

No decorrer do século XIX, os “entra e sai” em Paris ainda ocorriam. “Criaturas” com deformidades eram exibidas em praças e em parques de diversão, de acordo com Miranda (2015), como a moça-macaco da Albânia, os irmãos Tocci, o homem-elefante entre outros. Esses espetáculos circulavam nas grandes cidades da França, da Itália, da Áustria e da Suíça.

O ponto máximo da *exibição do anormal* deu-se em torno do ano de 1880. Foi nessas exposições das “diferenças, estranhezas, deformidades, enfermidade, mutilações, monstruosidades do corpo humano como suporte essencial de espetáculos” que se experimentaram, segundo Courtine (2011, p.256), “as primeiras formas da indústria moderna da diversão de massa”.

No ano de 1841, Phineas Taylor Barnum fundou o museu American Museum, em Manhattan, o qual se tornou, até 1868, a maior atração da cidade e do país inteiro. Esse espaço transformou-se em um centro de lazer que, além da exibição dos monstros humanos, oferecia conferências, espetáculos de magia entre outras atrações. Barnum tornou-se o pioneiro do espetáculo, um precursor dos “efeitos especiais” e das formas modernas da publicidade, transformando o mercado da indústria da diversão em massa.

Esses espetáculos, assim como o comércio dos “monstros”, “muito longe de serem atividades ambíguas ou marginais, serviram de campo de experimentação para a indústria da diversão de massa na América do Norte – e em proporção menor na Europa – do final do século XIX” (COURTINE, 2011, p.268).

Da segunda metade do século XIX até o início do século XX, “os monstros” eram apresentados nos palcos dos teatros, em peças especialmente criadas para eles, e, no final, eram vendidos cartões postais.

De acordo com Courtine (2011, p. 283),

[...] a apresentação do monstro rompe, aqui, com as ficções selvagens, os devaneios exóticos ou as fantasmagorias principescas: o uso das convenções do retrato de estúdio vai se tornar cada vez mais frequente na exibição fotográfica das deformidades no decorrer das duas últimas décadas do século XIX e das duas primeiras do seguinte. Este é um dos sinais do desejo de normalização das monstruosidades humanas: fazer a sua inscrição no quadro banal que acolhe na maioria das vezes a imagem

dos indivíduos ordinários. É terrivelmente paradoxal, no entanto, ver transformar os monstros em indivíduos iguais aos outros. Muito longe de obedecer às leis de um gênero, o corpo monstruoso contamina a ordem das coisas e não demora a tornar estranho o mais familiar dos cenários.

Em 1883, a exibição dos monstros ao público, aos poucos, foi sendo proibida. Eles foram recolhidos para espaços médicos para investigação científica, como no caso do homem-elefante, que, após vagar no norte da Europa, foi recolhido pelo médico Treves, para o Hospital Geral de Londres. Assim terminou a história dos monstros humanos.

Como uma nova parte dessa história, surgiram estudos científicos baseados na embriogenia e na anatomia comparada e, assim, o saber médico colocou-se para além do corpo do monstro, fazendo dele um tema da medicina legal.

A teratologia, consoante Courtine (2011, p. 294-5),

constituiu um avanço crucial, no conhecimento do ser vivo, pelo fato de ter mostrado pertencerem à espécie humana certas formas de vida que pareciam manifestar diante dela a mais irreduzível alteridade. Sua lição é clara e simples: o corpo monstruoso é um corpo humano [...] No entanto, os feitos da invenção da teratologia só muito lentamente se fizeram sentir no domínio do direito. Foi necessário, para tanto, arrancar a monstruosidade de um universo de exclusão radical e de crueldades arcaicas, confirmado pela lei.

Ao entrar como tema médico, surgiu, entre as classes média e alta, uma comoção pelas pessoas denominadas, na época, de monstros, de modo a lhes proverem doações e fazendo uma economia da compaixão para as instituições assistenciais do Estado. Isso porque a sociedade se viu em dívida com esses sujeitos e, em função disso, criou-se a cultura médica e social da reparação (*handicap*²). Dessa forma, de acordo com Courtine (2011, p. 335),

as sociedades democráticas de massa quiseram transformar o corpo anormal em corpo ordinário. Tornaram-se deste modo o campo de um conflito entre razão política e visão singular: a primeira, requer que se tratem de modo igual os indivíduos, seja qual for a sua aparência, enquanto, a segunda, registra a perturbação do olhar diante dos desvios do corpo. [...] - o discurso da readaptação, as tecnologias médicas de restauração protética, o arsenal dos regulamentos e das leis, a multiplicação dos serviços especializados -, só conseguiram chegar a uma eliminação paradoxal do estigma corporal, simultaneamente percebido e apagado, lembrado e negado, reconhecido e recalçado.

² O termo *handicap* é um termo inglês que significa *vantagem ou desvantagem* ou o *ato de dar vantagem ou desvantagem*. Pode também significar *obstáculo* ou *incapacidade*.

A partir desse momento, a sociedade passou a perceber o anormal, porém, ao mesmo tempo, deixava-o em um espaço de reparação, tentando trazer o anormal para a norma imposta pela sociedade e, assim, fazendo-o passar despercebido. No final do século XVII e início do século XIX, todavia, segundo Jiménez (1993 apud STOBÄUS; MOSQUERA, 2003 p. 17),

se inicia nos países escandinavos e na América do Norte o período de institucionalização especializada das pessoas com deficiências e, a partir daí, surge a Educação Especial. A sociedade toma consciência da necessidade de atender essas pessoas, mais com caráter assistencial que educativo. A assistência era proporcionada em centros, na qual pessoas com deficiências eram atendidas e, assim, a sociedade era protegida do contato com os anormais.

No século XX, surgiu uma nova vertente de estudo, que concebia a necessidade de um novo olhar para as pessoas com deficiência até então segregadas. Começaram a surgir pesquisas nas áreas da psicologia, da educação e da sociologia e novos estudos sobre “as causas das deficiências, a influência do meio social, das oportunidades de convivência, da educação, no desenvolvimento humano, em geral, e no das deficiências em particular” (BARTALOTTI, 2006 p.43).

Dessa forma,

os pesquisadores, além de estudarem as causas das deficiências, passam também a estudar a influência do meio social, das oportunidades de convivência, da educação, no desenvolvimento humano em geral, e no das pessoas com deficiências em particular (BARTALOTTI, 2006, p. 43).

Ao pensar no outro, reflete-se sobre as semelhanças e diferenças, o normal e o anormal que ele representa. Os “parâmetros” trazem o que socialmente remete a modelos pré-estabelecidos. Conforme Amaral (2008, apud BARTALOTTI, 2006, p.26-7), são três os parâmetros

[...] utilizados para definir diferenças tidas como significativas, ou seja, determinantes da ‘anormalidade’. O primeiro deles seria o critério estatístico, que está diretamente ligado ao conceito matemático de norma, ou seja, à constatação daquilo que seria característico da maioria das pessoas frente ao fator pesquisado. [...] O segundo critério para determinação da diferença significativa seria o anatômico/estrutural (ou estrutural/funcional), que se refere tanto à integridade da forma, quanto à competência da função. [...] O terceiro critério seria o que Amaral (1998) chama de ‘tipo ideal’. Este é o critério mais impregnado de crenças, valores, ideologia. Corresponde à comparação de uma pessoa (ou grupo de pessoas) com um padrão definido como ‘ideal’ pelo grupo dominante.

Conforme Goffman (1988), o estigma faz do sujeito “coisa” porque, quando se fala “deficiência”, que é um substantivo, e a ela atribui um valor de incapacidade, a deficiência passa a ser uma qualidade negativa ou depreciativa.

Nesse período da história, entretanto, ainda não se tinha uma compreensão ampla sobre o tema da deficiência, mas iniciava-se um estudo que ultrapassou o tempo e ainda permanece atual.

2.2 DESIGUALDADES: INCLUSÃO X EXCLUSÃO

As diferenças, convertidas em assimetrias e desigualdades que se estruturaram ao longo da história, exigem considerar o esforço para que se trate com clareza a tensão entre a universalidade do conhecimento e as condições particulares de produção e enunciação dos saberes. Ou seja, os processos de inclusão pressupõem o reconhecimento das diferenças, não com o intuito de aplacá-las, mas de buscar a compatibilidade entre as diversas ordens de experiências, evidenciando aproximações e enriquecimentos recíprocos. A “educação de qualidade para todos é um novo paradigma, de pensamento e de ação, no sentido de ter como ideal uma sociedade na qual a diversidade seja mais norma do que exceção”, conforme Ferreira e Guimarães (2003, p. 44).

De acordo com Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 67), existem pelo menos duas maneiras distintas de ver a deficiência:

a primeira a entende como uma manifestação da diversidade humana. Um corpo com impedimentos é o de alguém que vivencia impedimentos de ordem física, intelectual ou sensorial. Mas são as barreiras sociais que, ao ignorar os corpos com impedimentos, provocam a experiência da desigualdade. A opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas resultado de sociedades não inclusivas. Já a segunda forma de entender a deficiência sustenta que ela é uma desvantagem natural, devendo os esforços se concentrarem em reparar os impedimentos corporais, a fim de garantir a todas as pessoas um padrão de funcionamento típico à espécie. Nesse movimento interpretativo, os impedimentos corporais são classificados como indesejáveis e não simplesmente como uma expressão neutra da diversidade humana, tal como se deve entender a diversidade racial, geracional ou de gênero. Por isso, o corpo com impedimentos deve se submeter à metamorfose para a normalidade, seja pela reabilitação, pela genética ou por práticas educacionais.

Avanços importantes foram dados nos últimos anos na direção do reconhecimento da diferença e em sua articulação com concepções de

aprofundamento da cidadania e da democracia e com demandas distributivas. Segundo Burity (2006, p.55),

[...] setores da sociedade civil abriram-se aos debates sobre a diferença e procuraram traduzi-los em iniciativas políticas concretas, temáticas, abordagens e propostas naquela direção foram sendo lançadas ao Estado e a outros setores da sociedade; [...] o Estado tornou-se mais poroso, pela eleição de representantes ao executivo e legislativo sensíveis às demandas populares ou pelo acesso de servidores às funções administrativas e técnicas sem as mediações clientelísticas tradicionais e as perspectivas pós-estruturalistas (1960) assumiram com força a importância da linguagem, da produção de sentido, do simbólico, do discurso, para a constituição e transformação da realidade social.

Entre o fim dos anos 1950 e o começo dos anos 1980, o *handicap* foi reorganizado, a fim de propor a reintegração das pessoas com deficiência na sociedade, porém ainda sob a forma de segregação. As pessoas com deficiência passaram da posição de monstros para a posição de incapazes, sendo assim institucionalizadas para o cuidado e reabilitação em centros e instituições que se especializavam em vários tipos de deficiência, para atendimento desse público que era, então, segregado da sociedade.

A sociedade, ao longo do tempo e nas diferentes culturas, atravessou diferentes fases no que tange às práticas sociais, como mostra a Figura 2, destacada do livro de Baptista (2015, p.76).

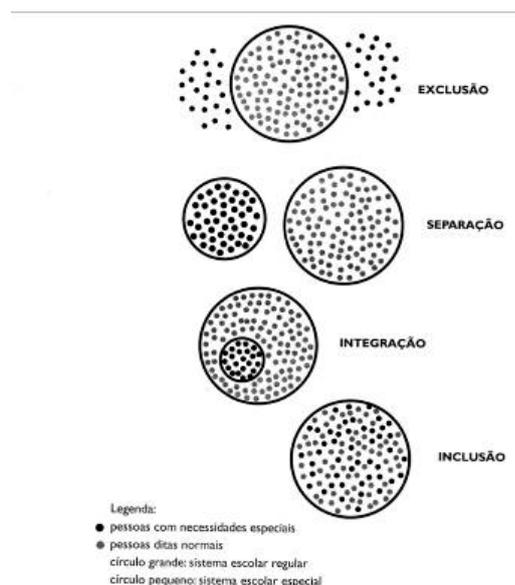


Figura 2 – Sociedade | fases, referentes às práticas sociais

Fonte: Baptista (2015, p. 76)

Essa figura retrata diferentes fases de diferentes épocas da história e remonta a uma trajetória que se iniciou com a exclusão das pessoas com deficiência do meio social, por não estarem de acordo com o que a regra estabelecia como “normal”. Na fase seguinte, as pessoas com deficiência começaram a circular na sociedade, porém separadas das demais. Em instituições, desenvolveu-se o atendimento segregado, buscando a reabilitação. Com o passar do tempo, essas pessoas passaram a ser integradas nos grupos sociais, mas precisavam se adaptar ao espaço já estabelecido. O espaço não sofria modificação para recebê-las. Na última fase, vê-se a representação da busca da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, através de práticas que aproximem as pessoas, sem estigmatizá-las, dando espaço para as singularidades. De acordo com Ferreira e Guimarães (2003, p.44), “quando as escolas não excluïrem mais ninguém, independentemente de suas condições físicas, psíquicas, econômicas e outras, a diversidade será respeitada e promovida como um valor na sociedade”.

3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

3.1 DA ESCOLA ESPECIAL À INCLUSÃO

Este capítulo traz a trajetória das políticas educacionais para a educação especial no Brasil.

No Brasil, a partir da Primeira Constituição, de 1824, já estava assegurado o direito das pessoas com deficiência à educação, isso ocorria, porém, de forma segregada em espaços de institucionalização, de acordo com diferentes tipos de deficiência. Em 1857, quando o Brasil apresentava um crescimento econômico e certa estabilização do poder imperial, em função da influência de ideias advindas da França, alguns brasileiros começaram a organizar serviços voltados para as pessoas com deficiências diversas, de forma isolada.

De acordo com Januzzi (2004, apud SILVA, 2012, p. 24-5), contudo,

[...] assim como a instrução pública primária, a educação das pessoas com deficiência não foi considerada importante [...]. Como as escolas eram escassas e de pouca qualidade, ela não exerceu papel de identificadora de deficientes. Em uma sociedade pouco urbanizada e pouco aparelhada, cuja população era em sua maior parte iletrada, as pessoas com deficiência realizavam a maior parte das tarefas assim como as demais pessoas sem grandes problemas. Apenas crianças com deficiências mais severas chamavam a atenção e eram colocadas em instituições.

Na República, era privilegiado o atendimento aos cegos e surdos em instituições especializadas. Após 1920, surgiu um número maior de instituições especializadas que utilizavam duas vertentes pedagógicas: a vertente médico-pedagógica e a vertente psicopedagógica, cujos diagnósticos ainda eram subordinados ao médico.

De acordo com Silva (2012, p.28),

[...] na vertente médico-pedagógica, as decisões, tanto relacionadas com o diagnóstico quanto com as práticas escolares são subordinadas ao médico. [...] na vertente psicopedagógica, há maior ênfase nos princípios psicológicos, embora o papel do médico ainda seja importante.

Em 1926, foi criada, na cidade de Porto Alegre, a Sociedade Pestalozzi. Outras associações, entre as quais a Santa Casa de Misericórdia, organizadas pela sociedade e dedicadas às pessoas com deficiência, foram implantadas na década de 1930, junto aos hospitais e às escolas regulares.

Por volta de 1950, surgiram os institutos pedagógicos e os centros de reabilitação particulares, entre eles, a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), que visava habilitar e reabilitar crianças e jovens com deficiência para integrá-los à sociedade, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1954.

Em 1960, o Brasil viveu seu momento de “milagre econômico”, que foi caracterizado por um conjunto de medidas políticas e econômicas implementadas, que trouxeram um cenário favorável ao desenvolvimento. Nessa época, segundo Januzzi (2004, apud SILVA, 2012, p. 33), “a escola tinha um compromisso educativo, mas que estava atrelado ao desenvolvimento econômico do país”, dessa forma, não favorecia a oportunidade de trabalho às pessoas com deficiência, porque não acreditava em sua capacidade de poder gerar recursos financeiros.

No final da década de 1960, surgiu o modelo de segregação, através das escolas especiais. Esse modelo buscava demonstrar um empenho da sociedade na resolução de problemas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 4.024/61, segundo Silva (2012), aborda, de forma explícita, a questão das pessoas com deficiência, em dois artigos:

Art. 88. [...] A educação de excepcionais deve, no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda a iniciativa privada, considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo e subvenções [...] (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1961, p.40).

Nos anos 70, segundo Mantoan (2005b), o acesso de pessoas com deficiência à escolaridade foi ampliada em todo o mundo ocidental. Dessa forma, os países tiveram de dar mais atenção à educação especial, de modo a garantir às crianças com necessidades educacionais especiais³ um processo educativo adaptado para suas particularidades. Nesse período, iniciou a categorização e a classificação de deficientes mentais, por meio dos testes de QI, criados por Binet.

³ O conceito de necessidades educacionais especiais remete às dificuldades de aprendizagem e também aos recursos educacionais necessários para atender essas necessidades e evitar dificuldades (STOBÄUS; MOSQUERA, 2003 p. 20).

O conceito de integração educativa surgiu nos anos 80, propondo às crianças com deficiência um ensino, tanto quanto fosse possível, próximo ao da escola regular.

Assim, nos últimos cem anos, verificou-se um processo dolorosamente lento de integração e participação das crianças com deficiência nas escolas regulares. O que fica evidente, todavia, é que a educação especial passou, no final do século XX e início do século XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças.

Segundo Campbell e Oliver (1996 apud MITTLER, 2003, p. 26),

o modelo social da deficiência baseia-se na proposição de que as suas instituições é que são opressivas, discriminatórias e incapacitantes e que a atenção, portanto, precisa estar direcionada para a remoção dos obstáculos existentes à participação das pessoas portadoras de deficiências na vida em sociedade e para a mudança institucional, ou seja, para a mudança de regulamentos e de atitudes que criam e mantêm a exclusão.

O início do processo da “Educação para todos” deu-se a partir da Constituição da República, em 1988, que buscou o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e o direito de todos à escola.

No artigo 208, inciso III, a Constituição faz referência ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, quando declara que o dever do Estado em garantir a educação será efetivado mediante “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Após a Constituição Federal, em 1989, foi aprovada a LEI Nº 7.853/89, que define “como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir matrícula de estudante por causa de sua deficiência. A pena pode variar de um a quatro anos de prisão”.

Em 1990, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos discutiu e trouxe para reflexão a questão da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

Assim, a partir da Declaração de Salamanca (1994), embora sem efeito de lei, refletiu-se sobre a necessidade de as crianças excluídas da escola por diversos motivos de saúde física ou emocional receberem atendimento especializado.

Nessa declaração, foi dada a orientação para que todas as escolas forneçam a educação inclusiva, considerado “o meio mais eficaz para o combate às atitudes

discriminatórias”, propiciando a inclusão de pessoas com deficiências. Segundo essa mesma declaração,

as escolas regulares, com orientação para a educação inclusiva, são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.9).

Em 1996, a Lei Nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), disciplinou a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias. Com isso, possibilitou o compromisso com a formação do cidadão, apontando que a educação especial perpassa todos os níveis e modalidades da educação. Esse princípio advoga “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Lei Nº 9.394/96, em seu Capítulo V, da Educação Especial, art. 58, entende “por educação especial, para os efeitos da Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Já no Parágrafo §1º, afirma que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”.

No Parágrafo §2º, diz que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular.

No artigo 59, essa lei assegura aos educandos com necessidades especiais as adaptações necessárias para sua aprendizagem, delegando às escolas a necessidade de realizarem essas adaptações e não mais exigindo do próprio aluno a adaptação à escola.

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua

efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996).

O Decreto Nº 3.298, de 1999, regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências. Sobre o acesso à educação, o texto afirma que a educação especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento do ensino regular.

Na Resolução CNE/CEB, de 2001, o texto do Conselho Nacional de Educação (CNE) institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

[...] Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

O documento coloca, porém, como possibilidade, a substituição do ensino regular pelo atendimento especializado. Considera, ainda, que o atendimento escolar dos alunos com deficiência tem início na educação infantil, “assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado”.

No decorrer desse processo de integração, percebeu-se, contudo, que a prática da integração social tradicional não estava conseguindo dar conta de acabar com a discriminação e estava sendo pouco efetiva para a participação dessa parcela da sociedade, tanto para a sua participação plena quanto para a igualdade de direitos. Na integração, o sujeito com deficiência era inserido desde que ele estivesse apto a superar as barreiras, exigindo assim um esforço unilateral da pessoa com deficiência, de sua família e das instituições de caridade. Esse modelo de integração ainda trazia consigo muito do modelo médico. Conforme Sasaki (2010, p.33-4),

hoje entendemos que a tão almejada, a tão defendida prática da integração social ocorria e ainda ocorre de três formas:

1. Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa comum, do clube comum etc.
2. Pela inserção daquelas pessoas com deficiência que necessitavam ou necessitam alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas sem deficiência.
3. Pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: escola especial junto à comunidade; classe especial numa escola comum; setor separado dentro de uma empresa comum; horário exclusivo para pessoas com deficiência num clube comum etc. Esta forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, refere que, no âmbito da Educação Inclusiva, o PDE trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.

Já no Decreto Nº 6.094/07, o texto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC. Ao destacar o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, o documento reforça sua inclusão d no sistema público de ensino.

Dando continuidade ao novo processo educacional proposto pelo Governo, ainda em 2007, foi elaborada uma Portaria Normativa de Nº 13/07, a qual dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. A implantação dessas salas integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

Na busca de uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, foi elaborado um documento pelo Grupo de Trabalho Nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, em 5 de Junho de 2007, que declara que

o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, MEC/SEESP, 2007).

A partir de 2008, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, foi homologada e possibilitou as crianças com deficiência frequentarem as escolas regulares, com o auxílio das salas de atendimento educacional especializado, promovendo um novo olhar para a inclusão e iniciando, assim, uma reestruturação da instituição escolar, mesmo que lentamente, para a eficiência do aprendizado de todos os sujeitos de forma significativa.

A implantação dessas salas integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, conforme Documento Orientador Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, que foi instituído pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI.

Apoiar a organização da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva; Assegurar o pleno acesso dos estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais estudantes; Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino; Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar (DOCUMENTO ORIENTADOR PROGRAMA IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS 2010, p.9).

Para atingir tais objetivos, o mesmo documento refere que realiza as seguintes ações:

aquisição dos recursos que compõem as salas; Informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados; Monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas; Orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE; Cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas; Promoção da formação continuada de professores para atuação no AEE; Publicação dos termos de Doação; Atualização das salas de recursos multifuncionais implantadas pelo Programa; Apoio financeiro, por meio do PDDE Escola Acessível, para adequação arquitetônica, tendo em vista a promoção de acessibilidade nas escolas, com salas implantadas (DOCUMENTO ORIENTADOR PROGRAMA IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS 2010, p.9).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) veio para garantir a efetivação das práticas de atendimento educacional especializado para os sujeitos com deficiências nas redes públicas de ensino.

A Nota Técnica da SEESP/GAB nº 11/10 trouxe orientações para a Institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Salas de Recursos Multifuncionais implantadas nas escolas comuns.

A Nota Técnica Nº 19/2010/MEC/SEESP/GAB, de 08 de setembro de 2010, refere sobre os profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Segundo essa nota,

as atividades de profissional tradutor e intérprete de Libras e de guia-intérprete para alunos surdocegos seguem regulamentação própria, devendo ser orientada sua atuação na escola pela educação especial, em articulação com o ensino comum.

Os profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação, prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência.

A demanda de um profissional de apoio se justifica, quando a necessidade específica do estudante público alvo da educação especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes.

Em caso de educando que requer um profissional “acompanhante” em razão de histórico segregado, cabe à escola favorecer o desenvolvimento dos processos pessoais e sociais para a autonomia, avaliando, juntamente com a família, a possibilidade gradativa de retirar esse profissional.

Não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas, ao aluno, público alvo da educação especial, e nem responsabilizar-se pelo ensino deste aluno.

O profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno, público alvo da educação especial, da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola.

Os demais profissionais de apoio que atuam no âmbito geral da escola, como auxiliar na educação infantil, nas atividades de pátio, na segurança, na alimentação, entre outras atividades, devem ser orientados quanto à observação para colaborar com o atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes (NOTA TÉCNICA Nº 19/2010/MEC/SEESP/GAB, 2010).

Em 2011, a resolução nº 27/11 e o Decreto nº 7.611/2011 disponibilizaram recursos para dar acessibilidade às escolas que receberam as salas de AEE bem como a matrícula dupla de alunos, público-alvo da educação especial, em classes comuns do ensino regular. Conforme Mittler (2003, p. 27),

o diretor das escolas, o governo e os coordenadores de educação especial são, cada um a seu modo, responsáveis por assegurar que todos os alunos tenham acesso ao currículo global e a todas as possibilidades de experiências oferecidas pelas escolas. Entretanto, como temos visto, a inclusão exige mais do que isso. Não é suficiente para os alunos serem apoiados para terem acesso ao que está disponível nas escolas. A essência da inclusão é que deve haver uma investigação sobre o que está disponível

para assegurar aquilo que é relevante e acessível a qualquer aluno da escola. Cedo ou tarde, essa gama de possibilidades e oportunidades incluirá muitos ou todos os alunos que estão agora em escolas ou em classes especiais. Ainda que haja muitas ações que as escolas possam fazer para trabalhar pela inclusão, há limites para o que cada escola pode atingir sozinha. Deve haver uma mudança sistemática e uma política nacional.

Em 24 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13005, foi sancionado. O PNE busca ser um instrumento para o planejamento do Estado democrático de direito e orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas. Em seu art. 7º, afirma que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano”.

Também traz, em seu parágrafo § 1º, que “caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE”.

Na continuidade desse Plano Nacional de Educação, são traçadas 20 metas para os diferentes níveis de atuação da educação para o período de 10 anos.

A meta 4 afirma que o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, deverá se universalizar para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A meta traça, ainda, estratégias para que o objetivo previsto possa ser atingido. De entre essas estratégias, são destacadas, nesta pesquisa, as que seguem:

4.3) implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

4.5) estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica

com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
4.8) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;
4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - LEI N° 13005 – 24/6/2014, p.55).

A Nota Técnica N° 04/2014 orienta quanto aos documentos comprobatórios de alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação no Censo Escolar, dispensando a obrigatoriedade de laudo médico do aluno com deficiência para o ingresso na escola regular de ensino. Segundo a nota,

não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico. [...] não se trata de documento obrigatório, mas complementar, quando a escola julgar necessário. O importante é que o direito das pessoas com deficiência à educação não poderá ser cerceado pela exigência de laudo médico (NOTA TÉCNICA N° 04 / 2014).

Sobre a questão da declaração da pessoa com deficiência no Censo Escolar essa mesma Nota Técnica afirma que.

a exigência de diagnóstico clínico dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, para declará-lo, no Censo Escolar, público-alvo da educação especial e, por conseguinte, garantir-lhes o atendimento de suas especificidades educacionais, denotaria imposição de barreiras ao seu acesso aos sistemas de ensino, configurando-se em discriminação e cerceamento de direito (NOTA TÉCNICA N° 04 / 2014).

Com base nesses documentos, é possível compreender que as políticas voltadas para a pessoa com deficiência buscam, cada vez mais, estar em consonância com a sociedade, porém, ainda esbarram em um modelo de sociedade arraigada em vícios de séculos atrás. Conforme Stobäus e Mosquera (2003, p. 47),

o termo inclusão parece significar coisas distintas, para pessoas distintas, em distintos contextos, mas sugere que se ressaltem três pontos de consenso e de compromisso: - criação de uma sociedade mais justa; - desenvolvimento dum sistema educativo mais equitativo; - promoção de respostas da escola regular à diversidade e à heterogeneidade, como meio para tornar realidade tais desígnios.

Para Ferreira e Guimarães (2003, p.42), que tratam da importância da educação na formação do cidadão, “o professor necessita olhar o aluno com olhos de que este tem capacidade de absorver conhecimentos, de aprender, acreditando, sendo predador de que a criança é capaz”.

Nas considerações finais de sua pesquisa realizada com profissionais da educação do Município de Morro Reuter, Claro (2013) confirmou o quanto os educadores investigados se sentem leigos no assunto, quando se trata da inclusão. Afirmou, ainda, que eles vivem em uma crise constante quando o assunto é a inclusão e que, muitas vezes, não sabem como agir com o aluno e que tipo de atividade propor. Como consequência, verificou-se que o fato de os docentes não terem uma opinião definida, favorável ou não, a respeito do conceito de inclusão, também pode justificar a insegurança e o sentimento de despreparo para atender essa demanda.

Quando se fala em educação inclusiva, traz-se para reflexão um modelo, no qual não há lugar para a exclusão, em que a educação inclusiva deveria ser a norma, favorecendo assim o acesso a oportunidades adequadas e à equidade dentro da sociedade.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS: NECESSIDADE X CONSTRUÇÃO

Neste capítulo, busca-se refletir sobre a compreensão do processo de desenvolvimento de uma política pública com o propósito de oferecer subsídios para uma análise posterior.

No decorrer da história, para que a sociedade se tornasse menos desigual com a inserção das pessoas com deficiência, foram sendo propostas leis, a fim de proporcionar a inclusão na sociedade de pessoas marginalizadas.

Conforme Dias e Matos (2012, prefácio),

novas reflexões sobre a realidade que nos cerca são necessárias para o seu entendimento e para que possamos pautar nossas ações por valores que sejam o resultado do amadurecimento da humanidade como um todo, e que envolvam o respeito à vida, ao meio ambiente, à justiça social, o respeito à diversidade cultural, às diferenças, enfim, um enorme conjunto de novas questões, diretamente ligadas às ações que devem realizar o poder público para que sejam oferecidas as condições adequadas para que se concretizem os novos e os antigos direitos da pessoa humana.

A palavra Estado é utilizada para se referir à sociedade política em sua totalidade, fazendo parte dele as pessoas e as instituições que formam a sociedade, que é juridicamente organizada sobre um território. De acordo com Queiroz (2012 p. 27), acredita-se que

[...] o Estado, que entendemos como o conjunto de instituições que controlam e administram uma nação, tenha surgido como o instrumento por meio do qual os homens exercitariam a força da cooperação entre eles, e assim, conseguiriam enfrentar com melhores resultados as adversidades do meio ambiente.

O Estado surgiu no século XVI, consolidando o poder real sobre os outros poderes. Consoante Dias e Matos (2012, p. 4),

primeiramente, o Estado moderno surge em sua forma absolutista, onde o rei é soberano absoluto; no final do século XVIII, com a Revolução Francesa de 1789, surge o Estado-nação que se consolida no século XIX e onde o povo é o soberano. Este Estado-nação mantém-se até os dias atuais e é a formação reconhecida pela organização das Nações Unidas (ONU).

O Estado tem por finalidade proporcionar a todos o bem comum. O bem comum, segundo Dias e Matos (2012), refere-se a um conjunto de condições sociais que permitam às pessoas o desenvolvimento integral. Além disso,

o Estado tem por fim último oferecer condições para que todas as pessoas que integram a comunidade política realizem seus desejos e aspirações, e para tanto assegura a ordem, a justiça, o bem-estar e a paz externa, que são elementos necessários para que as outras necessidades públicas sejam atendidas.

Tradicionalmente, o Estado desempenhou uma função social como agente econômico destinado a realocar os recursos escassos e amenizar as contradições inerentes ao próprio desenvolvimento das forças de reprodução do capital – como o aumento da desigualdade social e regional, entre outras, característica essa acentuada na configuração do Estado de Bem-Estar Social.

O que acontece que a relação entre Estado e o indivíduo receptor do benefício é mecânica, e embora sua ação seja permeada por um aparato burocrático formado por indivíduos reais, na realidade a relação se estabelece entre seres humanos e uma engrenagem [...] (DIAS; MATOS, 2012, p.9).

No século XX, o Estado passou a assumir mais os serviços em áreas como educação, saúde, habitação e assistência social entre outros. Dessa forma, passou a se envolver nas especificidades dos diversos grupos sociais sob uma nova visão, a negociação. Com o aumento das demandas sociais, no final do século XX, o setor público, deixou de ser exclusivamente estatal e passou a se articular com organizações não governamentais em uma perspectiva democrática.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 trouxe essa nova modalidade de gerenciamento do Estado, introduzindo alterações no federalismo brasileiro e inaugurando um ciclo em que os recursos e encargos do Estado são transferidos para governos estaduais e municipais. Assim, os municípios passaram a ter um envolvimento maior com as ações que atendem o bem-estar social.

A Constituição de 1988, de acordo com Dias e Matos (2012, p.31), “estabeleceu, em seu artigo 18, que a organização político-administrativa do país compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.” Nessa estrutura, o município é a menor célula do governo, estando, portanto, mais perto da população,

Dessa forma, a participação de associações e fundações, através da parceria com os governos estaduais e municipais, ficou mais efetiva. De acordo com Dias e Matos (2012, p. 119),

entre as inúmeras transformações que ocorrem no início do século XXI, a que atinge o Estado [...] é uma das mais importantes. Ao redefinir suas funções, o Estado passa a compartilhar com outros agentes a realização de políticas públicas, que complementam sua ação e estabelecem uma nova forma de relacionamento na sociedade, ampliando a participação do cidadão comum, explicitando uma cidadania ativa que se envolve na realização de atividades em diversas áreas [...].

[...] Esse fenômeno que inclui um sem-número de organizações sem fins lucrativos, marca, no início do século XXI, a consolidação de um setor alternativo de atendimento a inúmeras demandas da população. Esse setor constitui um espaço público não pertencente ao Estado, embora realize funções anteriormente exclusivas deste.

A política, consoante Arendt (1999 apud CARVALHO, 2010, p. 45),

surge no entre-os-homens, no intraespaço e se estabelece como relação. Assim, as diferentes orientações que as políticas educacionais contêm, refletem as conflitivas relações entre os interesses e as forças do Estado, da sociedade e dos indivíduos. Refletem, também, as contradições existentes no plano das ideias, das legislações e das realidades educacionais, segundo os espaços e os tempos históricos.

A expressão “política pública” é interdisciplinar, porque engloba várias áreas do conhecimento e tem o objetivo de estudar um problema central: público. Conforme Dias e Matos (2012, p. 11), “qualquer que seja a escala, as políticas públicas remetem a problemas que são públicos, em oposição aos problemas privados”. As políticas públicas podem ser consideradas programas de ação de um governo, que identifica as prioridades e racionalizada a aplicação dos investimentos, visando ao alcance dos objetivos propostos.

O estabelecimento de prioridades, objetivos e metas a serem alcançadas constituem a espinha dorsal de uma política pública, seu aspecto mais concreto, e sinaliza para todos os envolvidos os parâmetros pelos quais devem se orientar as ações na área. São as diretrizes para o setor, quer seja para a área da saúde, da educação, meio ambiente ou turismo, entre outras. Podemos associar as políticas públicas como ferramentas utilizadas pelo Estado para exercer suas funções públicas no atendimento de demandas sociais e solução de problemas que afetam a coletividade (DIAS; MATOS, 2012, p. 61)

As políticas públicas passam por um ciclo que compreende quatro fases: formulação, execução, avaliação e reprogramação, que servem para ajustar o que ainda não foi considerado satisfatório. A avaliação das políticas públicas é importante e deve ser realizada durante todo o processo e não só em sua finalização.

A avaliação é uma ferramenta importante porque permite à administração realizar uma série de ações em função dos resultados obtidos, entre os quais: gerar informações úteis para futuras políticas públicas; prestar contas de seus atos; justificar as ações e explicar as decisões; corrigir e prevenir falhas; responder se os recursos que são escassos, estão produzindo os resultados esperados e da forma mais eficiente possível; identificar as barreiras que impedem o sucesso de um programa; promover o diálogo entre os vários atores individuais e coletivos envolvidos; fomentar a

coordenação e a cooperação entre estes atores (DIAS; MATOS, 2012, p. 85).

Os resultados da avaliação permitem formular uma espécie de diagnóstico de contexto. Em outras palavras, a elaboração de determinada política educacional deve resultar de discussões que envolvam a sociedade e da análise crítica de marcos filosóficos, ideológicos, situacionais e pedagógicos que permitam “iluminar” a compreensão das condições locais, facilitando a identificação de necessidades e o estabelecimento de prioridades.

Baptista e Jesus (2015, p. 207) afirmam que “as política públicas educacionais empreendidas pelo governo brasileiro fundamentam-se numa nova concepção de Estado e de intervenção estatal”. Essa nova configuração da política acompanha os processos de globalização cultural e de transnacionalização do capitalismo, conforme Carvalho (2010).

No caso de políticas educacionais, entretanto, é preciso haver a convicção de que a escola não é uma organização neutra, pois reflete uma concepção de mundo e de uma sociedade de classes marcada pela dominação. Do mesmo modo, se não forem considerados os atributos políticos, intrínsecos à educação, corremos o risco de DISPORMOS DE RETÓRICAS políticas de excelente qualidade com práticas ainda insipientes e muito distantes do alcance dos objetivos (CARVALHO, 2010, p. 42).

Carvalho (2010) traz uma reflexão, em seu livro, para a análise da realidade brasileira, considerando quatro níveis de intervenção, pautada nos estudos do professor Almerindo Janela Afonso, da Universidade do Minho, de Portugal.

O primeiro nível é o megassociológico e corresponde ao papel das organizações supranacionais. Esse nível diz respeito à globalização que direciona as ações do Estado, dando primazia às regras do mercado em detrimento de uma pedagogia mais humanizada. Dessa forma, a educação é considerada como bem de consumo, pois defende a formação de pessoas mais capazes, consideradas, assim, capital humano. As pessoas com deficiência ficam em desvantagem, porque não fazem parte do imaginário social como sendo as melhores, uma vez que não parecem gerar bens de consumo.

O segundo nível é o macrossociológico, que corresponde ao papel do Estado na definição de sua política educacional. Nesse nível, fica clara a importância da colaboração entre os diversos segmentos do Estado, visando à efetivação das políticas públicas. A responsabilidade dos movimentos inclusivos não depende

somente das escolas e dos educadores de forma isolada, mas traz consigo a colaboração do Estado.

O nível mesossociológico é o terceiro e corresponde à instituição escolar e à efetivação do plano governamental, responsável pelas ações culturais, políticas e práticas, apresentando características excludentes ou inclusivas.

O quarto nível, por fim, o microsociológico, corresponde à sala de aula, lugar em que a proposta da política inclusiva de educação pode ou não se efetivar por meio da participação de todos.

Todavia, além da diversidade que compõe os grupos sociais, aparece também a diferença de cada indivíduo, o qual precisa buscar uma forma de inserção na sociedade, em função disso, é necessário pensar em novas formas de se concretizar esse direito universal para todos.

Segundo Carvalho (2010, p. 49),

(...) do ponto de vista ético, precisamos reconhecer as consequências de práticas inclusivas por decreto ou pela imposição daqueles que detêm poder e autoridade, inclusive de verbas. Entendo que as relações dialógicas que conduzam ao consentimento de algo que se constrói e se substantiva de dentro para fora do sujeito, são imprescindíveis.

Esse tema, embora venha sendo discutido desde a Idade Média, ainda é atual, pois a visão da normalidade passa pela subjetivação do indivíduo e perpassa os diferentes níveis de gestão, através das diferentes épocas.

5 INVESTIGAÇÃO REALIZADA

O transcorrer da história demonstra que as pessoas com deficiência foram, durante muito tempo, vítimas de abandono e de marginalização, foram excluídas e menosprezadas pela sociedade, enfrentando diversas formas de restrição. Essa compreensão foi se transformando paulatinamente, à medida que a luta das minorias por condições igualmente justas de acesso a serviços públicos básicos de qualidade, ganhava espaço na sociedade.

As reivindicações sociais para a construção de uma sociedade igualitária podem ser consideradas parte dos elementos fundamentais para o balizamento de decisões políticas e legais para essas minorias. Na educação, os documentos internacionais propalados, principalmente a partir da década de 90 do século XX, também trouxeram esse ideário, influenciados por um processo gradativo de mobilização da educação para todos, contribuindo, conseqüentemente, para o impulsionar e fortalecer políticas públicas para a inclusão educacional.

Uma vez compreendida a importância da luta por condições de igualdade, o país foi modificando pouco a pouco o cenário da educação especial, por meio da implantação de políticas de educação inclusiva que impulsionaram estados e municípios a adotarem posturas que reivindicassem uma ressignificação social, cultural, pedagógica e política acerca dessa modalidade de ensino.

O direito da pessoa à educação é assegurado pela Constituição Federal, independentemente do gênero, da etnia, da idade ou da classe social. A educação para a pessoa com deficiência não pode, no entanto, limitar-se ao acesso à escola. É necessário discutir também as oportunidades educacionais oferecidas a esses alunos, visando atingir as finalidades da educação no que se refere à aprendizagem e à diversidade, princípio fundamental da educação inclusiva.

Vive-se, hoje, a reflexão do indivíduo com deficiência como um sujeito de direitos. O caminho percorrido ao longo das décadas direciona ações no sentido de tornar a inclusão uma realidade que possibilite às pessoas com deficiência uma melhor qualidade de vida, livre de preconceitos e estereótipos.

O paradoxo que existe entre aquilo que está posto em documentos e textos legais e aquilo que se apresenta nas escolas públicas de ensino regular expõe as dificuldades existentes entre aquilo que o Estado preceitua e aquilo que o aluno recebe como direito. Nesse sentido, o aprofundamento do estudo e da pesquisa

acerca do processo de educação inclusiva, sob a perspectiva dos processos educacionais, apresenta-se como uma possibilidade de superação do distanciamento entre as políticas de inclusão e as práticas de educação evidenciadas no cenário brasileiro na esfera municipal.

Analisar, portanto, a implementação em nível local das ações discutidas em âmbito nacional e internacional, a fim de compreender quais as consequências que essas ações produzem no contexto escolar, sem dúvida, conduzirá a questões bastante conflitantes, tanto no âmbito teórico quanto no âmbito prático, já que tal análise permitirá identificar, além da concepção e das bases conjunturais que estruturam a política de educação inclusiva, condições que propiciam ou entram seu processo de implementação.

Dessa maneira, a proposição desta pesquisa justifica-se por sua relevância científica e social, uma vez que poderá contribuir para a ampliação do tema, além de ser um objeto de reflexão sobre o serviço de educação oferecido pelo município de Morro Reuter e de outros municípios que estejam implementando a política em estudo.

5.1 OBJETO DE ESTUDO

O propósito deste trabalho é analisar criticamente a implementação da Política de Educação Inclusiva na rede municipal de ensino de Morro Reuter e examinar seu curso de ação na visão dos gestores municipais, a fim de colher e interpretar dados e apoiar as reflexões amparadas nas tendências encontradas na literatura internacional, nacional e local, buscando identificar, a partir de pressupostos educacionais que pautaram políticas para a educação nos diferentes níveis, algumas características do sistema. Nesse sentido, a pesquisa identifica e analisa a aplicação da legislação, de diretrizes e de programas que direcionam os princípios e as práticas, além de examinar as consequências da aplicação.

5.2 QUESTÃO DE PESQUISA

Pautando-se nessas reflexões, estabeleceu-se a seguinte questão para nortear o desenvolvimento deste trabalho: como a inclusão escolar, no decorrer dos

anos, foi sendo implementada na rede municipal de ensino, do município de Morro Reuter?

5.3 OBJETIVOS

Considerando-se as questões que direcionam esta pesquisa e, a partir do objetivo geral a que este trabalho se propõe: compreender como ocorreu o processo de implementação das políticas públicas de educação especial, desde o ano de 1992 – ano de emancipação do município - até o ano de 2015, na rede municipal de ensino de Morro Reuter, definiram-se, então, os objetivos específicos, que indicam os passos seguidos para a evolução deste trabalho: (1) problematizar a forma de efetivação das políticas públicas de educação especial no município de Morro Reuter; (2) situar o lugar da pessoa com deficiência no decorrer da história da humanidade; (3) pesquisar, através do olhar dos gestores, as fases da implementação da educação especial em Morro Reuter.

5.4 PROPOSTAS METODOLÓGICAS

Para que tudo que foi proposto nesta pesquisa pudesse de fato efetivar-se, recorreu-se a uma pesquisa qualitativa, partindo-se de pressupostos de que a pesquisa tem como paradigma direcionar a perspectiva qualitativa descritiva, que, segundo Müller (2004), permite uma aproximação maior do investigador com o contexto investigado, o que possibilita uma visão mais ampla para analisar as várias questões do contexto pesquisado.

A escolha da metodologia qualitativa deveu-se à compreensão de que ela, por suas características e por sua forma de abordagem, possibilitaria uma visão mais ampla do fenômeno investigado, uma vez que permite um aprofundamento das dimensões do contexto histórico, econômico, cultural e social.

Prodanov e Freitas (2009) referem que uma abordagem qualitativa permite percepções em que o ambiente natural é fonte direta para a coleta de informações, para a interpretação de fenômenos e para a atribuição de significados.

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se pelo estudo de caso, que

consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos

variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. (PRODANOV; FREITAS, 2013 p. 60).

O estudo de caso, segundo Yin (2009, p.39), é uma pesquisa que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Para Prodanov e Freitas (2013), é normal as pesquisas abrangerem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerar a totalidade. Portanto, é comum trabalhar com uma amostra que represente pequena parte do universo.

No método qualitativo, a subjetividade do pesquisador e daqueles que são objeto de estudo torna-se parte do processo de pesquisa. Logo, a reflexividade do pesquisador é parte da interpretação, sendo a descrição um elemento fundamental da pesquisa qualitativa, conforme Flick (2009).

Uma pesquisa que ocorre de forma qualitativa descritiva necessita de uma coleta de dados que possa dar subsídio ao investigador, para que ele consiga interpretar os dados e atribuir significado aos fenômenos ocorridos no contexto da pesquisa, para isso, utiliza instrumentos que devem estar alinhados aos objetivos e às abordagens da pesquisa, de acordo com Prodanov e Freitas (2009).

Para analisar pareceres e decretos instituídos pelo Governo Federal, documental da Secretaria Municipal de Educação de Morro Reuter e as entrevistas com os gestores, utilizou-se a triangulação, que segundo Denzin (1973 apud MINAYO, 2005, p.29), é “a combinação e o cruzamento de múltiplos pontos de vista”, será realizada através das leis.

A avaliação por triangulação de métodos, conforme Schutz (1982 apud MINAYO, 2005, p. 29), pode ser compreendida

como expressão de uma dinâmica de investigação e de trabalho que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, a compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre todo o projeto: seu desenvolvimento, as relações hierárquicas e técnicas, fazendo dele um construto específico.

Para Minayo (2005), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Sendo assim, os dados coletados foram analisados qualitativamente, por meio da triangulação das informações, compostas pelo referencial teórico, por dados coletados na Secretaria de Educação de Morro Reuter, pela legislação relativa ao tema e por dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores da área da educação do município.

A triangulação, de acordo com Prodanov e Freitas (2009), é um processo de comparação entre dados provenientes de distintas fontes, com a intenção de tornar mais convincentes e precisas as informações obtidas.

5.4.1 Município de Morro Reuter

A pesquisa foi realizada em uma cidade, cuja história é recente, uma vez que se tornou município em 20 de março de 1992, por meio da Lei Estadual nº 9.583. Morro Reuter foi o 2º distrito de Dois Irmãos por 34 anos e 6º distrito de São Leopoldo entre 1952 e 1959. Antes disso, segundo Urbim (2003), era uma localidade de Dois Irmãos, 6º distrito de São Leopoldo, tendo sido elevada à categoria de vila em 24 de março de 1956, por meio da lei estadual nº 121.

A cidade de Morro Reuter foi povoada por imigrantes da região do Hunsrück (“lombo de cachorro”, em alemão, em uma referência às leves ondulações das colinas e coxilhas dessa região do oeste da antiga Prússia), que fugiram da grave crise econômica na Europa provocada pelas guerras.

O povoamento da cidade deu-se a partir do século XIX. Segundo Vier (1999), a primeira casa construída em Morro Reuter foi a de Mathias Mombach, em 1829. O desenvolvimento do povoado iniciou, contudo, conforme o mesmo pesquisador, em 1872, quando os evangélicos de confissão luterana ergueram a primeira igreja e começaram sua igreja-escola, ano em que o professor João Wagner abriu a primeira escola particular na localidade.

Por muito tempo, os colonizadores viveram isolados, abandonados pelo governo imperial, e tiveram que lutar por sua sobrevivência. Um dos piores momentos para esses moradores, contudo, de acordo com Vier (1999, p.252), foi a Era Vargas (décadas de 1930 e 1940), quando o então presidente, Getúlio Vargas,

lançou a Campanha de Nacionalização do Ensino, que atingiu principalmente as escolas rurais, nas quais o único idioma falado era o herdado dos imigrantes.

Em meados de 1937, começou a ser construída a estrada federal e, assim, aos poucos, foi chegando a energia elétrica. A estrada federal recebeu asfalto somente no ano de 1956, mas, mesmo assim, carros e ônibus que viajavam para o centro do Rio Grande do Sul passavam pelo lugar, o que levou ao surgindo da estação rodoviária e de um restaurante. Com esse movimento, os pequenos agricultores começaram a comercializar frutas, verduras e flores. Esse período durou até a década de 1970, quando a BR-101 ficou totalmente asfaltada e as empresas de ônibus passaram a utilizar essa nova rodovia. Em função disso, o fluxo de veículos que passavam por Morro Reuter diminuiu.

Em 1980, todavia, começaram a chegar indústrias e as que já existiam foram, aos poucos, ampliadas. Ao mesmo tempo, os aviários e o cultivo de acácia, milho, verduras e flores, principalmente, começaram a apresentar resultados positivos.

Já em 2010, conforme o censo, a renda per capita da população era de R\$ 12.439,47/ano. Hoje, a cidade, formada pelo núcleo central, Belvedere e Linha Görgen e pelas localidades rurais do Walachai, São José do Herval, Picada São Paulo, Linha Cristo Rei, Fazenda Padre Eterno, Birckental, Frankental, Muckental e Batatental, possui seis escolas municipais de Ensino Fundamental e uma escola estadual de Ensino Médio e destaca-se por seus projetos educacionais e, em função disso, ostenta o índice de alfabetização de 98,9%, o mais alto do Rio Grande do Sul e o segundo do Brasil, de acordo com a Secretaria de Educação do Município. Além disso, o município é conhecido pelo Seminário Nacional de Educação e por sua Feira do Livro.

5.4.2 Participantes da pesquisa

O primeiro contato para a realização da pesquisa ocorreu por meio de uma carta de anuência, endereçada ao senhor prefeito municipal de Morro Reuter, entregue em mãos, para deferimento. A carta de anuência (Apêndice A) explicita o interesse central da pesquisa como sendo o de contribuir com a produção de conhecimentos na área de educação especial, bem como oportunizar reflexões sobre a elaboração e implementação da política inclusiva.

Após o deferimento do senhor prefeito, a própria pesquisadora realizou contato telefônico com as pessoas de interesse para a pesquisa com a finalidade de agendar as entrevistas. Assim, os sujeitos selecionados para a pesquisa foram gestores do município: prefeito municipal, vice-prefeito, secretário municipal de educação, coordenador pedagógico da secretaria de educação e diretores de escola, no período que compreendeu os anos de 1992 até 2015.

As entrevistas foram realizadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) pelos sujeitos participantes.

Os sujeitos da pesquisa foram identificados da seguinte maneira: cada gestor ganhou um número de 1 a 14. A escolha numérica foi realizada de acordo com o fluxo de entrega dos questionários. No Quadro 1, explicita-se a formação, o cargo exercido e o período da gestão de cada um dos sujeitos da pesquisa.

Crítérios	Síntese da Formação	Cargo Função	Período de Gestão aproximado
Gestor 1	Graduação em Ciências Biológicas – Licenciatura. Graduação em Matemática – Licenciatura. Mestrado em Educação.	Secretária de Educação e Cultura Secretária de Educação e Cultura Vereador	1993 – 1999 2001 – 2004 2012 - 2016
Gestor 2	Ensino médio completo	Diretora de escola Responsável pelo reforço escolar	1996/1997 2000/2001
Gestor 3	Superior incompleto em Administração de Empresas	Vice-Prefeito Prefeito Vereador	2001-2004 2005-2008 2012 - 2016
Gestor 4	Ensino Médio completo	Vice-prefeito Prefeito Prefeito	2005 – 2008 2009 – 2012 20013 - 2016
Gestor 5	Graduação em Letras – Português/Literatura	Diretora Escola Secretária de Educação e Cultura	2002 – 2004 2005 - 2006
Gestor 6	Graduação em Letras – Português/Espanhol	Secretária de Educação e Cultura	2008 – 2010
Gestor 7	Graduação em Educação Física Licenciatura Plena – Especialização em Educação Infantil	Secretário de Educação e Cultura	Dez 2010 - 2016
Gestor 8	Graduação em Pedagogia	Coordenadora Pedagógica da SMEC	1999 - 2000
Gestor 9	Graduação em Pedagogia - habilitação em Supervisão Escolar	Coordenadora Pedagógica da SMEC	2005 - 2015
Gestor 10	Graduação em Pedagogia. Especialização em Ludopedagogia - Educação Infantil e Séries Iniciais	Diretora de Escola	2006 - 2016
Gestor 11	Graduação em Pedagogia com ênfase em séries iniciais. Especialização em Ludopedagogia e Literatura Infantil	Assessora da SMEC Diretora de Escola Diretora de Escola	2007 – 2008 2005 – 2006 2011 - 2016
Gestor 12	Graduação em Educação Física. Especialização em Recreação, Lazer e Jogos cooperativos	Diretora de Escola Responsável técnica SMEC	1995 – 1999 2011 - 2016
Gestor 13	Graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura e Bacharel. Especialização em Gestão Escolar, com ênfase em Orientação e Supervisão Escolar.	Diretora de Escola Diretora de Escola	2010 – 2012 2015
Gestor 14	Graduação em Matemática e Ciências Naturais. Especialização em Educação e Pesquisa Matemática e Física.	Coordenadora da EJA Diretora de Escola Setor administrativo da SMEC Secretária do Conselho Municipal de Educação Interlocutora junto ao MEC no monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação	2000 – 2009 2008 – 2009 2014 – 2016 2014 – 2016 2014 - 2016

Quadro 1 - Relação dos sujeitos da pesquisa
Fonte: elaboração da autora

Para o registro dos dados das entrevistas, os áudios foram gravados e depois transcritos, mediante autorização dos entrevistados.

5.4.3 Instrumentos

O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, sem designação nominal, a fim de resguardar a identidade pessoal dos atores envolvidos. Optou-se pela entrevista porque ela auxilia na construção das informações a respeito do tema investigado. A entrevista, conforme Minayo (2007), pode fornecer dados secundários e primários, de duas naturezas, como fonte de informação:

- a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis [...]; b) os segundos - que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia (MINAYO, 2007, p. 65).

A multiplicidade de questões que fizeram parte do roteiro de entrevista favoreceu a compreensão de diversas facetas do fenômeno estudado, ao possibilitar aos participantes da pesquisa discorrer sobre os assuntos abordados. Importa ressaltar que as entrevistas transcorreram de maneira cordial e colaborativa e foram gravadas com o consentimento dos participantes. As entrevistas ocorreram nos meses de setembro e outubro do ano de 2016, fora do horário de trabalho dos sujeitos da pesquisa.

Para a escolha do melhor caminho metodológico a ser seguido durante a pesquisa, foi realizado um projeto piloto para verificar a real possibilidade da coleta dos documentos na Secretaria de Educação e nas escolas e da abrangência da entrevista com o gestor.

Sendo assim, em um primeiro momento, foi realizada a apresentação da proposta de pesquisa para o Prefeito Municipal de Morro Reuter, buscando uma parceria com o município para a execução do estudo (APÊNDICE A). Após a confirmação dessa parceria, agendou-se uma visita ao Secretário de Educação e Cultura do Município de Morro Reuter, para a apresentação da parceria e a disponibilização dos materiais necessários para a coleta de documentos.

Para a amostragem do projeto piloto, determinou-se o ano de 2008, pois foi um período de transição na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por ter havido mais de um secretário nesse período gestor, o que não ocasionou, contudo, prejuízos à pesquisa.

Para verificar se a entrevista criada (APÊNDICE C) possibilitaria um olhar amplo sobre a implementação das políticas públicas no município de Morro Reuter no período previsto, contatou-se o gestor responsável pela Secretaria de Educação no período entre 2007 e 2008 para entrevistá-lo e verificar se os objetivos seriam alcançados. Ressalta-se que essa entrevista foi gravada e posteriormente transcrita e que o entrevistado (Gestor AM) assinou o termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE B).

Ao ser questionado sobre sua função como gestor e sobre como colaborava para a gestão das políticas públicas de inclusão, o Gestor AM relatou: “minha função compreendia a gestão de sete escolas de educação infantil e ensino fundamental, seus profissionais da educação e os eventos culturais do município. Essa função é norteadora para as políticas públicas de inclusão. Esse órgão é educador no desenvolvimento e implantação dessas políticas”. Essa percepção corrobora as afirmações de Mittler (2003, p. 27), para quem, “o diretor das escolas, o governo e os coordenadores de educação especial são, cada um a seu modo, responsáveis por assegurar que todos os alunos tenham acesso ao currículo global e a todas as possibilidades de experiências oferecidas pelas escolas”.

Nesse período, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva visava garantir a efetivação das práticas de atendimento educacional especializado para os sujeitos com deficiências nas redes públicas de ensino, porém, conforme o informante afirmou em outra parte de sua entrevista, só essa legislação, a seu ver, não garantiria essa efetivação.

Ao ser questionado sobre como percebeu a implementação do processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência no ensino regular no período em que atuou na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, respondeu: “percebi como um desafio para todos os envolvidos no processo, ora positivo ora negativo. Positivo para quem está preparado para receber os alunos (sensibilidade) e negativo para quem nega esse direito (educação para todos)”.

Continuando, ao ser questionado sobre barreiras/impossibilidades no processo de implementação dessas políticas, o Gestor AM comentou que

nas escolas a barreira é humana (alguns profissionais criam impossibilidades para os alunos, negando a presença deles no ensino regular e agindo por obrigação e não por direito). Na família, as barreiras são de resistência (ainda há famílias que vivenciam o luto da deficiência, tornando o caminho até a sala de aula mais difícil). A administração municipal é outro desafio, pois são necessários muitos argumentos para garantir os direitos dos alunos, considerando investimentos humanos e estruturais.

Conforme Stobäus e Mosquera (2003, p. 81),

a construção de uma escola inclusiva veio recolocar na educação geral muitas das responsabilidades que até então se mantinham atribuídas à Educação Especial. Acreditamos que a Escola Inclusiva não é uma utopia; no entanto, é necessário que os pais, os profissionais, os governantes e a população geral acreditem que a Escola Inclusiva é qualquer coisa por que vale a pena lutar.

A construção de uma Escola Inclusiva e a educação de crianças e jovens que se deparam com obstáculos ao seu desenvolvimento exige uma estratégia global de educação que valorize no interior das escolas a solidariedade e o espírito de equipe.

Finalizando, o Gestor AM, ao ser comentado sobre como, a partir de sua experiência, percebeu o movimento de inclusão das crianças com deficiência na escola regular, disse que

há muito trabalho pela frente para alcançarmos o sucesso da aprendizagem inclusiva. Precisamos estudar muito e receber muito melhor os alunos. Falta vontade de incluir: vontade política e vontade dos professores. A inclusão desacomoda, mas não movimenta ainda as pessoas para uma prática, no mínimo positiva.

De acordo com Bartalotti (2006, p. 47),

para que possamos efetivamente falar em inclusão social é preciso um movimento de transformação das relações sociais, que só se dará, acredito, a partir da superação de concepções sobre deficiência que a ligam a doença, ao sofrimento, à desgraça, ao castigo, e de tantas outras [...]. Para que as pessoas com deficiência sejam consideradas cidadãos de fato é fundamental que deixem de ser consideradas como cidadãos de segunda classe, aqueles a quem deve ser destinada a caridade e a comiserção.

Ao propor essas questões para a entrevista, percebeu-se que, a partir das respostas, seria possível fazer a triangulação de dados, trazendo a fala do Gestor AM, a teoria revisada e a análise dos documentos, atingindo assim os objetivos propostos para o instrumento. Sendo assim, esses instrumentos foram mantidos para a continuação da pesquisa.

A pesquisa propriamente dita foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2016. Por se tratar de um ano eleitoral e por haver muitos participantes envolvidos com as eleições, alguns participantes propuseram responder o questionário por escrito, em vez de realizar a entrevista, referindo falta de tempo. Em função disso, o instrumento de pesquisa foi modificado: as questões da entrevista foram estruturadas para a forma de questionário, sem sofrer, contudo, praticamente, alterações um (APÊNDICE D).

Sabe-se que, conforme Prodanov e Freitas (2009), entrevista e questionário, “ambos constituem técnicas de levantamento de dados primários e dão grande importância à descrição verbal de informantes”; o que diferencia os dois instrumentos, basicamente, é que a entrevista é realizada face a face com o entrevistado enquanto no questionário as questões são respondidas na mesma sequência por todos os informantes.

O questionário, que para Prodanov e Freitas (2009), “é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante [...]” foi então, enviado, por e-mail, para os dez gestores que aceitaram participar da pesquisa. O questionário respondido foi devolvido pelos gestores também por e-mail.

6 DISCUSSÃO E ANÁLISE

A implementação da política de educação para as pessoas com deficiência, no decorrer dos anos, foi construída a partir do olhar do outro frente à diferença. No município de Morro Reuter, essa implementação também foi ocorrendo dentro de suas especificidades. Esta pesquisa foi realizada propondo a triangulação de dados entre os documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação do Município, os questionários respondidos por gestores do período entre a emancipação da cidade (1992) e o ano de 2015 e a Legislação Nacional vigente durante o período em questão.

Dentro da metodologia por triangulação de métodos, a pesquisa será realizada em oito passos, de acordo com a descrição de Minayo (2005, p.19):

(1) formulação do objeto ou da pergunta referencial que vai guiar todo o processo e planejamento geral da avaliação; (2) elaboração dos indicadores; (3) a escolha da bibliografia de referência e das fontes de informação; (4) construção dos instrumentos para a coleta primária e secundária das informações; (5) organização e realização do trabalho de campo; (6) análise das informações coletadas; (7) elaboração do informe final; (8) entrega, devolução e discussão com todos os atores interessados na avaliação, visando à implementação de mudanças.

Para a concretização da análise, foram seguidos os oito passos descritos por Minayo (2005), porém, para melhor organização desta pesquisa, esses oito passos foram agrupados em três etapas distintas, as quais foram chamadas de (1) etapa da pré-análise; (2) etapa de exploração e análise do material; (3) caminho a seguir.

6.1 ETAPA DA PRÉ-ANÁLISE

Nesta etapa, foram agrupados os passos de 1 ao 5 dos oito passos descritos por Minayo (2005), que eram: a formulação do objeto ou da pergunta referencial que vai guiar todo o processo e planejamento geral da avaliação; a elaboração dos indicadores; a escolha da bibliografia de referência e das fontes de informação; a construção dos instrumentos para a coleta primária e secundária das informações; e a organização e realização do trabalho de campo.

Nesta fase, foi construído o esqueleto da pesquisa realizada. Também foi feita uma leitura flutuante⁴ sobre o tema em estudo e a preparação do material para a coleta das informações.

6.2 ETAPA DE EXPLORAÇÃO E ANÁLISE DO MATERIAL

Nesta segunda etapa, foi organizado o passo 6: a análise das informações coletadas, conforme descrição de Minayo (2005). Essa etapa contou com a exploração do material e a análise das informações coletadas através dos questionários enviados para os gestores, dos materiais coletados na Secretaria de Educação e do referencial teórico construído. Para a análise desses materiais, constituíram-se as seguintes categorias, para atingir os objetivos propostos na pesquisa: 1) Movimento da educação para a inclusão, na visão dos gestores; 2) O papel do gestor na implementação da educação inclusiva; 3) Aspectos imprescindíveis para a efetivação da educação inclusiva.

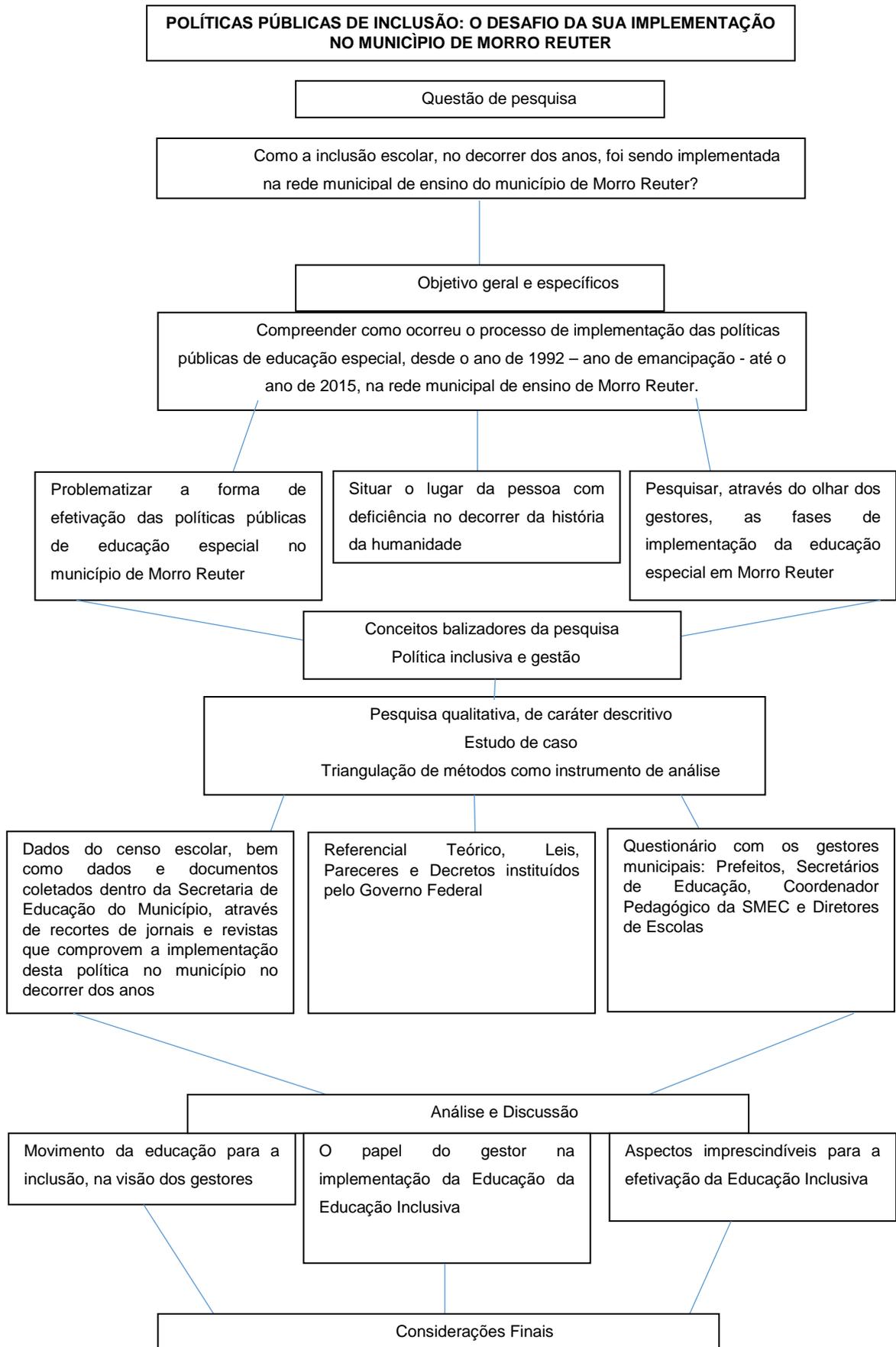
A categorização, que se refere aos resultados da pesquisa e a sua interpretação, dá-se por meio da citação direta de trechos retirados dos questionários e da descrição dos documentos da Secretaria de Educação, anexos no final da pesquisa e ainda traz o referencial teórico para dar consistência ao estudo.

6.3 CAMINHO A SEGUIR

Finalizando a pesquisa, seguiram-se os passos 7 e 8: a elaboração do informe final e a entrega, devolução e discussão com todos os atores interessados na avaliação, visando à implementação de mudanças, conforme Minayo (2005). Essa etapa correspondeu às considerações finais desta pesquisa.

Para melhor visualização das etapas propostas na pesquisa, foi organizado o Quadro 2 que sintetizada as atividades e as etapas seguidas.

⁴ Conforme Minayo (2007), a leitura flutuante é o contato com o material para conhecer seu conteúdo.



Quadro 2 - Síntese da pesquisa
Fonte: Elaboração da autora

6.3.1 CATEGORIA 1: Movimento da educação para a inclusão na visão dos gestores

Morro Reuter, no período que antecedeu a sua emancipação, pertencia ao município de Dois Irmãos e, anteriormente, era distrito de São Leopoldo. O conhecimento da história do município foi de grande valia para um maior entendimento do relato de um dos gestores entrevistados, cujas lembranças remetem à época em que Morro Reuter era distrito.

Segundo o gestor 2, “nesta época, os pais não matriculavam crianças de inclusão. Elas ficavam em casa, abandonadas, não aprendiam a ler e não tinham diversão. Neste período, não tinha APAE, não tinha nada”.

Na literatura, Goffman (1988) reflete sobre o lugar que a deficiência ocupa no olhar do outro, não considerando o sujeito. “O estigma faz do sujeito ‘coisa’, porque, quando falamos a ‘deficiência’ que é um substantivo e a ela atribuímos um valor de incapacidade, a deficiência passa a ser uma qualidade negativa ou depreciativa”.

Tem-se conhecimento de algumas fases percorridas pela educação especial, como, a fase de exclusão e, após, a fase de segregação, trazida a partir do modelo referente às práticas sociais (FIGURA 2). Nessa época, ainda não se tinha uma compreensão ampla sobre o tema da deficiência, ficando as pessoas com deficiência excluídas da sociedade.

De acordo com a história da educação, em meados de 1960, surgiu o modelo de segregação, realizado através das instituições que buscavam demonstrar um empenho da sociedade na resolução do problema gerado pelas pessoas com deficiência. Através das instituições, como a Pestalozzi (1926), a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), de 1950, ou ainda a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), criada em 1954, deu-se a constituição de uma nova fase. Esse período não foi acompanhado ao mesmo tempo pelo município de Morro Reuter porque, nessa época, a cidade ainda estava sendo povoada. Assim, O sistema de institucionalização devido à deficiência só apareceu em Morro Reuter após os anos 90, através de uma parceria da Secretaria de Educação do município com a APAE de Dois Irmãos, conforme refere o gestor 1.

Morro Reuter emancipou-se em 20 de março de 1992. A primeira administração pública assumiu a prefeitura municipal em 1º de janeiro de

1993. Na época, as crianças com deficiências apenas tinham atendimento clínico. No primeiro ano, instituímos uma parceria com a APAE de Dois Irmãos e levávamos as crianças até a APAE (algumas diariamente e outras, apenas para atendimento com alguns profissionais específicos).

No período referido pelo gestor, surgiram a Declaração de Salamanca (1994) e a LEI Nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Nessa época, o Brasil vivia o processo de educação escolar especial por meio de classes, escolas ou serviços especializados. Esse momento trouxe para o sistema educacional do município de Morro Reuter uma nova configuração, passando a acompanhar, a partir desse momento, a legislação vigente, conforme o gestor 1: “nesse contexto, encerramos o convênio com a APAE, comprometendo-nos com a educação de todos os alunos com deficiência” .

Assim, o Município de Morro Reuter iniciou o atendimento aos alunos com deficiência por meio de uma classe especial, considerando essa medida uma nova modalidade de ensino especial. Conforme a gestor 2, a classe especial foi implantada na escola em que ele atuava.

A Secretária avisou que iria iniciar uma turma de Educação Especial e que eu precisava arrumar uma sala [...], nos anos de 1996 e 1997. Tinha uma professora que fez curso para trabalhar com essas crianças. Nesta turma, vinham alunos de todas as localidades. Eram nove crianças e eu sabia que estas crianças tinham que ser respeitadas como devem ser (GESTOR 2).

O Decreto Nº 3.298, de 1999, regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências. Sobre o acesso à Educação, o texto afirma que a educação especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento do ensino regular.

As crianças, em Morro Reuter, que frequentavam a classe especial, na escola que dispunha desse serviço, foram sendo integradas, aos poucos, nas classes regulares de suas localidades e criou-se um espaço com atividades e atendimentos especializados no contra turno escolar para esses alunos, de acordo com o gestor 8.

No ano de 1999 até o ano de 2000, as crianças com deficiência estavam no ensino regular e no período inverso ao da escola, frequentavam um projeto. No período em que atuei na Secretaria de Educação de Morro Reuter, havia apenas uma escola na localidade do Birckenthal que atendia crianças e adolescentes com deficiências. A equipe de atendimento era composta por

psicóloga, nutricionista, fonoaudióloga, pedagoga e educadora. Os alunos participavam de atendimentos semanais e individuais em diferentes áreas e de atividades coletivas diariamente envolvendo oficinas de aprendizagem, recreação, atividades motoras, artes, música e culinária. Também participavam de atividades promovidas pela Secretaria de Educação como Feira do Livro, eventos, festividades e outros (GESTOR 8).

As ações realizadas no período referido pelo gestor 8 também aparecem nos documentos encontrados na Secretaria, em um recorte do Jornal Dois Irmãos, do dia 13 de novembro de 2000 (ANEXO B), que trata do Projeto Espaço para Descobrir-se, que iniciou no município de Morro Reuter. O objetivo desse projeto era trabalhar com as dificuldades que os alunos apresentavam através de atividades extracurriculares. Conforme descrito no jornal, o empenho dos pais foi fundamental para a existência do projeto, uma vez que eles se mobilizaram junto ao Prefeito Municipal para a criação do projeto. Nesse projeto atuavam: uma professora responsável pelo aspecto pedagógico, um professor responsável pela oficina de Horta, uma Psicóloga, uma Fonoaudióloga e uma Fisioterapeuta.

Com a mudança da prática de atendimento das crianças com deficiência, a partir de sua integração nas classes regulares e nesse novo espaço de atendimento extraclasse, alguns professores e a comunidade ficaram inseguros por desconhecimento da nova clientela, de acordo com o relato do gestor 8.

Na época, percebia certa insegurança das escolas regulares, em receber alunos com necessidades especiais, apesar do suporte e equipe técnica. A própria comunidade desconhecia o projeto desenvolvido. Foi então que a inquietude nos fez pensar estratégias para romper as limitações da 'escola dos deficientes'. Buscamos parcerias e ampliamos o projeto existente, valorizando momentos sociais e de aprendizagem em que os alunos exercitavam autonomia além do espaço escolar, frequentando restaurantes da cidade, sorveterias, biblioteca pública, mercados e outros. Buscamos os espaços de direito para qualquer cidadão na sociedade em que vive, vivemos momentos inesquecíveis de superação, enfrentamos muitos preconceitos, mas foram as conquistas que nos fizeram ter certeza de estar no caminho certo (GESTOR 8).

Ainda nesse período, o Município de Morro Reuter, através da Secretaria de Educação, iniciou as reflexões sobre esse tema em seu III Seminário Municipal de Educação para os professores da rede municipal (ANEXO C). Esse seminário ocorreu no dia 27 de abril do ano 2000 e o tema principal foi sobre: “todos são diferentes janelas dentro de uma mesma sala”. Entre as oficinas e palestras ofertadas nesse seminário, destaca-se a palestra “Inteligências Múltiplas e Estilos de

Aprendizagem”, com Maria da Graça Paiva⁵, professora da UFRGS, assim como oficinas com o professor Darci Orso⁶, entre outros.

Nesse mesmo ano, os alunos do projeto Espaço para Descobrir-se começaram a participar de atividades na sociedade, conforme a fala do gestor 8. Nos documentos da Secretaria Municipal, esse relato fica evidente através do recorte do Jornal Dois Irmãos, do dia 25 de outubro de 2000 (ANEXO D). Ele traz que os alunos do projeto Espaço para Descobrir-se participaram de uma hora do conto na Livraria Lumar. A responsável pela livraria contou a história da Branca de Neve aos alunos, que estavam sentados em um círculo, junto com a professora. Após essa atividade, conversaram sobre a obra contada.

Nesse período, a legislação vigente era a resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que apontava algumas diretrizes para a educação, trazia consigo, porém, a possibilidade de substituição do ensino regular pelo atendimento especializado para alguns casos específicos. Na Resolução CNE/CEB Nº 2, de 2001, o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, afirmando que os sistemas de ensino deveriam matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com “necessidades educacionais especiais”⁷, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Segundo essa resolução, a educação especial, modalidade da educação escolar, deve ser entendida como um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Nesse contexto, Morro Reuter, mesmo já conseguindo acompanhar, de forma lenta, as mudanças de paradigmas educacionais para a educação especial, ainda

⁵ Maria da Graça Paiva, palestrante do III Seminário Municipal de Educação de Morro Reuter. CV: <http://lattes.cnpq.br/4001452880341549>

⁶ Darci Orso, palestrante do III Seminário Municipal de Educação de Morro Reuter. CV: <http://lattes.cnpq.br/3830227203660549>

⁷ A resolução 02/2001 utiliza o termo “necessidades educacionais”.

trazia consigo questões culturais que versavam sobre a exclusão. No trecho do questionário do gestor 3, que segue, fica explícito o entendimento de algumas famílias sobre a exposição de seus filhos no contexto da integração nas escolas regulares.

A grande parte dessas crianças frequentava a escola regular. Algumas delas ficavam em casa com a família, pois a família acreditava que essas crianças igual não aprendiam, então, para que ir à escola? Não viam o lado de sociabilização dessa criança, mas, mesmo assim, havia um grupo de atendimento semanal, que ia até as famílias para o atendimento. A organização desse atendimento ficava a cargo da secretaria de educação e essa me deixava a par da situação (GESTOR 3).

A situação referida pelo gestor 3 também foi trazida pelo gestor 11, demonstrando que essa situação era percebida nos diferentes níveis da municipalidade.

A maioria das crianças com deficiência encontrava-se na escola regular, porém não frequentavam a mesma com regularidade. Os casos de maior comprometimento ficavam em casa, aos cuidados dos pais, e eram atendidos por um grupo de atendimento clínico (Psicóloga, Fonoaudióloga, Fisioterapeuta) semanalmente. Muitos pais mostravam-se resistentes em oficializar a matrícula, justificando que seus filhos 'não aprendiam', ficavam expostos (GESTOR 11).

De acordo com a fala do gestor 11, foi necessário a Secretaria Municipal de Educação fazer uma investigação junto à APAE do município de Dois Irmãos, a fim de encontrar as crianças com deficiência que estavam fora do sistema. A comunidade colaborava com a Secretaria Municipal de Educação informando sobre a residência das crianças que não estavam frequentando a escola regular e nem eram atendidas pelos profissionais especializados contratados pela Secretaria.

Foram realizadas conversas e buscas por essas crianças e adolescentes, bem como suas famílias, a fim de assegurar-lhes o acesso à escola. Buscamos, na época, informações junto à APAE de Dois Irmãos, uma vez que tudo ainda era muito novo e não tínhamos real conhecimento de como deveríamos proceder. Aconteciam reuniões desse grupo clínico com os professores que atendiam essas crianças para trocas de ideias, sugestões e melhor compreensão de cada caso de maneira individual. As profissionais também iam à escola para observar a criança em diferentes situações (GESTOR 11).

Continuando com a linha histórica da implementação da Educação Especial em Morro Reuter, foi encontrado, nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação, o projeto de criação do Centro Multidisciplinar de Atendimento às

crianças, aos adolescentes e aos jovens (ANEXO E). Esse documento traz, em sua introdução, um apanhado histórico da Educação Especial no município, destacando os diferentes momentos e lugares das crianças com deficiência até a criação do Centro. O trecho que segue retrata o período após o fechamento do Projeto Espaço para Descobrir-se e a nova forma de atendimento suplementar.

Em 2001, [...] as atividades passaram para a escola Dom Bosco. Além do atendimento individualizado, foi criado também um grupo clínico com as crianças PNEE e suas mães, em que eram trabalhadas atividades da vida diária e psicomotoras. As crianças participavam dos recreios e os adolescentes participavam das aulas de educação física junto com os alunos do ensino regular (ANEXO E).

O momento ao qual o documento se refere também é explicitado em uma parte do questionário do gestor 12, em que ele disse que “as crianças com deficiências se reuniam onde hoje é a EMEI Dom Bosco para realizarem atividades com professoras que eram indicadas pela Secretaria de Educação”.

O projeto de criação do Centro (ANEXO E), encontrado na Secretaria Municipal de Educação, traz ainda que, no ano de 2002, os atendimentos passaram a ser realizados no espaço da clínica, na Rua Travessão. Esse novo espaço também passou a oferecer atendimento psicopedagógico, estendendo suas atividades para as crianças do ensino regular, buscando atender a demanda de alunos com dificuldades de aprendizagem em geral.

Paralelamente aos atendimentos das crianças, nesse ano, iniciaram, gradativamente, os trabalhos com os profissionais das escolas municipais, cujos alunos eram atendidos nessa clínica. Eram realizados estudos que versavam sobre abordagens de diferentes teóricos, em diferentes áreas do desenvolvimento humano.

Conforme o questionário do gestor 1, fica clara a forma de atuação dessa clínica.

Implantamos o centro de atendimento especializado no município, em que contratávamos, anualmente, profissionais na área da fisioterapia, psicopedagogia, fonoaudiologia e psicologia. O trabalho era coordenado pela [...] – coordenadora pedagógica da SMEC, que fazia reuniões semanais com as profissionais, que juntas, discutiam o diagnóstico das crianças, seus avanços, bem como indicavam e avaliavam a necessidade de novas e outras intervenções. As profissionais atendiam as crianças, num espaço alugado pela prefeitura, próximo à Brinquedoteca do município, visto a necessidade de compartilhar com os brinquedos. Mensalmente, elas iam à escola para ‘dar uma devolução’ do trabalho aos professores, além de

dialogar com os professores para orientá-los pedagogicamente. Também mantinham uma estreita relação com os familiares destes alunos (GESTOR 1).

Em 2005, os atendimentos passaram a acontecer na Biblioteca Municipal. Em um primeiro momento, os profissionais dividiam os espaços em salas específicas. Posteriormente, o serviço de psicologia e fonoaudiologia passou para uma sala no prédio próximo à Biblioteca Pública Municipal.

Nesse mesmo ano, os alunos com deficiência começaram a participar do projeto de turno integral, disponibilizado para os alunos da rede municipal, no Ginásio Municipal, denominado “Bom dia Escola”, conforme trechos do questionário do gestor 5.

[...] nos anos 2005 e 2006, [...] tínhamos um projeto de turno integral, que atendia as crianças de várias escolas no ginásio municipal no turno contrário ao da aula regular. Várias crianças com deficiência iam junto a seus colegas e professores participar das atividades e oficinas oferecidas no projeto denominado ‘Bom Dia Escola’ (GESTOR 5).

Morro Reuter, dentro de sua singularidade, estava sempre tentando aprimorar as formas de atendimento para as pessoas com deficiência, buscando acompanhar a legislação vigente que, nessa época, primava pela inclusão de todos.

Em 2005, o Município, em seu IV Seminário Nacional e VIII Seminário Municipal de Educação (ANEXO K), que ocorreu entre os dias 27 e 30 de abril, teve como tema: (Re) Significando a escola – lugar de aprendizagens e de ser feliz. Uma das conferências desse evento foi sobre: Inclusão: pensamentos atuais e ações possíveis, realizada pela professora Monica Pagel Eidelwein⁸ O evento contou ainda com outros convidados.

No ano seguinte, Morro Reuter continuou investindo em formação para os professores, agora em seu V Seminário Nacional e IX Seminário de Educação (ANEXO L), cujo tema principal foi: O papel do Educador na construção de uma escola inclusiva. Esse evento ocorreu entre os dias 26 e 29 de abril de 2006 e contou com conferencistas que abordaram assuntos como: educar para competências é condição ética da inclusão social e um olhar inclusivo sobre os educandos.

⁸ Monica Pagel Eidelwein. Conferencista do IV Seminário Nacional e VIII Seminário Municipal de Educação de Morro Reuter. CV: <http://lattes.cnpq.br/7665093988657397>

Para dar continuidade ao novo cenário da Educação Especial proposto pelo Governo Federal, foi criada uma Portaria Normativa de Nº 13/07 - “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. Essa portaria integrou o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, elaborada pelo Grupo de Trabalho Nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, em 5 de Junho de 2007, apresentou um novo paradigma para a Educação Especial, dando aos alunos com deficiência o direito de estarem juntos, em uma escola inclusiva, sem discriminação.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, MEC/SEESP, 2008).

A partir de 2008, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, possibilitou às crianças com deficiência o ingresso e a permanência nas escolas regulares, com o auxílio das salas de atendimento educacional especializado. Essa política demandou uma nova reestruturação da instituição escolar.

Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva implantou as Salas de Recursos – AEE (Atendimento Educacional Especializado). No Documento Orientador Programa de Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais, encontram-se os objetivos que norteiam a estruturação e o funcionamento dessa ação.

Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva; Assegurar o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais estudantes; Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino; Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar (DOCUMENTO ORIENTADOR DO PROGRAMA IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, 2010, p.9).

Nesse documento, encontram-se as diretrizes para o alcance dos objetivos propostos pela Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva através do MEC/SEESP. Muitas dessas ações já foram ou estão sendo realizadas, conforme o trecho que segue:

aquisição dos recursos que compõem as salas; Informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados; Monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas; Orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE; Cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas; Promoção da formação continuada de professores para atuação no AEE; Publicação dos termos de Doação; Atualização das salas de recursos multifuncionais implantadas pelo Programa; Apoio financeiro, por meio do PDDE Escola Acessível, para adequação arquitetônica, tendo em vista a promoção de acessibilidade nas escolas, com salas implantadas (DOCUMENTO ORIENTADOR DO PROGRAMA IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS, 2010, p.9).

Em Morro Reuter, somente a partir de 2007 as crianças com deficiência começam a ser indicadas nos documentos do censo. Até o ano de 2006, os espaços para a indicação do número de crianças com deficiência, no documento do censo escolar, aparecem zerados, mesmo essas crianças já estarem frequentando as escolas, conforme consta em reportagens da Revista Nova Escola, do ano de 2006 (ANEXOS M, N). As duas reportagens trazem o dia a dia de duas escolas municipais, em cujas turmas, se encontram matriculados alunos de inclusão.

Na mesma época em que, nos documentos do Censo, começaram a aparecer os alunos, público-alvo da educação especial, iniciou-se a implementação da Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, que destinaria recursos como: salas de recursos multifuncionais e verbas de acessibilidade para as escolas que referissem no Censo alunos com deficiência. A partir de 2007, o diagnóstico clínico passou a ter grande importância, para que a pessoa com deficiência tivesse garantidos os seus direitos e os recursos necessários para frequentar a rede regular de ensino público, conforme pode ser visto no Quadro 3.

Quadro 3 – Dados do Censo dos anos de 1997 até o ano de 2015

Número de alunos matriculados Educação Especial (alunos incluídos)									
		Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Téc.	EJA Fund.	EJA Médio
1997	Estadual								
	Municipal								
	Privada								
1998	Estadual								
	Municipal								
	Privada								
1999	Estadual								
	Municipal								
	Privada								
2000	Estadual								
	Municipal								
	Privada								
2001	Estadual								
	Municipal								
	Privada								
2002	Estadual								
	Municipal								
	Privada								
2003	Estadual								
	Municipal								
	Privada								
2004	Estadual								
	Municipal								
	Privada								
2005	Estadual								
	Municipal								
	Privada								
2006	Estadual								
	Municipal								
	Privada								
2007	Estadual					1			
	Municipal			5	1			1	
	Privada								
2008	Estadual								
	Municipal			1					
	Privada	1							
2009	Estadual								
	Municipal		3	2	3				
	Privada								
2010	Estadual								
	Municipal		1	3	4			1	
	Privada								
2011	Estadual								
	Municipal		1	3	6			1	
	Privada	1							
2012	Estadual					1			
	Municipal			4	4				
	Privada		1						
2013	Estadual					1			
	Municipal		1	6	2				
	Privada								
2014	Estadual								
	Municipal		2	12	2				
	Privada								
2015	Estadual								
	Municipal			17	5			1	
	Privada								

Quadro 3 - Censo desde 97 até 2015, conforme dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Morro Reuter
 Fonte: elaboração da autora

Na fala do gestor 12, percebe-se que os recursos começaram a chegar, através da disponibilização das Salas de Recursos Multifuncionais, porém, ainda não se tinha um caminho definido para seguir dentro do Município.

Não há um projeto de inclusão no município. Temos as AEES, mas essas não são usadas em prol das crianças. O que se observa é que as crianças estão no ensino regular para cumprir a lei, incluídas elas efetivamente não estão porque não temos suporte, teórico, prático... (GESTOR 12).

Na época, além da disponibilização das Salas de Recursos Multifuncionais, vinha ocorrendo a introdução de novas possibilidades de apoio para as pessoas com deficiência que estavam no ensino regular. A Nota Técnica Nº 19/2010/MEC/SEESP/GAB, de 08 de setembro de 2010, versava sobre os profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino.

Os profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação, prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência.

A demanda de um profissional de apoio se justifica quando a necessidade específica do estudante público-alvo da educação especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes. Em caso de educando que requer um profissional 'acompanhante' em razão de histórico segregado, cabe à escola favorecer o desenvolvimento dos processos pessoais e sociais para a autonomia, avaliando juntamente com a família a possibilidade gradativa de retirar esse profissional.

Não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas, ao aluno público-alvo da educação especial, e nem responsabilizar-se pelo ensino deste aluno.

O profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público-alvo da educação especial, da sala de aula comum, da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola (NOTA TÉCNICA Nº 19, 2010).

Com a introdução dessa Nota Técnica, o município de Morro Reuter, para dar conta da demanda de crianças que estavam ingressando na escola regular, iniciou, então, a contratação de profissionais auxiliares de inclusão nas escolas, de acordo com o gestor 6.

As crianças estavam em classes regulares tendo uma monitora na maioria das classes para auxílio da Professora regente. Os movimentos se deram com a escuta de professores conscientes da realidade da importância da inclusão, a sensibilização da comunidade em ser a parte protetora e mobilizadora a todos que tinham a necessidade, promoção ao acesso em

reuniões de pais e professores e o acompanhamento do processo pela secretaria de educação com a sua equipe pedagógica (GESTOR 6).

A contratação dos profissionais de apoio também aparece na fala do gestor 7, quando fala sobre o olhar para a organização da educação inclusiva que a nova gestão da Secretaria de Educação buscava.

Primeiro organizamos o espaço escolar para receber os alunos, depois contratamos professores auxiliares para as turmas com alunos especiais. O segundo passo foi reorganizar o NAC para NAE (Núcleo de Atendimento Especializado) colocando novos profissionais e terceiro organizar a grade curricular para eles (GESTOR 7).

Em Morro Reuter, então, a partir do marco legislativo de 2010, os profissionais de apoio começaram a fazer parte do quadro funcional, de acordo com a demanda de cada escola. Eles eram contratados através de concurso público simplificado e a única exigência para assumir o cargo era ter Ensino Médio completo.

O gestor 9, faz referência, em seu questionário, ao período em que as Salas de Recursos ainda estavam sendo solicitadas, porém, as crianças com deficiência já estavam nas escolas regulares e, para tanto, ainda era necessário um acompanhamento e o planejamento das atividades realizadas.

Ao implementarmos a política de colocação de profissionais auxiliares de inclusão nas escolas, ainda enfrentávamos o desafio do planejamento dessas atividades com os recursos de que as escolas ofereciam, que ainda eram poucos, ou seja, tudo foi pensado e as ações realizadas com o material que a escola oferecia no momento. Com o passar do tempo, alguns outros recursos foram implantados, como, por exemplo, salas de AEE⁹ (GESTOR 9).

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), após a adesão do município, começaram a ser disponibilizadas para Morro Reuter, em 2011 e 2013. O documento que está no anexo F traz a listagem dos municípios que aderiram às SRM entre os anos de 2008 e 2013.

Os materiais e recursos que o Município de Morro Reuter foi recebendo, a partir da disponibilização das Salas de Recursos Multifuncionais (ANEXO G), estão explicitados, de acordo com o ano do contrato e a entrega ou não do material correspondente. Percebe-se que, na primeira sala disponibilizada para o Município,

⁹ O Gestor 9, quando fala "AEE", refere-se às Salas de Recursos Multifuncionais.

ainda faltam materiais para serem entregues, sendo que o contrato para a entrega desse material foi realizado no ano de 2009. Essa mesma realidade é encontrada nas salas disponibilizadas no ano de 2013.

A Secretaria Municipal de Educação disponibilizou um espaço, dentro da escola, que receberia os recursos para a Sala de Recursos Multifuncionais, porém, por ainda faltarem alguns materiais, o Município precisou adequar-se com os recursos existentes para iniciar os atendimentos.

O início do funcionamento da primeira Sala de Recursos Multifuncional foi destaque no Jornal Dois Irmãos, do dia primeiro de outubro de 2013 (ANEXO H). A reportagem relata sobre o grande desafio que é a inclusão das crianças com deficiência para as escolas municipais de Morro Reuter. Aborda ainda que essa sala, disponibilizada com recursos do Ministério da Educação, tem como objetivo instrumentalizar os alunos com deficiência e os professores. Em um primeiro momento, a sala iniciou com o atendimento a sete alunos, vindos de diversas escolas do município. Nessa mesma reportagem, aparece o recebimento das outras duas salas de recursos multifuncionais, no ano de 2013.

Percebe-se que, no decorrer dos anos, as partes que estavam envolvidas com a aplicação da Lei – Estado, mesmo que, com lentidão na distribuição de recursos, conseguiu ir dando o incentivo para que a implementação dessa política fosse conduzida. A nível municipal, os gestores conseguiram, cada um à sua maneira, ir colocando os recursos disponibilizados em funcionamento, porém, por perceberem ou sentirem que, talvez, os monitores da inclusão pudessem trazer melhores resultados, deixaram as Salas de Recursos fechadas. Esse espaço foi sendo ocupado para outras finalidades educativas, conforme o gestor 8: “contudo, as professoras do NAE vem utilizando elas nas visitas diretas realizadas nas escolas”.

Dessa forma, é possível compreender o olhar do gestor frente à pessoa com deficiência. Cada gestor que passou pelo Município, indiferentemente da época, foi trazendo seu olhar, seu conhecimento, sua singularidade e sua história e, com isso, foi traçando os objetivos e as metas para a educação inclusiva.

6.3.2 CATEGORIA 2: O papel do gestor na implementação da Educação Inclusiva.

Morro Reuter é um município que apresenta algumas particularidades em seu quadro gestor. Percebe-se que os mesmos sujeitos seguiram em mais de uma gestão, assumindo cargos diferentes, conforme explicitado no Quadro 1, que traz a relação dos sujeitos da pesquisa e sua função, no decorrer dos anos. Nesse quadro, nota-se que o gestor 3 passou pelo cargo de vice-prefeito e, no mandato seguinte, tornou-se prefeito. O mesmo ocorreu com o gestor 4. Alguns gestores passaram pela direção de escolas e, após, foram chamados para assumirem cargos dentro da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, como foi o caso dos gestores 5, 11, 12 e 14. O Quadro 1 mostra também que o gestor 1 passou do cargo de secretário de educação para o cargo de vereador.

Esse Município, por ser pequeno¹⁰, apresenta, em seu quadro gestor, desde sua emancipação, um número reduzido de gestores, já que muitos deles, no decorrer dos anos, passaram de um lugar para outro, mantendo-se no nível da gestão. O perfil encontrado em Morro Reuter, segundo Dias e Matos (2012), é um instrumento de gestão, pois todos os envolvidos com a política precisam colaborar entre si.

O estabelecimento de prioridades, objetivos e metas a serem alcançadas constituem a espinha dorsal de uma política pública, seu aspecto mais concreto, e sinaliza para todos os envolvidos os parâmetros pelos quais devem se orientar as ações na área. São as diretrizes para o setor, quer seja para a área da saúde, da educação, meio ambiente ou turismo, entre outras. Podemos associar as políticas públicas como ferramentas utilizadas pelo Estado para exercer suas funções públicas no atendimento de demandas sociais e solução de problemas que afetam a coletividade (DIAS; MATOS, 2012, p. 61).

A Constituição de 1988, de acordo com Dias e Matos (2012, p.31), “estabeleceu, em seu artigo 18, que a organização político-administrativa do país compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.” Sabe-se que o município é a menor célula do governo, estando, portanto, mais perto da população, de modo a conhecer melhor as suas necessidades.

[...] o Estado, que entendemos como o conjunto de instituições que controlam e administram uma nação, tenha surgido como o instrumento por meio do qual os homens exercitariam a força da cooperação entre eles, e

¹⁰ Conforme censo realizado pelo IBGE, em 2010, a população total desse município era de 5.676 habitantes e a previsão para 2014 era de 6.056 habitantes.

assim, conseguiriam enfrentar com melhores resultados as adversidades do meio ambiente (QUEIROZ, 2012 p. 27).

Carvalho (2010) traz uma reflexão sobre a gestão para a análise da realidade brasileira, considerando quatro níveis, a partir dos estudos do professor Almerindo Janela Afonso, da Universidade do Minho, de Portugal. Os níveis da Gestão Educacional, explicitados nessa análise, são trazidos na Figura 3, abaixo, buscando relacionar a teoria com a pesquisa realizada.

Além dos níveis de gestão descritos por Carvalho (2010), parece importante acrescentar o nível do indivíduo, que é o principal agente da política inclusiva. É para ele que vem sendo aprimoradas as ações e as práticas governamentais.



Figura 3 - Nível de Gestão Educacional
Fonte: adaptado de Carvalho (2010)

A gestão da política educacional é conduzida por uma ampla estrutura, constituída a partir da globalização, ou seja, das questões que ocorrem a nível mundial, chamada de nível megassociológico. Neste quadro, esse nível refere-se à base da pirâmide, pois ele direciona as ações do Estado. Acima dele aparece o nível macrosociológico, que diz respeito ao papel do Estado. Nesse nível, são definidas as políticas educacionais que, para serem implementadas, necessitam da colaboração dos diferentes segmentos do Estado. O nível que se refere às instituições escolares, chamado de nível mesossociológico, vem seguido do nível microsociológico, que se refere à sala de aula. Esses dois últimos níveis são os que realmente efetivam ou não a política educacional. A estrutura, por si só, não garante a efetivação da política. É necessário que se considere o olhar de cada gestor para a singularidade do meio, para o qual foram estabelecidos os objetivos. A gestão pode prover os recursos, mas não pode demarcar a forma como cada sujeito, dentro

de sua singularidade, vai atuar. Assim, acrescentou-se o nível do indivíduo a essa tabela, pois ele é quem irá ser favorecido ou não, a partir do olhar do gestor, conforme Mittler (2003).

O diretor das escolas, o governo e os coordenadores de educação especial são, cada um a seu modo, responsáveis por assegurar que todos os alunos tenham acesso ao currículo global e a todas as possibilidades de experiências oferecidas pelas escolas. Entretanto, como temos visto, a inclusão exige mais do que isso. Não é suficiente para os alunos serem apoiados para terem acesso ao que está disponível nas escolas. A essência da inclusão é que deve haver uma investigação sobre o que está disponível para assegurar aquilo que é relevante e acessível a qualquer aluno da escola. Cedo ou tarde, essa gama de possibilidades e oportunidades incluirá muitos ou todos os alunos que estão agora em escolas ou em classes especiais. Ainda que haja muitas ações que as escolas possam fazer para trabalhar pela inclusão, há limites para o que cada escola pode atingir sozinha. Deve haver uma mudança sistemática e uma política nacional (MITTLER, 2003, p. 27).

Nas questões trazidas pelos gestores do município pesquisado, aparecem os diferentes níveis apresentados na Figura 3. O que se sente, porém, é a premência de uma articulação entre os diferentes níveis da gestão, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência usufrua dessa política.

Nas falas dos gestores do município de Morro Reuter entre os anos de 1992 e 2015, fica evidente que cada nível da gestão sabe seu papel e sua importância para a implementação da política educacional inclusiva.

Eu, na função de Prefeita, delegava poderes à Secretaria de Educação, que elaborava as melhores estratégias para o atendimento, não só da criança, mas da família como um todo (GESTOR 3).

Como prefeito municipal, atento as evoluções no campo educativo, procuro colaborar com o secretário de educação e seus profissionais dentro das condições do Município para a inclusão ser definitivamente efetiva (GESTOR 4).

Como conselheira do Conselho Municipal de Educação, tenho contato direto com a legislação bem como sua aplicação nas instituições de ensino do Município (GESTOR 14).

Minha função baseava-se na gestão da educação do Município. Minha obrigação era de dar o melhor atendimento possível às crianças e às famílias bem como suporte aos profissionais que estariam atendendo alunos de inclusão (GESTOR 7).

Percebe-se que, à medida que os níveis da gestão vão se aproximando do nível mesossociológico, o qual representa a instituição escolar, o papel do gestor torna-se mais efetivo, pois compete a ele o emprego dos recursos recebidos, conforme relatado pelos gestores.

Como coordenadora pedagógica, adotávamos como princípio norteador do nosso trabalho, as reuniões pedagógicas que objetivavam repensar em estratégias de ensino que poderiam auxiliar no processo de planejamento e execução das atividades juntos as crianças com deficiência (GESTOR 9).

Enquanto diretora, minha função era oferecer vagas para as crianças com deficiência, acolhê-las na escola, assim como as famílias que matriculavam essas crianças e aceitá-las, propiciando um ambiente em que elas se sentissem bem, junto aos colegas e professores, sempre tendo respeitadas as suas necessidades. Também era minha função fornecer suporte, junto à coordenação pedagógica (GESTOR 5).

A minha função era administrativa e acredito que ela foi importante nas reuniões das direções das escolas, onde explanávamos os problemas, situações do dia a dia (GESTOR 13).

Eu, na função de gestor, sempre lutei para conseguir incluir da melhor maneira possível os alunos de inclusão na classe regular. Pois conseguimos uma sala de múltiplo uso com vários jogos. Também fiz de tudo para que fossem atendidos por outros profissionais (psicóloga, fonoaudióloga, psicopedagoga...) (GESTOR 10).

Dentro da gestão educacional, os gestores envolvidos na implementação dessa modalidade de ensino demonstraram, através de suas falas, que duas questões estavam sempre presentes: (1) a questão dos profissionais e (2) a questão de recursos, indiferentemente do período pesquisado.

Como primeira questão destacada, o gestor 5 refere que “[...] até hoje, são nossas estruturas físicas e materiais de apoio que ainda deixam a desejar, além de profissionais formados na área da inclusão educativa” (Gestor 5).

Nos relatos sobre as questões relativas aos profissionais, aparece, além da necessidade de formação, as barreiras emocionais de cada educador. Essa fala reforça o quanto o olhar do gestor pode traçar o delineamento para esse processo.

Senti barreiras emocionais dos educadores, por mais estrutura física que se promova no sistema educacional, me deparei, percebi que alguns profissionais não estão dispostos aos planejamentos multidisciplinar, para pessoas diferentes que possuem ritmos diferentes, maneiras de pensar diferente (GESTOR 6).

Primeiramente a resistência dos professores ao novo, esta foi a parte mais complicada. A falta de preparo dos mesmos para o trabalho com a nova realidade. O medo de não dar conta da turma tendo um aluno especial nela (GESTOR 7).

A questão dos profissionais da educação do Município de Morro Reuter foi o foco da pesquisa de Claro (2013). Em suas considerações finais, ela relata o quanto os pesquisados do Município de Morro Reuter se sentem leigos no assunto, quando se trata da inclusão. Traz, ainda, que eles vivem em uma crise constante quando o assunto é a inclusão e que, muitas vezes, não sabem como agir com o aluno e que

tipo de atividade propor. Como consequência, verificou-se que o fato de os docentes não terem uma opinião definida, favorável ou não a respeito da inclusão também pode justificar a insegurança e o sentimento de despreparo para atender a essa demanda.

Por meio da pesquisa de Claro (2013) em conjunto com este estudo, pode-se compreender o quanto o olhar do profissional da educação está intimamente ligado à gestão, nos níveis mesossociológico e microssociológico. Quando tratam da importância da educação para a formação do cidadão, Ferreira e Guimarães (2003, p.42) afirmam que “o professor necessita olhar o aluno com olhos de quem tem capacidade de absorver conhecimentos, de aprender, acreditando, sendo predador de quem a criança é capaz”. Esse olhar que o professor necessita ter, conforme Ferreira e Guimarães (2003), precisa vir a partir do olhar do gestor, envolvido com a instituição escolar e, propriamente, com a escola. A partir desse fio condutor, pode-se ter uma mudança favorável, para justificar a insegurança e o despreparo do profissional da educação.

A segunda questão destacada pelos gestores foram os recursos. O Gestor 10 disse que “a escola possui a sala para atender os alunos de inclusão e não tem profissional para atender os alunos”. Essa questão também foi abordada pelo gestor 7, que referiu que as salas foram montadas com recursos do MEC, porém, não estão sendo utilizadas de acordo com o que prevê a legislação por questões financeiras ou em função de falta de pessoal.

As salas de AEE foram adquiridas com o MEC, porém não estão em funcionamento completo devido à falta de profissional habilitado. Este ano, por ser ano eleitoral, não foi possível contratação. Contudo, as professoras do NAE¹¹ vem utilizando elas nas visitas diretas realizadas nas escolas (GESTOR 7).

O gestor em um nível mega e macrossociológico tem como papel proporcionar e assegurar que os recursos cheguem até os níveis meso e microssociológicos. Nesses níveis, engendram-se diferentes olhares e posicionamentos sobre o lugar que ocupa a pessoa com deficiência, que podem ou não alterar o fluxo da implementação da política inclusiva.

¹¹ O NAE (Núcleo de Atendimento Especializado) ao qual o gestor 7 se refere é composto por uma Psicopedagoga, uma Fonoaudióloga e uma Psicóloga.

Os documentos encontrados na Secretaria Municipal de Educação de Morro Reuter mostram que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no ano de 2012, disponibilizou para a primeira escola do município, que recebeu a Sala de Recursos Multifuncionais, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o valor referente ao Apoio Escolar para a Acessibilidade (ANEXO I), conforme consta na Legislação vigente. No ano de 2014, as outras duas escolas que também foram contempladas com as Salas de Recursos Multifuncionais, no município de Morro Reuter, receberam essa mesma verba do PDDE, referente ao Apoio Escolar para a Acessibilidade (ANEXO J). Através da comprovação do recebimento desses recursos, percebe-se que as questões referentes à utilização ou não dessas salas estão diretamente ligadas à gestão, no nível mesossociológico, porque os gestores fazem a escolha da linha de trabalho a seguir durante sua gestão.

6.3.3 CATEGORIA 3: O imprescindível para a Educação Inclusiva

O questionário disponibilizado para os gestores perguntava em uma das questões o que, na visão do gestor, era imprescindível para implementar a inclusão no Município de Morro Reuter. Essa questão também foi discutida por Dias e Matos (2012), para quem

novas reflexões sobre a realidade que nos cerca são necessárias para o seu entendimento e para que possamos pautar nossas ações por valores que sejam o resultado do amadurecimento da humanidade como um todo, e que envolvam o respeito à vida, ao meio ambiente, a justiça social, o respeito à diversidade cultural, às diferenças, enfim, um enorme conjunto de novas questões, diretamente ligadas às ações que devem realizar o poder público para que sejam oferecidas as condições adequadas para que se concretizem os novos e os antigos direitos da pessoa humana (DIAS; MATOS, 2012, prefácio).

Como a sociedade vem se modificando e buscando novas formas de olhar as pessoas com deficiência, o Estado precisou buscar recursos para promover o bem comum.

O bem comum consiste no conjunto de condições sociais que permitam e favoreçam nos seres humanos o desenvolvimento integral de todos os membros da comunidade. E o Estado tem por fim último oferecer condições

para que todas as pessoas que integram a comunidade política realizem seus desejos e aspirações, e para tanto assegura a ordem, a justiça, o bem-estar e a paz externa, que são elementos necessários para que as outras necessidades públicas sejam atendidas. Tradicionalmente, o Estado desempenhou uma função social como agente econômico destinado a realocar os recursos escassos e amenizar as contradições inerentes ao próprio desenvolvimento das forças de reprodução do capital – como o aumento da desigualdade social e regional, entre outras, característica essa acentuada na configuração do Estado de Bem-Estar Social. O que acontece que a relação entre Estado e o indivíduo receptor do benefício é mecânica, e embora sua ação seja permeada por um aparato burocrático formado por indivíduos reais, na realidade a relação se estabelece entre seres humanos e uma engrenagem [...] (DIAS; MATOS, 2012, p.9)

A pessoa com deficiência, no decorrer dos tempos, vem passando por diferentes lugares e posicionamentos dados pela sociedade: lugar da exclusão, depois da segregação e chegando até o período da integração e da inclusão. Hoje, todos os níveis da gestão buscam a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, porém, para que isso se efetive, é preciso refletir sobre o lugar da pessoa com deficiência no olhar do gestor que, muitas vezes, está escondida dentro de um olhar de tempos mais remotos.

Ainda hoje se percebe, na fala de alguns gestores, que a deficiência é entendida de duas maneiras distintas, conforme Diniz, Barbosa e Santos (2009): como uma manifestação da diversidade humana ou como uma desvantagem natural.

Essas formas de olhar a deficiência estão presentes na fala dos gestores de Morro Reuter: o olhar da sociedade que provoca a desigualdade e o olhar de pena e que necessita reparar os impedimentos corporais, conforme evidencia a fala do gestor 5.

Foi desafiador e gratificante o processo de ter as crianças com deficiência cada vez mais inseridas e incluídas em nossas escolas. Gratificante, pois é direito delas e ver um direito assegurado sempre é muito bom. Também foi gratificante, pois elas aprendiam com as 'normais' e as 'normais' aprendiam com as crianças com necessidades especiais (GESTOR 5).

Essa fala, além de retratar o olhar de piedade frente à pessoa com deficiência, também traz o quanto a pessoa com deficiência ainda está em um lugar de menos valia frente aos outros, sendo feita a diferenciação entre os sujeitos, usando aspas. Percebe-se que a imposição da norma entre o que é normal e o que é anormal ainda se mantém muito forte, mesmo nos dias atuais.

Ao pensar no outro, reflete-se sobre as semelhanças e as diferenças, o normal e o anormal, que ele apresenta. Os “parâmetros” trazem o que socialmente remete a modelos pré-estabelecidos. Conforme Amaral (2008 apud BARTALOTTI, 2006, p. 26-7), são usados três grandes parâmetros

para definir diferenças tidas como significativas, ou seja, determinantes da ‘anormalidade’. O primeiro deles seria o critério estatístico, que está diretamente ligado ao conceito matemático de norma, ou seja, à constatação daquilo que seria característico da maioria das pessoas frente ao fator pesquisado. [...] O segundo critério para determinação da diferença significativa seria o anatômico/estrutural (ou estrutural/funcional), que se refere tanto à integridade da forma, quanto à competência da função. [...] O terceiro critério seria o que Amaral (1998) chama de ‘tipo ideal’. Este é o critério mais impregnado de crenças, valores, ideologia. Corresponde à comparação de uma pessoa (ou grupo de pessoas) com um padrão definido como ‘ideal’ pelo grupo dominante.

Nos últimos cem anos, verificou-se um processo dolorosamente lento de integração e participação das crianças com deficiência na escola regular e na sociedade. A educação especial passou, todavia, no final de século XX e início do século XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças.

O movimento da inclusão, entretanto, desacomodou as estruturas e o funcionamento da escola tradicional, com seu modelo rígido e arraigado no saber técnico. A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva também trouxe novos paradigmas educacionais.

Nas falas dos gestores aparece, contudo, a necessidade de ampliar a estrutura, de fazer investimentos e formar profissionais para atuarem na educação como algo imprescindível para a implementação da proposta da inclusão.

Alguns educadores identificados com a possibilidade de oferecer novas propostas aos alunos aceitaram os desafios da inclusão e, com certeza, foram de extrema importância para o rompimento de muitos preconceitos (GESTOR 8).

Acredito que deva haver mais investimento na formação de professores, a fim de sensibilizarmos estes profissionais para que promovam atividades que possam, dentro das possibilidades do educando, que estimulem este aluno (GESTOR 13).

[...] Claro que precisamos de muitos materiais e ambientes pensados para atender as necessidades específicas das crianças com necessidades educacionais especiais (GESTOR 14).

Primeiro lugar precisa ter professores para atuar nas salas de múltiplo uso. Os professores deveriam fazer um curso sobre inclusão. Pois todos os alunos têm direito em ter uma ACI adaptada ao currículo e isto os professores têm muita dificuldade em fazer. Os gestores, como prefeito,

Secretário da Educação precisam ter um outro olhar sobre a inclusão e lutar mais para que os alunos realmente sejam incluídos na sala de aula regular. Ter também durante o ano um profissional capacitado em inclusão, que possa acompanhar os professores no mínimo uma vez por mês nos planejamentos semanais. Pois, em Dois Irmãos, eles têm e dizem que funciona muito bem (GESTOR 10).

A legislação, a partir dos anos da Nova Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, trouxe, em sua espinha dorsal, o investimento, através das salas de Recursos Multifuncionais (ANEXO G) e da verba de Apoio Escolar para a Acessibilidade (ANEXOS I, J) para as escolas onde as salas foram disponibilizadas.

Ferreira e Guimarães (2003, p. 44) referem que a “educação de qualidade para todos é um novo paradigma, de pensamento e de ação, no sentido de ter como ideal uma sociedade na qual a diversidade seja mais norma do que exceção”. Por outro lado, os gestores também trazem, em sua fala, o quanto a mudança de paradigmas pode fazer a diferença nesse contexto educacional.

Menos julgamento e mais entendimento - Urgente. *Amor ao ser humano acima de tudo. *Atenção à infraestrutura com acessibilidade. *Profissionais democráticos e flexíveis quanto ao planejamento e principalmente ao processo de cada indivíduo. *Políticas públicas que promovam o debate cada vez mais da Igualdade no contexto escolar valorizando as diferenças! *Materiais diversos que estimulem os sistemas sensoriais, ampliem a percepção da aprendizagem. *Centro equipado e preparado com equipes de profissionais para atender os alunos de inclusão (GESTOR 6).

Trabalho de conscientização de toda a sociedade. Conscientizar todos os envolvidos na área de educação, disponibilizando cursos de formação aos profissionais que estão atendendo os alunos de inclusão (GESTOR 3).

Uma conscientização de toda a sociedade, especialmente daqueles que atuam com a educação. A partir dessa conscientização, um investimento em suporte permanente de um coordenador que apoie os profissionais que estão vivendo a inclusão (GESTOR 11).

[...] o conhecimento e profissionais que se identifiquem com a área, que percebam a inclusão como possibilidades, respeitando a individualidade e o tempo aprendizagem de cada um. (GESTOR 8).

O imprescindível é o respeito às diferenças. E o comprometimento de toda a equipe escolar para efetuar uma inclusão plena (GESTOR 14).

O planejamento: esse é um aspecto que acompanhado e estimulado vai agregar valor a prática docente e auxiliar sempre e cada vez mais os alunos. Professores estudar e implementar um olhar ainda mais sensível junto aos alunos no que tange às questões avaliativas e de possibilidades de projetos pedagógicos que viabilizam a interação e participação dos alunos (GESTOR 9).

As falas dos gestores descritas anteriormente são reforçadas por Dias e Matos (2012), que afirmaram que “novas reflexões sobre a realidade que nos cerca

são necessárias [...] para que possamos pautar nossas ações por valores que sejam o resultado do amadurecimento da humanidade como um todo”.

Percebe-se, além disso, que a legislação também está sendo aprimorada e passando por reflexões, à medida que é trazida a Nota Técnica Nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE, que afasta a exigência de um laudo técnico para constar no Censo Escolar.

Cabe destacar, ainda, a afirmação de Ferreira e Guimarães (2003, p.44), para quem a diversidade será respeitada e promovida como um valor na sociedade apenas “quando as escolas não excluïrem mais ninguém, independentemente de suas condições físicas, psíquicas, econômicas e outras”.

Percebe-se que o município de Morro Reuter vem, mesmo que lentamente, articulando ações, de acordo com a lei, porém, para que se torne um lugar onde a inclusão seja de direito e de fato, necessitaria uma mudança para além da norma. Os gestores do Município de Morro Reuter, em suas falas, trazem que somente a norma não promove a inclusão, mas idealizam um novo momento educacional, que ainda não se efetivou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideram-se válidos os instrumentos utilizados neste trabalho, pois permitiram a obtenção de dados expressivos e satisfatórios, possibilitando situar o lugar da pessoa com deficiência, através da fala de seus gestores, no Município de Morro Reuter.

Ao término desta pesquisa, destacam-se alguns pontos que poderão nortear estudos futuros sobre esse tema tão relevante. Apontam-se questões que foram sendo observadas no decorrer da pesquisa a partir da realidade do Município estudado.

Uma das questões a considerar é a **legislação X implementação**. O município, dentro de suas especificidades, acompanhou o processo de implementação da política de educação especial desde sua emancipação. Antes do ano 1992, Morro Reuter pertencia ao Município de Dois Irmãos, de forma que não tinha uma política de educação própria. Após sua emancipação, considera-se que fica evidente que a lei sempre foi aplicada em todos os níveis da gestão municipal. A implementação da política educacional inclusiva trouxe maiores dificuldades para sua realização efetiva nos níveis meso e microsociológico, que se referem à instituição escolar e à sala de aula. Nas falas dos gestores, verificou-se que a lei puramente impositiva não transforma, não gera modificação na forma de olhar a deficiência. O sujeito da educação inclusiva merece de todos um olhar de acolhimento, de muitas possibilidades de crescimento, que enseje sua inclusão em todos os níveis de ensino e na comunidade.

O município optou em receber as salas de Recursos Multifuncionais, hoje, porém, elas encontram-se fechadas. Considera-se, entretanto, que nem todos os recursos necessários para seu funcionamento efetivo chegaram ao Município no tempo hábil do contrato. O perfil da gestão, a nível municipal, seguiu um caminho diferenciado, optando em privilegiar o papel do monitor nas salas que tinham alunos com deficiência, deixando as Salas de Recursos Multifuncionais sem função. Apesar de as escolas contarem com um monitor em cada uma das salas de aula com alunos com deficiência, a proposta da inclusão não foi concretizada. Esses monitores não conseguiram cumprir o papel proposto na legislação, prevista na Nota Técnica Nº 19/2010, que se refere à monitoria. A nota é clara quanto às funções dos monitores. O profissional de apoio justifica-se quando a necessidade do estudante

com deficiência não pode ser atendida juntamente com os demais estudantes. Traz, ainda, que é papel da escola favorecer os processos pessoais e sociais de autonomia desse estudante, juntamente com a família, a fim de se retirar, aos poucos, o monitor. Finalizando, a nota relata que o profissional de apoio deve atuar de forma conjunta com o professor referência da sala de aula ou da Sala de Recursos Multifuncionais e com outros profissionais.

A gestão, em nível municipal, influencia diretamente na forma de execução da Política Nacional de Educação Inclusiva, pois é ela que traça as metas a serem efetivadas a partir do nível macrossociológico. Esse caminho é seguido através do olhar da gestão para a pessoa com deficiência. No Município em estudo, esse caminho continuou mais direcionado à integração, pois continuou buscando o princípio de normatização para os alunos. Mantoan (2015) relata que a integração escolar pode ser entendida como a justaposição do ensino especial ao regular. Acredita-se que foi isso que ocorreu no Município de Morro Reuter, quando as Salas de Recursos Multifuncionais foram fechadas e os Profissionais de Apoio introduzidos.

Outra questão a considerar é sobre **recursos disponibilizados X implementação**. O município, no curso de sua história recente, foi se fortalecendo com recursos para tentar dar conta do desafio imposto pela legislação vigente. Em um primeiro momento, foi trazendo as crianças com deficiência para o olhar da sociedade, através da institucionalização. Colocou recursos à disposição para deslocamento e pagamento dos atendimentos das crianças com deficiência na APAE no município vizinho. Mais tarde, julgando que a educação de todas as crianças era de competência do município de Morro Reuter, abriu vagas para que fossem matriculadas em uma escola regular. Assim, foi criada uma classe especial, aproximando-as do convívio escolar, proporcionando recursos: humanos, através de profissionais habilitados, de estrutura física e materiais. Dando continuidade à implementação da política de educação especial, o município disponibilizou recursos para a contratação de profissionais do grupo clínico e para o aluguel do espaço que se constituiu como um Centro de Atendimento para as crianças com deficiência no contra turno escolar. Em certo momento da história, o Estado passou a ser provedor de recursos materiais, possibilitando a aquisição das Salas de Recursos Multifuncionais, e de verbas para acessibilidade.

Quanto aos recursos disponibilizados para a implementação da educação inclusiva, notou-se que o município foi conseguindo dar conta, mesmo que com dificuldade. O que chama a atenção, ao longo desse percurso, é que todos esses recursos financeiros, humanos e de estrutura, não diminuíram as questões relacionadas à atuação dos professores das turmas onde estavam integrados alunos com deficiência. Todo o período foi marcado, na fala dos gestores, como tendo sido implementada a educação inclusiva, como algo que foi concluído, vê-se, porém, que ainda existem falhas e faltas nesse processo, para que seja considerado inclusivo.

A legislação e os recursos sozinhos não garantem a implementação efetiva da inclusão, é preciso ater-se à terceira questão de reflexão: **o olhar sobre a diferença X implementação.**

As leis determinam o comportamento, o rumo a seguir, mas não mudam a crença e o desejo que leva à mudança ou à aceitação de um novo paradigma. Nesse sentido, a inclusão não cabe somente no campo da lei.

As leis são para todos, são da ordem do universal, mas todo esse percurso mostra que a igualdade não se dá na forma da lei, mas pelo trabalho contínuo de todos e principalmente pelo desejo e pela mudança singular e subjetiva de olhar, de perceber o outro. Esse olhar de desejo pela mudança, pela inclusão de todas as pessoas na educação e na sociedade, precisa perpassar todos os níveis da gestão. O professor e a pessoa com deficiência são o final da pirâmide, quando vista dentro do contexto dos níveis da gestão educacional trazidos por Carvalho (2010). Nos níveis de gestão educacional, a base da pirâmide se dá pelas questões mundiais, da globalização – nível megassociológico. A partir disso, o Estado define sua política educacional, em colaboração com seus diversos segmentos – nível macrossociológico. Estreitando a pirâmide, vem o nível mesossociológico, que se refere à instituição escolar, que coloca as ações culturais, as políticas e práticas em funcionamento. Chega-se, então, ao nível microssociológico, que é a sala de aula e é o lugar onde a proposta da política inclusiva pode ou não se efetivar.

Percebe-se, em Morro Reuter, que a escola ainda está moldada na forma da excelência educativa: educação que ensina a técnica, mas que ensina pouco a viver. Os recursos disponibilizados com os monitores, as adequações curriculares, as salas de AEE ainda são utilizados como ferramentas de reabilitação, como um dispositivo ortopédico, para que nada mude, para que o processo continue sendo implementado dessa mesma forma. Nesse sentido, aparece sempre o ponto de

tensão entre o comum e o diferente, por isso o desafio da implementação dessa política continua. É preciso perceber que, a partir da diferença, se criam novas identidades. Pensa-se ser esse o papel dos recursos: promover a potencialidade das crianças com deficiência e não simplesmente encontrar uma forma de serem colocados conforme dita a norma.

Incluir demanda o reconhecimento do outro como sujeito de possibilidades. Conforme Ferreira e Guimarães (2006), a inclusão baseia-se no modelo social da deficiência, ou seja, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada; ela precisa ser capaz de atender às necessidades. A inclusão necessita uma renovação da escola e dos sujeitos com ela envolvidos. Trabalhar, inovar e ousar no trabalho na perspectiva da educação inclusiva não é impossível. É ainda um desafio para o Município de Morro Reuter, pois é necessário pensar e refletir, para construir e promover esse novo paradigma educacional, para além do desejo de mudar.

Em Morro Reuter, vê-se que as crianças ainda permanecem integradas, mas não estão incluídas. Os gestores apontam que alguns professores conseguem realizar um trabalho diferenciado, com um olhar subjetivo, de cumplicidade com o sujeito com deficiência, mas muitos ainda permanecem com o olhar impositivo da lei e da norma.

Esta pesquisa fez refletir sobre o quanto das ações governamentais é realizado em nome da norma, da lei e não da crença, da capacidade das pessoas com deficiências. É necessário que o olhar frente aos sujeitos com deficiência denotem a percepção em relação as suas capacidades. Entende-se que, no município de Morro Reuter, o olhar para o sujeito com deficiência ainda é de pena, de assistencialismo. Esse é o mesmo olhar referenciado, no decorrer da história, quando a sociedade se achava em dívida com esses sujeitos.

Pensa-se que o Município de Morro Reuter está seguindo um caminho rumo à inclusão, porém, para que isso se concretize, é preciso mais, pois além dos recursos, da técnica e dos profissionais, é preciso ter o olhar humano frente aos sujeitos e suas singularidades.

A política de inclusão das pessoas com deficiência na escola não visa somente à educação, mas, através dela, busca-se sua inserção na sociedade em geral.

Acredita-se que este trabalho enriqueceu a pesquisadora, não só por causa da pesquisa realizada junto aos gestores municipais de Morro Reuter, mas também

em do conhecimento construído a partir do estudo do lugar da pessoa com deficiência no decorrer da história da educação especial, no mundo e no Brasil. Foi possível refletir sobre o longo caminho que a educação especial trilhou: da exclusão total das pessoas com deficiência até hoje, com sua integração e possibilidade de inclusão. Observa-se o surgimento de novos paradigmas, ao longo do tempo, que oportunizaram o nascimento de uma nova época para o benefício, não só das pessoas com deficiência, mas para todos que acreditam que a inclusão é possível e que todos precisam aprender.

Acredita-se que, muito foi escrito e realizado em direção à inclusão das pessoas com deficiência por meio da legislação e em todos os campos do conhecimento. Contudo, pode-se dar continuidade a esse estudo, buscando formas de efetivar a real inclusão no município de Morro Reuter, com um novo olhar frente à pessoa com deficiência.

Considera-se que o imprescindível para a inclusão é o olhar humano para além da técnica e da legislação.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Cláudio R.; JESUS, Denise M. de. **Avanços em políticas de inclusão**. Editora Mediação, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº. 9**, de 9 de novembro de 1995. São Paulo.

BRASIL. **Documento orientador programa implantação de salas de recursos multifuncionais**. [recurso eletrônico]: Instituído pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: out. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Básica – MEC/CNE/CEB. Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2001.

BRASIL. **Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. NOTA TÉCNICA Nº 04/2014/MEC/SECADI / DPEE.

BRASIL. **Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Nota Técnica 19/2010 – MEC/SEESP/GAB.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: out. 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Decreto Nº 3.298, de 1999 regulamenta a Lei nº 7.853/89. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf>>. Acesso em: Ago. 2015.

BRASIL. NOTA TÉCNICA – SEESP/GAB/Nº 11/2010. **Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE**

em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=529-notatecnica-n112010&Itemid=30192 Acesso em: jan. 2016

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990a. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 20/11/2015.

_____. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 04/10/2015.

_____. Decreto N.º 6.094 de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em abril de 2016.

_____. Decreto N.º 7.611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em julho de 2016.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: jan. 2016

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o **apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde**, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 10/01/2016.

_____. Portaria Normativa Nº 13, de 24 de abril de 2007, dispõe sobre a **criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais"**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192> Acesso em: jan. 2016.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.

BURITY, J. A. Cultura e identidade nas políticas de inclusão social. In: AMARAL Jr, A.; BURITY, J (orgs). **Inclusão Social, Identidade e Diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**, São Paulo: Annablume, 2006. P. 39-66.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3. ed. Porto Alegre, RS : Mediação, 2010.

CLARO, Gisele Claro da. **O discurso de professores referente à sua prática pedagógica voltada para alunos com deficiência na escola comum**. 2013. 86 f. Dissertação (Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade) - Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2013.

Disponível em:

<<http://biblioteca.feevale.br/Dissertacao/DissertacaoGiseleClaro.pdf>>. Acesso em: jan. 2016.

COURTINE, J. J. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Org.). **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011 b. v. 3, p. 253-340.

DADOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. In: **Todos pela educação e observatório do PNE**. Disponível em:<<http://www.observatoriodopne.org/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva/indicadores>. >. Acesso em: 14 julho de 2015.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernando. **Políticas públicas: princípios e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**. v. 6 n. 11 dez.2009 p. 65-77.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 1988.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, SP: Summus, 2015a.

_____. **O direito à diferença nas escolas**. Pátio, ano VIII, n. 32, p. 13-5, 2005b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MIRANDA, Rosalba Martins. **Do luto à luta: a emergência do corpo deficiente possível.** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, 2015.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2003.

PADILHA, Anna Maria Lunardi; OLIVEIRA, Ivone Martins de (ORGS.). **Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar.** Campinas, SP: Papirus, 2013.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani Cesar de. **Inovação e conhecimento: desafios e práticas institucionais.** Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, RS, 2013.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e Gestão de Políticas Públicas.** Curitiba: Intersaberes, 2012 (série Gestão Pública).

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, D. S. A Implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Experiências e Perspectivas no Município de Jundiaí. In: **11.ª Jornada de Educação Especial**, 2012, Marília. 11.ª Jornada de Educação Especial, 2012.

STOBÄUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño (org). **Educação Especial: em direção à educação inclusiva.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

URBIM, C. **A história de Morro Reuter.** Morro Reuter: de A a Z – Porto Alegre: RBS Publicações, 2003. Disponível em: <<http://www.morroreuter.rs.gov.br/secao.php?id=2>>. Acesso em: set. 2016.

VIER, Justino. **História de Dois Irmãos – Passado e Presente.** Dois Irmãos: edição do autor, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Gestores do município de Morro Reuter

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Gestores do Município de Morro Reuter

Você está sendo convidado a participar da dissertação intitulada: **Políticas públicas de inclusão: o desafio de sua implementação no município de Morro Reuter.**

O trabalho será realizado pela mestrandia Daisy Eckhard Bondan, do curso de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social – Mestrado/ da Universidade Feevale, orientada pela pesquisadora responsável, professora Dr^a Regina de Oliveira Heidrich.

Sua participação nesta pesquisa será voluntária e consistirá em realizar uma entrevista com a pesquisadora.

Não haverá riscos relacionados à sua participação na pesquisa.

Haverá, por parte da pesquisadora, o devido cuidado ético com os sujeitos da pesquisa, garantindo-lhes a assistência necessária em qualquer evento desfavorável, embora não previsto, decorrente da pesquisa.

Sua participação nesta pesquisa estará contribuindo para a formação acadêmica da pesquisadora e para proporcionar um maior conhecimento aos gestores da rede de ensino, sendo que as informações utilizadas têm finalidade científica, podendo melhorar o desenvolvimento do ensino deste município e, conseqüentemente, beneficiará a comunidade.

Garantimos o sigilo dos dados de identificação, primando pela privacidade e pelo anonimato. Manteremos em arquivo, sob nossa guarda, por 5 anos, todos os dados e documentos da pesquisa. Transcorrido esse período, os mesmos serão destruídos.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será rubricado em todas as folhas e assinado em duas vias, permanecendo uma com você e a outra deverá retornar ao pesquisador. Abaixo, você tem acesso ao telefone e ao endereço eletrônico institucional do pesquisador responsável, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação em qualquer momento no decorrer da pesquisa.

Telefone institucional do pesquisador responsável: (51) 91534747

E-mail institucional do pesquisador responsável: deckhard@bol.com.br

Nome do pesquisador responsável: Daisy Eckhard Bondan

Assinatura do pesquisador responsável

Local e data: _____, _____ de _____ 20____.

Declaro que li o TCLE: concordo com o que me foi exposto e dou o consentimento, para o menor pelo qual sou responsável legal, em participar da pesquisa proposta.

Assinatura do responsável legal

APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO REUTER

Protocolo nº 225 / 2016

EXMO.SR

PREFEITO MUNICIPAL

DAISY ECKHARD BONDAN, CPF/CNPJ: 93893337091, residente e domiciliado à Av, RUA SAO FRANCISCO DE PAULA, 200 Bairro BOA VISTA, Cidade de NOVO HAMBURGO, CEP 93410330, telefone : -- , 5191534747 vem muito respeitosamente requerer: AUTORIZAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL PARA REALIZAR PESQUISA DO MESTRADO DE "DIVERSIDADE CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL", UNIVERSIDADE FEEVALE. A REQUERENTE PRECISARÁ TER ACESSO A ARQUIVOS DA SMEC, BEM COMO ENTREVISTA A GESTORES MUNICIPAIS, SECRETÁRIOS, DIRETORES E COORDENADORES DE ESCOLA. A PESQUISA SERÁ FEITA FORA DO HORÁRIO DE TRABALHO DA REQUERENTE. EM DEZEMBRO SERÁ APRESENTADA PARA O PREFEITO, COM OS RESULTADOS OBTIDOS.

Jua: 607

PREF. MUNICIPAL DE MORRO REUTER
 CONFERE COM ORIGINAL

MORRO REUTER *03/02/2016*
adiantado m = 035/2016

ELISANDRA A. BORTOLOTO DOS SANTOS
 OF. ADMINISTRATIVO MAT. 2042

Nestes termos, pede deferimento

Daisy Eckhard Bondan
 DAISY ECKHARD BONDAN

Deferido!
Adair Ricardo Bofin
 Prefeito
 Morro Reuter-RS
02/02/2016

Morro Reuter, RS, 02/02/2016 10:57:55

Receber a resposta em

_____/_____/_____

Assinatura

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) Qual seu nome, sua formação acadêmica, seu cargo e em que período atuou neste município?

2) Onde se encontravam as crianças com deficiência na época de sua gestão e como foi se organizando o movimento de educação para a inclusão dessas crianças?

3) O que compreendia sua função e como ela colaborava para a gestão das políticas públicas de inclusão?

4) Como você percebeu a implementação do processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência no ensino regular no período em que atuou na gestão?

5) Você identificou barreiras/impossibilidades no processo de implementação dessas políticas no decorrer de sua gestão? Se positivo, comente algumas políticas, exemplificando.

6) Que aspectos você aponta como imprescindíveis para viabilizar a proposta da educação inclusiva de alunos com deficiência nas escolas regulares?

7) A partir de sua experiência, como você percebe o movimento de inclusão das crianças com deficiência na escola regular? Por quê?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO ENVIADO AOS GESTORES

QUESTIONÁRIO

No decorrer dos anos, o número de crianças com deficiência matriculadas em escolas comuns vem crescendo muito. Dados do Censo da Educação Básica (MEC/INEP PNEE, na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008) de 1998 até 2006 retratam um aumento de 640% no que se refere ao ingresso de alunos nas classes comuns de ensino regular. Já entre 2009 e 2014, cresceram 38,6%, conforme mostra o levantamento feito pelo Movimento Todos pela Educação para o observatório do PNE.

Gostaríamos de convidar-lhe para responder, com o máximo de detalhes e lembranças, as questões abaixo, buscando aprofundar reflexões em torno desta temática que, na prática, tem proporcionado várias discussões.

1) Qual seu nome, sua formação acadêmica, seu cargo e em que período atuou neste município?

2) Onde se encontravam as crianças com deficiência na época de sua gestão e como foi se organizando o movimento de educação para a inclusão dessas crianças?

3) O que compreendia sua função e como ela colaborava para a gestão das políticas públicas de inclusão?

4) Como você percebeu a implementação do processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência no ensino regular no período em que atuou na gestão?

5) Você identificou barreiras/impossibilidades no processo de implementação dessas políticas no decorrer da sua gestão? Se positivo, comente algumas políticas, exemplificando.

6) Que aspectos você aponta como imprescindíveis para viabilizar a proposta da educação inclusiva de alunos com deficiência nas escolas regulares?

7) A partir de sua experiência, como você percebe o movimento de inclusão das crianças com deficiência na escola regular? Por quê?

ANEXOS

ANEXO A - DADOS DO CENSO ESCOLAR DE 1997 ATÉ 2015

Resultados Finais do Censo Escolar 2015

Número de Matrículas – Censo Escolar																												
Município	Dependência Administrativa	Tipo de Mediação Didático-Pedagógica	Ensino Regular					Educação Profissional					EJA		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)													
			Ed. Infantil		Ensino Fundamental ¹			Formação Continuada ou Qualificação Profissional (FIC)			Técnica de Nível Médio		Ensino Fundamental ³	Ensino Médio	Ensino Fundamental		Ensino Médio ²	Formação Continuada ou Qualificação Profissional (FIC)			Educação Profissional Técnica de Nível Médio		EJA					
			Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio ²	Curso FIC integrado na modalidade EJA - nível fundamental (EJA integrada à Educação Profissional de Nível Fundamental)	Curso FIC integrado na modalidade EJA - Nível Médio	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	Curso Técnico Concomitante ou Subsequente	Creche			Pré-Escola	Anos Iniciais		Anos Finais	Curso FIC integrado na modalidade EJA - Nível Médio	Curso FIC concomitante	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	Curso Técnico Concomitante ou Subsequente	Ensino Fundamental	Ensino Médio				
																									Ensino Fundamental	Ensino Fundamental ¹	Curso FIC integrado na modalidade EJA - nível fundamental (EJA integrada à Educação Profissional de Nível Fundamental)	Curso FIC integrado na modalidade EJA - Nível Médio
Morro Reuter	Estadual	Presencial	0	0	107	103	197	0	0	0	0	0	0	59	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Total	0	0	107	103	197	0	0	0	0	0	0	0	59	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Municipal	Presencial	14	93	188	130	0	0	0	0	0	0	36	0	0	0	17	5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
		Total	14	93	188	130	0	0	0	0	0	0	36	0	0	0	17	5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
	Privada	Presencial	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total		114	93	295	233	197	0	0	0	0	0	36	59	0	0	17	5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2014

RIO GRANDE DO SUL

Número de Alunos Matriculados																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1,2}	EJA Médio ^{1,2}
MORRO REUTER	Estadual	0	0	102	98	244	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
	Municipal	7	93	199	158	0	0	8	0	0	0	0	0	2	12	2	0	0	0
	Privada	94	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	101	114	301	256	244	0	8	0	0	0	0	0	2	12	2	1	0	0

¹ Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2013

RIO GRANDE DO SUL

Número de Alunos Matriculados																		
Município	Dependência	Matrícula Inicial																
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)						
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1,2}
MORRO REUTER	Estadual	0	0	109	90	213	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Municipal	0	89	199	181	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Privada	79	36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	79	125	308	271	213	0	14	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

¹ Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2012

RIO GRANDE DO SUL

Número de Alunos Matriculados																		
Município	Dependência	Matrícula Inicial																
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)						
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1,2}
MORRO REUTER	Estadual	0	0	110	99	206	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
	Municipal	0	89	216	206	0	0	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Privada	74	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	74	124	326	305	206	0	31	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0

¹ Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2011

RIO GRANDE DO SUL

Número de Alunos Matriculados																						
Município	Dependência	Matrícula Inicial																				
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)										
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1,2}	EJA Médio ^{1,2}			
MORRO REUTER	Estadual	0	0	100	115	241	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
	Municipal	0	110	224	217	0	0	22	0	0	0	0	0	0	1	3	6	0	0	1	0	
	Privada	60	38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	60	148	324	332	241	0	22	0	0	0	0	1	1	3	6	0	0	1	0		

¹ Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Resultados Finais do Censo Escolar 2010

RIO GRANDE DO SUL

Número de Alunos Matriculados																				
Município	Dependência	Matrícula Inicial																		
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)								
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1,2}	EJA Médio ^{1,2}	
MORRO REUTER	Estadual	0	0	78	99	220	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Municipal	0	118	228	230	0	0	39	0	0	0	0	0	1	3	4	0	0	1	0
	Privada	65	45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	65	163	306	329	220	0	39	0	0	0	0	0	1	3	4	0	0	1	0

¹ Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2009

RIO GRANDE DO SUL

Número de Alunos Matriculados																		
Município	Dependência	Matrícula Inicial																
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)						
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1,2}
MORRO REUTER	Estadual	0	0	62	95	229	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal	0	112	280	241	0	0	28	0	1	0	0	3	2	3	0	0	0
	Privada	56	39	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	56	151	342	336	229	0	28	0	1	0	0	3	2	3	0	0	0

¹ Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2008

RIO GRANDE DO SUL

Número de Alunos Matriculados																			
Município	Dependência	Matrícula Inicial																	
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental ²	Médio ²	Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund ^{1,2}	EJA Médio ^{1,2}
MORRO REUTER	Estadual	0	0	73	118	240	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal	0	54	289	220	0	0	0	0	17	0	0	0	1	0	0	0	0	0
	Privada	36	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Total	36	83	362	338	240	0	0	0	0	17	0	1	0	1	0	0	0	0

¹ Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

² Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2007

RIO GRANDE DO SUL

Número de Alunos Matriculados																								
Município	Dependência	Matrícula Inicial												Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)										
		Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		EJA Integ. Ed. Prof												
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Fundamental	Médio	Fundamental	Médio		Fundamental	Médio	Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed Prof. Nível Técnico	EJA Fund¹	EJA Médio¹	EJA Integ. Ed. Prof	
MORRO REUTER	Total	28	78	406	331	242	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	1	0	1	0	0	
	ESTADUAL	0	6	68	114	242	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
	MUNICIPAL	0	37	338	217	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	0	0	1	0	0	0
	PRIVADA	28	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

¹ Inclui os alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Médio Normal/ Magistério

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2006

Rio Grande do Sul

Número de Alunos Matriculados															
Município	Dependência	Matrícula Inicial													
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental (Regular)				Médio (Regular)	Educação Especial		EJA(*) (presencial)		EJA(*) (semipresencial)		Educação Profissional (Nível Técnico)
				Educação Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais		Total	Funda- mental	Total	Funda- mental	Total	Funda- mental	
MORRO REUTER	Total	33	124	9	775	415	360	284	0	0	45	45	0	0	0
	Estadual	0	14	1	176	63	113	284	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal	0	74	8	599	352	247	0	0	0	45	45	0	0	0
	Privada	33	36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) EJA=Educação de Jovens e Adultos

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2005

Rio Grande do Sul

Número de Alunos Matriculados															
Município	Dependência	Matrícula Inicial													
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental (Regular)				Médio (Regular)	Educação Especial		EJA(*) (presencial)		EJA(*) (semipresencial)		Educação Profissional (Nível Técnico)
				Educação Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais		Total	Fundamental	Total	Fundamental	Total	Fundamental	
MORRO REUTER	Estadual	0	21	0	195	76	119	288	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal	0	59	8	612	360	252	0	0	0	71	71	0	0	0
	Privada	52	74	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	52	154	8	807	436	371	288	0	0	71	71	0	0	0

(*) EJA=Educação de Jovens e Adultos

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2004

Rio Grande do Sul

Número de Alunos Matriculados												
Município	Dependência	Matrícula Inicial										
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental (Regular)				Médio (Regular)	Educação Especial		EJA(*) (Supletivo presencial)	
				Educação Especial (Incluídos)	Total	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais		Total	Fundamental	Total	Fundamental
MORRO REUTER	Estadual	0	26	0	218	85	133	288	0	0	0	0
	Municipal	0	64	5	740	368	372	0	0	0	0	0
	Privada	45	74	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	45	164	5	958	453	505	288	0	0	0	0

(*) EJA=Educação de Jovens e Adultos

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2003

Rio Grande do Sul

Número de Alunos Matriculados															
Município	Dependência	Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série	Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série	Ensino Médio	Educação Especial Total	Educação Especial Fundamental	EJA(*) (Supletivo) Total	EJA(*) (Supletivo) Fundamental	EJA(*) (Semipresencial) Fundamental	EJA(*) (Semipresencial) Médio	
MORRO REUTER	Estadual	0	27	0	231	101	130	263	0	0	0	0	0	0	
	Municipal	0	67	0	749	332	417	0	0	0	0	0	0	0	
	Privada	42	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Total	42	162	0	980	433	547	263	0	0	0	0	0	0	

(*) EJA=Educação de Jovens e Adultos

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2002

Rio Grande do Sul

Número de Alunos Matriculados															
Município	Dependência	Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série	Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série	Ensino Médio	Educação Especial Total	Educação Especial Fundamental	EJA(*) (Supletivo) Total	EJA(*) (Supletivo) Fundamental	EJA(*) (Semipresencial) Fundamental	EJA(*) (Semipresencial) Médio	
MORRO REUTER	Estadual	0	13	0	260	115	145	233	0	0	0	0	0	0	
	Municipal	0	51	0	718	308	410	0	0	0	0	0	0	0	
	Privada	40	64	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Total	40	128	0	978	423	555	233	0	0	0	0	0	0	

(*) EJA=Educação de Jovens e Adultos

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2001

Rio Grande do Sul

Número de Alunos Matriculados												
Município	Dependência	Creche	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série	Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série	Ensino Médio	Educação Especial Total	Educação Especial Fundamental	EJA(*) (Supletivo) Total	EJA(*) (Supletivo) Fundamental
MORRO REUTER	Estadual	0	25	0	310	136	174	198	0	0	0	0
	Municipal	0	90	0	528	228	300	0	0	0	0	0
	Total	0	115	0	838	364	474	198	0	0	0	0

(*) EJA=Educação de Jovens e Adultos

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 2000

Rio Grande do Sul

Número de Alunos Matriculados											
Município	Dependência	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental 1ª a 4ª Série	Ensino Fundamental 5ª a 8ª Série	Ensino Médio	Educação Especial Total	Educação Especial Fundamental	EJA(*) (Supletivo) Total	EJA(*) (Supletivo) Fundamental
MORRO REUTER	Estadual	36	0	335	141	194	159	0	0	0	0
	Municipal	50	0	480	239	241	0	0	0	0	0
	Total	86	0	815	380	435	159	0	0	0	0

(*) EJA=Educação de Jovens e Adultos

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 99

RIO GRANDE DO SUL

Número de Alunos Matriculados								
Município	Dependência	Pré-Escola	Classe de Alfabetização	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Especial Total	Educação Especial Fundamental	Educação de Jovens e Adultos (Supletivo)
MORRO REUTER	Estadual	25	0	357	0	0	0	0
	Federal							
	Municipal	63	0	482	0	0	0	0
	Particular							
	Total	88	0	839	0	0	0	0

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 98

RIO GRANDE DO SUL

Número de Alunos Matriculados			
Município	Rede Estadual	Rede Municipal	Estadual e Municipal
MORRO REUTER	409	383	792

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

Resultados Finais do Censo Escolar 97

RIO GRANDE DO SUL

Número de Alunos Matriculados			
Município	Rede Estadual	Rede Municipal	Estadual e Municipal
MORRO REUTER	427	326	753

Disponível em: <<http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em: jan. 2016.

ANEXO B – JORNAL DOIS IRMÃOS 13/11/2000

Projeto Espaço para Descobrir-se é o resultado do empenho dos pais

O Projeto Espaço para Descobrir-se, que tem por objetivo trabalhar as dificuldades que os alunos apresentam através de atividades extra curriculares, foi criado no início do ano passado graças ao apoio dos pais. "Se não fosse pelo esforço dos pais, certamente o projeto não existiria", comenta Andréia Weber, primeira professora responsável pelo projeto.

"Antes do projeto ser implantado, as crianças tinham que ir até a APAE de Dois Irmãos. Os pais se mobilizaram, conversaram com o prefeito, e então, surgiu o projeto", lembra ela.

A escola onde é realizado o projeto fica no Birckenthal, onde antigamente funcionava a escola Duque de Caxias. De terça a sexta-feira, as 10 crianças pertencentes ao projeto que são divididas em grupos que realizam diversas atividades. Nas terças e quintas pela manhã, três alunos da escola regular trabalham as dificuldades passadas pelos seus professores. Terças-feiras, à tarde, todos os alunos tem atividades. Os menores tem o grupo clínico com a psicóloga Helen Magali Martini e com Daisy Eckhard, responsável pela área pedagógica do projeto. "O grupo clínico é um grupo de estimulação para os menores. Trabalha a atenção e o convívio social dos alunos através de brincadeiras, músicas e jogos", explica Daisy, que destaca a melhora dos alunos depois de mais de um ano



Alunos participam da hora do conto

e meio de atividades. Enquanto que os menores desenvolvem atividades no grupo clínico, os maiores tem atividades na horta, com o professor Pedro Roberto Villes. Depois, a professora Daisy desenvolve atividades na área pedagógica e de alfabetização com todos os alunos.

Nas quartas e sextas-feiras, há a hora da culinária, onde os alunos preparam as próprias refeições. Mais tarde, os alunos tem a hora do artesanato e da bijuteria, quando desenvolvem a parte artística. Ainda nas quartas e sextas-feiras, o projeto desenvolve atividades na área da aprendizagem e alfabetização.

De duas em duas semanas, os alunos tem a hora do conto, na livraria que fica no centro de Morro Reuter.

Além da professora Daisy, da psicóloga Helen e do professor Paulo, fazem parte do grupo de trabalho do projeto a fonoaudióloga Dionéia Copetti Pivetta e a fisioterapeuta Raquel

Kochhann. "Durante as atividades programadas de terça a sexta-feira, os alunos recebem assistência da psicóloga, fisioterapeuta e fonoaudióloga", explica Daisy.

Ane Mari Schabarum é mãe de Francieli Patrícia Schabarum, aluna do projeto, e diz o que melhorou depois da criação do Espaço para Descobrir-se: "O projeto é muito bom. Quando as crianças iam até Dois Irmãos, se juntando com as crianças da APAE, tornava a turma muito grande para os poucos professores que trabalhavam. Com a criação do projeto, a turma diminuiu, facilitando assim o trabalho dos professores", comenta Ane.

A Secretaria de Educação e o grupo de trabalho do projeto, agradecem aos pais pelo esforço e dedicação com que vem se empenhando no que diz respeito ao projeto. "Eles sempre estão presentes, ajudando no que for possível, inclusive na pintura da escola", agradece Daisy.

ANEXO C – III SEMINÁRIO MUNICIPAL DE MORRO REUTER

**III SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
MORRO REUTER**



Mateus Kieling

27 e 28 de abril/2000

"...Todos são diferentes janelas dentro
de uma mesma sala..."

(Howard Gardner)

III SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MORRO REUTER - 2000

PROGRAMA

27/04/2000 - Manhã:

8 hAbertura Oficial

Prefeito Municipal de Morro Reuter
Secretário Municipal de Morro Reuter

8 h 30 min.....Palestra: Parte I

"Resignificando as Relações Interpessoais com a Proposta Pedagógica"

Palestrante Dr. Darci Kophs - ULBRA e Escola de Hotelaria de Canela

10 hIntervalo

10 h 10 min Palestra - Parte II

11 h 30 minRecital Poético - "Folhas ao Vento"
Responsável: Kinho Nazário e Grupo Infante-Juvenil da Empresa Azaléia - Parobé

12 hAlmoço

Tarde:

13 h 30 min.....Palestra: Parte I

Inteligências Múltiplas e Estilos de Aprendizagem
Palestrante: Dra. Maria da Graça Paiva UFRGS

15 h.....Intervalo

15 h 15 minPalestra: Parte II

Dia 28/04/2000 - Manhã

- **OFICINA I - (De Pré à 4ª Série)**

8 h às 11 h 30 minProfª Noeli K. Varella

Tema: "Alfabetização: Um Processo em Construção"

Mestre em Linguística - UNISINOS

* Para esta oficina trazer texto de aluno

- **OFICINA II**

"Com sucata se Cria, se Recria e se Constrói"

Professora Rosalba Maziero
Fundação Evangélica e FEEVALE

(5ª a 8ª Séries) **OFICINA I**

Tema Transversal: "Sexualidade", Disciplina e Limites.

Professor Telmo Silva
Psicólogo - Novo Hamburgo

OFICINA II

"As Representações do Ambiente nos Grupos Étnico - Culturais de Morro Reuter"
Professora Cecília Braun Bassi
Mestre em Educação - Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo

9 h 30 min - Intervalo (10 min)

12 h Almoço de Confraternização - Sociedade Católica de Morro Reuter

Tarde:

13 h 30 min -

OFICINA I (Pré à 4ª Série)

1. "Brincando e Aprendendo" Professor Darci Orso - ULBRA - UNISINOS - FEEVALE

OFICINA II (Pré à 4ª Série)

2. "Música e Expressão Corporal para Professores de Ensino Fundamental" Professor Leandro Maia - Escola Amigos do Verde - Porto Alegre - Regente Auxiliar do Coro Juvenil da Escola Técnica da UFRGS.

OFICINA (5ª a 8ª Séries)"Projetos Integrados"Parte I

Professor Fernando Medeiros - Colégio Santo Antônio LA SALLE - Porto Alegre

* Intervalo: 15 h 30 min (10 min)

OFICINA Parte II

16 h 45 min Encerramento

ANEXO D – JORNAL DOIS IRMÃOS 25/10/2000

Alunos do Projeto participam de Hora do Conto



Crianças prestaram muito atenção ao conto

Ontem à tarde os alunos do projeto Espaço para Descobrir-se participaram de Hora do Conto na Livraria Lumar. A história contada

por Luciane Vasconcelos foi a da Branca de Neve e fez muito sucesso entre a garotada. Depois de ouvirem a história, os participantes

tiveram participação ativa, respondendo a perguntas e falando sobre suas impressões em relação ao conto.

**ANEXO E – PROJETO DE CRIAÇÃO DO CENTRO MULTIDISCIPLINAR PARA
CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS**

CENTRO MULTIDISCIPLINAR
DE ATENDIMENTO
À CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS

PROJETO REALIZADO POR:

Ana Luiza Kasper - Fonoaudióloga
Célia Maria dos Reis Corrêa - Psicopedagoga
Denise M. do Amaral - Psicóloga
Raquel K. Pitta - Fisioterapeuta

Morro Reuter, 16 de Dezembro de 2005.

ESPAÇO PARA DESCOBRIR-SE

HISTÓRICO:

O Projeto Espaço para Descobrir-se teve início em 1999, quando os pais das crianças PNEE reivindicaram ao Município um atendimento clínico para seus filhos.

Inicialmente os atendimentos aconteciam no prédio da Escola Municipal na localidade de Birkental e os alunos recebiam acompanhamento pedagógico, atendimento psicológico, fonoaudiológico e fisioterápico. Participavam ainda de oficinas de culinária trabalhando com receitas do seu cotidiano e também produziam docinhos para vender na comunidade.

O trabalho era desenvolvido com o objetivo de socializar estas crianças incluindo-os na sociedade local através de almoços nos restaurantes e passeios pela cidade.

Os pais participavam de reuniões e momentos de reflexão através de palestras e filmes que eram oferecidos em momentos específicos.

No ano de 2001 houve troca de profissionais. As atividades passaram para a Escola Dom Bosco. Além do atendimento individualizado foi criado também um grupo clínico com as crianças PNEE e suas mães, onde era trabalhado atividades da vida diária e psicomotoras. As crianças participavam dos recreios e os adolescentes participavam das aulas de Educação Física junto com os alunos do ensino regular.

No ano de 2002 os atendimentos passaram a ser realizados num espaço clínico na Rua Travessão. Neste ano, além dos atendimentos já oferecidos, iniciou também o atendimento psicopedagógico, ampliando as atividades também para crianças do ensino regular das Escolas Municipais de Morro Reuter, buscando atender as demandas no que se refere a não aprendizagem dos alunos em geral. Também neste ano, iniciaram gradativamente os trabalhos de inclusão dos PNEE nas Escolas Municipais. Paralelamente aos atendimentos eram realizados estudos com o grupo de profissionais a través de abordagens de diferentes teóricos em diferentes áreas do desenvolvimento humano.

No ano de 2004 os atendimentos passaram a ser realizados no espaço da brinquedoteca, onde estavam a disposição uma grande variedade de espaços, jogos e brinquedos que podiam ser utilizados por cada profissional nos momentos de atendimento clínico. Este espaço oportunizou vivências que, conforme Levinzon (2002) "(...) brincando neste mundo de faz-de-conta, as crianças compensam (inconscientemente) as pressões que sofrem na realidade, no dia-a-dia."

Em 2005 os atendimentos aconteceram no espaço da Biblioteca Municipal onde as profissionais dividiam os espaços em salas específicas num primeiro momento, passando posteriormente o serviço de psicologia e fonoaudiologia para uma sala num prédio próximo da Biblioteca, onde são atendidos atualmente alunos das Escolas Municipais, com uma lista de espera para outros que também necessitariam deste trabalho.

Esta é a trajetória deste projeto que hoje pretendemos reavaliar e significar de outra forma, para que as oportunidades sejam ampliadas e para que a qualidade dos trabalhos também seja garantida nos atendimentos aos alunos da Rede Municipal de Ensino e seus familiares.

PROJETO:

CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E JOVENS

APRESENTAÇÃO

Este Projeto tem a intenção de garantir um espaço de atendimento clínico aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Morro Reuter.

JUSTIFICATIVA

Através do histórico do "Espaço para Descobrir-se" pudemos conhecer as iniciativas que vêm sendo realizadas ao longo dos últimos anos na tentativa de atender as demandas da comunidade desta região, porém entendemos que muitas ainda são as necessidades que detectamos através da pesquisa que realizamos durante os trabalhos de 2005.

A realidade atual nos mostra a necessidade de atendimento clínico para alunos do ensino regular; necessidade de atendimento clínico para alunos PNEE; acompanhamento e orientação familiar para pais de alunos PNEE; , formação continuada dos professores; inclusão de PNEE na sociedade; acompanhamento e apoio aos PNEE e seus familiares na

sua inclusão no ensino regular e outros aspectos que ao longo dos trabalhos vamos detectando na comunidade através dos atendimentos realizados.

Também sabemos da necessidade de estabelecer objetivos claros e metas interdisciplinares que contribuam na atuação conjunta dos diferentes profissionais buscando cada vez mais o aperfeiçoamento de cada área e o fortalecimento das ações conjuntas.

Para tanto buscamos um local adequado com a infra estrutura necessárias e os espaços individualizados para que tenhamos a possibilidade de desenvolver um trabalho com maior qualidade no atendimento das necessidades de cada pessoa ou grupo.

É importante destacar que a intenção é qualificar ainda mais os atendimentos que vêm sendo realizados e ampliar as possibilidades para novos.

OBJETIVO GERAL

Realizar atendimento clínico nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e psicopedagogia através de um trabalho multidisciplinar, buscando atender a demanda das crianças e jovens em idade escolar, bem como as crianças, jovens e adultos PNEE no Município de Morro Reuter.

Os objetivos específicos estarão colocados em cada área de atendimento juntamente com o quadro de necessidades para a implementação deste Projeto em 2006.

FISIOTERAPIA

Objetivos Específicos:

- ✓ Independizar os pacientes em suas Atividades de Vida Diária (AVDs) facilitando seu convívio na família e na sociedade;
- ✓ Estabelecer noções de esquema corporal para que possam conhecer a si, suas possibilidades e limitações;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento da autonomia no sentido de se auto conduzirem na localidade em que vivem;
- ✓ Oportunizar estimulação precoce no desenvolvimento neuropsicomotor;
- ✓ Trabalhar limites utilizando-se de jogos, brincadeira e situações do cotidiano.

Plano de Trabalho:

Público Beneficiário	O que	Quando
Bebês de 0 a 3 anos	Estimulação precoce	2 vezes por semana
Crianças PNEE inclusas no ensino regular	Trabalhar noções espaço temporais, esquema corporal, regras, limites e socialização	1 vez por semana
Adolescentes PNEE	Atendimento fisioterápico	1 vez por semana
Comunidade	Atendimento fisioterápico	2 vezes por semana

Materiais Necessários:

Bola boblat; rolo; chocalho; espelho; espaldas de ferro; espaldas de madeira; jogos psicopedagógicos; bolas plásticas; cordas; aparelho de CD; jogo de boliche; cestas; cesta de basquete; cubos de espuma;

FONOAUDIOLOGIA**Objetivos Específicos:**

- ✓ Trabalhar a comunicação do indivíduo como um todo, focalizando os aspectos da linguagem e seus processos, através de diferentes metodologias;
- ✓ Trabalhar a fonoaudiologia escolar visando enfatizar as dificuldades na escrita e a oralidade com os desvios articulatórios;
- ✓ Direcionar o trabalho com PNEE, atuando nas dificuldades de aquisição da linguagem oral, problemas relacionados com a voz e suas patologias funcionais e orgânicas;
- ✓ Estimular a oralidade nos deficientes auditivos.
- ✓ Trabalhar com estimulação precoce com bebês de alto risco.

Plano de Trabalho:

Público Beneficiário	O que	Quando
Crianças de 05 a 07 anos	Atuação integrada entre fono e psicóloga trabalhando com regras, socialização, desenvolvimento da linguagem e o desenvolvimento infantil.	Uma vez por semana

Materiais Necessários:

Mesinha; cadeirinha; jogos; materiais gráficos; bonecas; carrinhos; brinquedos de casinha; argila; papel pardo; papéis diversos; tesoura; cola; grampeador; talheres; copos; pratinhos; material fonoaudiológico.

PSICOLOGIA

Objetivos Específicos:

- ✓ Auxiliar crianças e jovens nas suas dificuldades no relacionamento familiar, situações escolares e de aprendizagem;
- ✓ Realizar acompanhamento familiar e com professores.

Plano de Trabalho:

Público Beneficiário	O que	Quando
Crianças de 05 a 07 anos	Atuação integrada entre fono e psicóloga trabalhando com regras, socialização, desenvolvimento da linguagem e o desenvolvimento infantil.	Uma vez por semana
Crianças de 10 a 12 anos	Trabalhar questões relacionadas a socialização, limites e regras de convivência	Uma vez por semana
Adolescentes entre 14 e 16 anos	Trabalhar questões emocionais e desvios de conduta	Duas vezes por semana

Materiais Necessários:

Mesinha; cadeirinha; jogos; materiais gráficos; bonecas; carinhos; brinquedos de casinha; argila; papel pardo; papéis diversos; tesoura; cola; grampeador, talheres; copos; pratinhos; material fonoaudiológico; espelho; bolsa térmica; fita crepe; maca; tomozeleira; turbilhão; escadas; papel toalha; gel condutor; cubos de espuma; almofadas; cesta de basquete.

PSICOPEDAGOGIA

Objetivos Específicos:

- ✓ Diagnosticar os motivos da não aprendizagem de crianças em idade escolar;
- ✓ Realizar atividades lúdicas envolvendo o corpo e os movimentos;
- ✓ Resgatar o significado da aprendizagem em crianças, adolescentes e jovens em idade escolar;
- ✓ Atender as famílias dos pacientes envolvidos no tratamento;
- ✓ Trabalhar com professores na formação continuada e na intervenção em sala de aula;
- ✓ Acompanhar o processo de escolaridade de crianças, adolescentes e jovens com dificuldades de aprendizagem.

Plano de Trabalho:

Público Beneficiário	O que	Quando
Crianças, adolescente e jovens em idade escolar.	Realizar atividades envolvendo as diversas áreas do conhecimento, trabalhando as questões que envolvem a "não aprendizagem" e seus sintomas específicos através de dinâmicas variadas, priorizando a ludicidade, o movimento e as ações a partir das vivências e do contexto de vida de cada sujeito.	Uma vez por semana
Professores	Trabalhar com a formação continuada dos professores orientando na intervenção e acompanhamento do desenvolvimento dos alunos	Uma vez por mês
Familiares	Orientar os familiares dos pacientes através da escuta e de entrevistas estruturadas, no manejo e na compreensão dos sintomas dos pacientes em tratamento.	Uma vez a cada três meses

Materiais Necessários:

Mesinha; cadeirinha; jogos; materiais gráficos; bonecas; carinhos; brinquedos de casinha; argila; papel pardo; papéis diversos; tesoura; cola; grampeador; talheres; copos; pratinhos; super-homens; animais; carrinhos; jogos de regra em diversas escalas; espelho; quadro mural; quadro branco; canetas; materiais escolares diversos; ; fita crepe; tintas de diversas cores e especificidades; almofadas; cesta de basquete; pincéis; jogos envolvendo lógica; fantoches; fantasias; massinha de modelar; pastas; folhar; papel pardo; estante para jogos; mesa para atendimento; roupas de boneca; móveis que compõem uma casa de brinquedos e outros que possam auxiliar no trabalho relacionando o cotidiano dos pacientes com as representações durante os atendimentos.

Temos como proposta a médio prazo, organizar um Projeto endereçado ao MEC/FNDE pedindo recursos para auxiliar neste trabalho, que entendemos de grande importância para a comunidade local e que tem também na sua característica fundamental, o atendimento a um público beneficiário de baixa renda, o que muitas vezes dificulta a implantação das ações previstas nesta proposta.

Consideramos de fundamental importância que nossa proposta seja desenvolvida em um local exclusivo que priorize a privacidade e contemple a individualidade de cada caso em seu atendimento específico.

Desta forma apresentamos esta proposta, no desejo de que possa ser analisada e ajustada a realidade deste Município, buscando atender as necessidades e as demandas atuais, aumentando a credibilidade e qualificando ainda mais os processos que envolvem a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, dos jovens e adolescentes em idade escolar, desta comunidade.

Presença,
Zaynel Halloun Pitta
Ana Luiza Kasper
Abmael.

ANEXO F – ADESÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Anexo I	
Relação Nominal dos Estados e Municípios que aderiram ao Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais no período de 2008 a 2013	
ESTADOS	
ACRE	PERNAMBUCO
ALAGOAS	PIAUÍ
AMAZONAS	PARANÁ
AMAPÁ	RIO DE JANEIRO
BAHIA	RIO GRANDE DO NORTE
CEARÁ	RONDONIA
DISTRITO FEDERAL	RORAIMA
ESPIRITO SANTO	RIO GRANDE DO SUL
GOIÁS	SANTA CATARINA
MARANHÃO	SERGIPE
MINAS GERAIS	SÃO PAULO
MATO GROSSO DO SUL	TOCANTINS
MATO GROSSO	
PARÁ	
PARAÍBA	
ESTADO	MUNICÍPIO
ACRE	ACRÍLANDIA
ACRE	ASSIS BRASIL
ACRE	BRASILEIA
ACRE	BUJARÍ
ACRE	CAPOXABA
ACRE	CRUZEIRO DO SUL
ACRE	EPITACIOLÂNDIA
ACRE	FEIJÓ
ACRE	JORDÃO
ACRE	MÂNCIO LIMA
ACRE	MANOEL URBANO
ACRE	MARCHEL THAUMATURGO
ACRE	PLACIDO DE CASTRO
ACRE	PORTO ACRE
ACRE	PORTO WALTER
ACRE	RIO BRANCO
ACRE	RODRIGUES ALVES
ACRE	SANTA ROSA DO PURUS
ACRE	SENA MADUREIRA
ACRE	SENADOR GUIOMARD
ACRE	TARAUACÁ
ACRE	XAPURÍ
ALAGOAS	ÁGUA BRANCA
ALAGOAS	ANADIA
ALAGOAS	ARAPIRACA
ALAGOAS	ATALAIA
ALAGOAS	BARRA DE SANTO ANTONIO
ALAGOAS	BARRA DE SÃO MIGUEL
ALAGOAS	BATALHA
ALAGOAS	BELEM
ALAGOAS	BELO MONTE
ALAGOAS	BOCA DA MATA
ALAGOAS	BRANQUINHA
ALAGOAS	CAJUEIRO
ALAGOAS	CAMPESTRE
ALAGOAS	CAMPO ALÉGRE
ALAGOAS	CAMPO GRANDE
ALAGOAS	CANAPI
ALAGOAS	CAPELA
ALAGOAS	CARNEIROS
ALAGOAS	CHÁ PRETA
ALAGOAS	COÍTE DO NOIA
ALAGOAS	COLÔNIA LEOPOLDINA
ALAGOAS	COQUEIRO SECO
ALAGOAS	CORURIBE
ALAGOAS	CRAÍBAS
ALAGOAS	DELMIRO GOUVEIA
ALAGOAS	DOIS RIACHOS
ALAGOAS	ESTRELA DE ALAGOAS
ALAGOAS	FERRA GRANDE
ALAGOAS	FELIZ DESERTO
ALAGOAS	FLEXEIRAS
ALAGOAS	GIRAU DO PONCIANO
ALAGOAS	IBATEGUARA
ALAGOAS	IGACI
ALAGOAS	IGREJA NOVA

RIO GRANDE DO SUL	GLAIBA	Anexo I
RIO GRANDE DO SUL	GUAPORE	
RIO GRANDE DO SUL	GUARANI DAS MISSOES	
RIO GRANDE DO SUL	HARMONIA	
RIO GRANDE DO SUL	HERVAL	
RIO GRANDE DO SUL	HERVEIRAS	
RIO GRANDE DO SUL	HORIZONTINA	
RIO GRANDE DO SUL	HULHA NEGRA	
RIO GRANDE DO SUL	HUMAITA	
RIO GRANDE DO SUL	IBARAMA	
RIO GRANDE DO SUL	IBICA	
RIO GRANDE DO SUL	IBIRAIARAS	
RIO GRANDE DO SUL	IBIRAPUITA	
RIO GRANDE DO SUL	IBIRUBA	
RIO GRANDE DO SUL	IGREJINHA	
RIO GRANDE DO SUL	IJUI	
RIO GRANDE DO SUL	ILOPOLIS	
RIO GRANDE DO SUL	IMBE	
RIO GRANDE DO SUL	IMIGRANTE	
RIO GRANDE DO SUL	INDEPENDENCIA	
RIO GRANDE DO SUL	INHACORA	
RIO GRANDE DO SUL	IPE	
RIO GRANDE DO SUL	IPIRANGA DO SUL	
RIO GRANDE DO SUL	IRAI	
RIO GRANDE DO SUL	ITAIARA	
RIO GRANDE DO SUL	ITACURUBI	
RIO GRANDE DO SUL	ITAPICA	
RIO GRANDE DO SUL	ITACULI	
RIO GRANDE DO SUL	ITATI	
RIO GRANDE DO SUL	ITATIBA DO SUL	
RIO GRANDE DO SUL	IVORA	
RIO GRANDE DO SUL	IVOTI	
RIO GRANDE DO SUL	JABOTICABA	
RIO GRANDE DO SUL	JACUZINHO	
RIO GRANDE DO SUL	JACUTINGA	
RIO GRANDE DO SUL	JAGUARA	
RIO GRANDE DO SUL	JAGUARI	
RIO GRANDE DO SUL	JACUIRANA	
RIO GRANDE DO SUL	JARI	
RIO GRANDE DO SUL	JONA	
RIO GRANDE DO SUL	JULIO DE CASTILHOS	
RIO GRANDE DO SUL	LAGOA BONITA DO SUL	
RIO GRANDE DO SUL	LAGOA DOS TRES CANTOS	
RIO GRANDE DO SUL	LAGOA VERMELHA	
RIO GRANDE DO SUL	LAGOAO	
RIO GRANDE DO SUL	LAIADO	
RIO GRANDE DO SUL	LAIADO DO BUGRE	
RIO GRANDE DO SUL	LAVRAS DO SUL	
RIO GRANDE DO SUL	LIBERATO SALZANO	
RIO GRANDE DO SUL	LINDOLFO COLLOR	
RIO GRANDE DO SUL	LINHA NOVA	
RIO GRANDE DO SUL	MACAMBARA	
RIO GRANDE DO SUL	MACHADINHO	
RIO GRANDE DO SUL	MAMPITUBA	
RIO GRANDE DO SUL	MARCOEL VIANA	
RIO GRANDE DO SUL	MARCHE	
RIO GRANDE DO SUL	MARAU	
RIO GRANDE DO SUL	MARCELINO RAMOS	
RIO GRANDE DO SUL	MARIANA PIMENTEL	
RIO GRANDE DO SUL	MARIANO MORE	
RIO GRANDE DO SUL	MARQUES DE SOUZA	
RIO GRANDE DO SUL	MATA	
RIO GRANDE DO SUL	MATO CASTELHANO	
RIO GRANDE DO SUL	MATO LEITAO	
RIO GRANDE DO SUL	MATO QUEIMADO	
RIO GRANDE DO SUL	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	
RIO GRANDE DO SUL	MINAS DO LEAO	
RIO GRANDE DO SUL	MIRAGUAI	
RIO GRANDE DO SUL	MONTAURI	
RIO GRANDE DO SUL	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	
RIO GRANDE DO SUL	MONTE BELO DO SUL	
RIO GRANDE DO SUL	MONTENEGRO	
RIO GRANDE DO SUL	NOBMACO	
RIO GRANDE DO SUL	NOSSINHOS DO SUL	
RIO GRANDE DO SUL	MORRO REDONDO	
RIO GRANDE DO SUL	MORRO REUTER	
RIO GRANDE DO SUL	MOSTARDAS	
RIO GRANDE DO SUL	MUNIZ	

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=25061-relacao-nominal-dos-estados-e-municipios-que-aderiram-ao-programa-implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais-2008-2013-pdf&category_slug=outubro-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: jan. 2016

**ANEXO G – RELATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO DAS SALAS DE RECUROS
MULTIFUNCIONAIS – MATERIAIS E RECURSOS DO MUNICÍPIO DE MORRO
REUTER**

Relatório Distribuição por Programa e Contrato

Programa	UF	Município			
sala de recursos	RS	MORRO REUTER			
INEP	Razão Social	UF	Município	Contrato	Data de Entrega
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	0000/2013	
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	0000/2013	
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	197/2009TA	24/10/2011
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	198/2009TA	
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	199/2009TA	01/12/2010
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	200/2009ta	12/03/2011
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	201/2012	19/02/2014
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	201/2012	19/02/2014
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	201/2012	19/02/2014
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	208/2012	
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	208/2012	02/10/2013
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	208/2012	09/01/2014
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	208/2012	
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	208/2012	02/10/2013
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	208/2012	09/01/2014
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	213/2013	
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	213/2013	25/02/2015
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	213/2013	
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	213/2013	25/02/2015
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	213/2013	
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	213/2013	25/02/2015
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	217/2013	29/10/2014
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	217/2013	28/05/2014
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	217/2013	29/05/2014
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	22/2013	31/10/2013
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	249/2013	09/04/2014
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	249/2013	09/04/2014
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	254/2013	21/11/2014
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	254/2013	21/11/2014
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	254/2013	21/11/2014
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	256/2013	06/05/2014
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	256/2013	06/05/2014
43051235	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR FRANCISCO WEILER	RS	MORRO REUTER	304/2012	16/08/2013
43051251	ESC MUN ENS FUN TIRADENTES	RS	MORRO REUTER	304/2012	16/08/2013
R601031242	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MORRO REUTER	RS	MORRO REUTER	31/2012	01/10/2012
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	40/2011	09/11/2011
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	57/2010-ta	16/09/2010
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	58/2010-ta	09/12/2010
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	59/2010-ta	30/09/2010
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	61/2012	26/02/2013
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	68/2012	06/02/2013
43051359	ESC MUN ENS FUN PROFESSOR EDVINO BERVIAN	RS	MORRO REUTER	69/2012	13/02/2013

Total de registros: #2

Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/sigetec/consulta/consulta_programa_rel.php?popup=S&height=500&left=160&width=800> Acesso em: jan. 2016

ANEXO H – JORNAL DOIS IRMÃOS 1/10/2013

JORNAL Dois Irmãos

1 de out de 2013



Escola Edvino Bervian passa a ter atendimento especializado

Um grande desafio lançado nas escolas municipais de Morro Reuter é a inclusão de crianças com necessidades especiais em classes regulares de ensino. A partir de hoje, dia 1º de outubro, a escola municipal Edvino Bervian, no bairro Planalto, inicia o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Os alunos frequentam as aulas regularmente e no contraturno, uma vez por semana, recebem atendimento em uma sala de recursos multifuncionais equipada recentemente através de recursos do Ministério da Educação.

Conforme as professoras que prestarão o atendimento no contraturno, Gisele Claro da Silva e Daisy Eckhard Bondan, o principal objetivo do AEE é instrumentalizar os alunos com deficiência. “Esse processo de aprendizagem ocorre através de apresentação de materiais, equipamentos, sistemas e códigos, entre outros, que proporcionem acesso, autonomia, independência e participação nas atividades educativas e do cotidiano”, explicam elas, acrescentando que é de extrema importância este acompanhamento, pois o AEE é um suporte especializado para aluno e professor, e não um reforço escolar. O atendimento iniciará com sete crianças, sendo que quatro são da escola Francisco Weiler (Picada São Paulo), uma da Tiradentes (São José do Herval) e duas da própria Edvino Bervian.

Inicialmente, cada criança receberá acompanhamento uma vez por semana, durante uma hora. Os atendimentos ocorrerão nas terças-feiras, pela manhã e à tarde, nas quartas-feiras pela manhã e nas sextas-feiras à tarde. “É um recurso que vai agregar na aprendizagem das crianças”, comenta Dirce Schneiders, diretora da escola Edvino Bervian.

Inclusão ainda é um desafio

Serão atendidas crianças com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Entre as atividades propostas, está a construção de materiais adaptados para o auxílio do professor em sala de aula, como pranchas de comunicação alternativa; e de materiais adaptados para a utilização dos alunos, como adaptador para segurar lápis, jogos e textos com letras aumentadas.

As salas são adaptadas com materiais didáticos e pedagógicos, computadores, lupas eletrônicas, software para construção de pranchas de comunicação, mesas, quadro branco, tudo disponibilizado pelo MEC (sala tipo 1). As crianças são encaminhadas para o atendimento após uma triagem realizada pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, juntamente com as pedagogas das escolas.

Para o secretário de Educação, Márcio Malgarin, é uma grande satisfação poder prestar este tipo de atendimento. O município também já foi contemplado, através de um projeto do MEC/FNDE, com mais duas salas multifuncionais, uma na escola Francisco Weiler e outra na Tiradentes. “As salas são para o atendimento de crianças de inclusão, e estas duas escolas passarão a atender a partir de 2014”, conta Márcio.

Quem são as professoras do AEE?



A professora Gisele Claro da Silva é formada em Licenciatura em Computação, Especialização em Informática na Educação e tem Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade. Daisy Eckhard Bondan é formada em Magistério, bacharel em Fisioterapia, com Especialização em Psicomotricidade Relacional e Especialização em Transtornos da Infância e Adolescência – Abordagem Interdisciplinar. Ambas também fizeram curso específico para Atendimento Educacional Especializado. Por ser um atendimento pioneiro na cidade, a expectativa é grande para o início do trabalho. “Sabemos que a inclusão ainda é um desafio para as escolas e professores. Saber que poderemos contribuir com o aprendizado destas crianças que serão atendidas nos estimula a sempre estudar mais e buscar novas ideias”, destacam elas.

Disponível em: <<http://jornaldoisirmaos.blogspot.com.br/2013/10/escola-edvino-bervian-passater.html?m=1>>. Acesso em: jan. 2016.

ANEXO I – PDDE ACESSIBILIDADE DE 2012

http://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc?p_ano=2012&p_programa=&p_uf=RS&p_municipio=432610&p_tp_entidade=&p_cgc=01610979000182

:: LIBERAÇÕES - CONSULTAS GERAIS::

Entidade: 01.610.979/0001-82 - ASSOCIACAO PAIS E MESTRES ESCOLA PROF. EDVINO
BERVIAN

Município: MORRO REUTER - RS

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C
28/JU N/2012	52760 9	2.367,00	MANUTENÇÃO ESCOLAR - PDDE- FUND.	BANCO DO BRASIL	2027	0000056383
31/AG O/2012	54564 5	10.000,00	PDDE Apoio Escolar - Acessibilidade	BANCO DO BRASIL	2027	0000056383
Total:		12.367,00				

Dados referentes ao fechamento do dia: **04/12/2016**

ANEXO J – PDDE ACESSIBILIDADE DE 2014

http://www.fn.de.gov.br/pls/simad/internet_fn.de.liberacoes_result_pc?p_ano=2014&p_programa=&p_uf=RS&p_municipio=432610&p_tp_entidade=&p_cgc=01607428000160



Fundo Nacional de
Desenvolvimento da Educação

Minis
da Educ

:: LIBERAÇÕES - CONSULTAS GERAIS ::

Entidade.: 01.607.428/0001-60 - APM DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TIRADENTES

Município.: MORRO REUTER - RS

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C
30/AB R/2014	50006 7	1.840,00	PDDE - 1ª parc. 2014	BANCO DO BRASIL	2027	0000056375
Total:		1.840,00				

PDDE ESTRUTURA - ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ESCOLA DO CAMPO, ESCOLA ACESSÍVEL E PDE ESCOLA

Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa	Banco	Agência	C/C
30/A BR/2014	510 018	8.300,00	001	PDDE AE - Acessibilidade	BANCO DO BRASIL	2 027	000 0308633
31/M AI/2014	510 150	6.500,00	001	PDDE AE / Campo 1ª parc. 2014	BANCO DO BRASIL	2 027	000 0308633
Total:		14.800,00					

PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE

Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa	Banco	Agência	C/C
18/S ET/2014	505 535	1.138,00	001	PDDE AE - Atleta na Escola	BANCO DO BRASIL	2 027	000 0312614
Total:		1.138,00					

PDDE-EDUCAÇÃO INTEGRAL - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C
18/AG O/2014	46038 6	17.450,00	MAIS EDUCAÇÃO- PDDE Integral - 1ºparcela 2014	BANCO DO BRASIL	2027	0000301833
Total:		17.450,00				

Dados referentes ao fechamento do dia: **04/12/2016**

http://www.fn.de.gov.br/pls/simad/internet_fn.de.liberacoes_result_pc?p_ano=2014&p_programa=&p_uf=RS&p_municipio=432610&p_tp_entidade=&p_cg=02932349000197



Fundo Nacional de
Desenvolvimento da Educação

Minis
da Educ

:: LIBERAÇÕES - CONSULTAS GERAIS ::

Entidade.: 02.932.349/0001-97 - APM EMEF PROFESSOR FRANCISCO WEILER

Município.: MORRO REUTER - RS

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C
30/AB R/2014	50006 7	1.840,00	PDDE - 1ª parc. 2014	BANCO DO BRASIL	2027	0000057533
Total:		1.840,00				

PDDE ESTRUTURA - ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ESCOLA DO CAMPO, ESCOLA ACESSÍVEL E PDE ESCOLA

Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa	Banco	Agência	C/C
30/A BR/2014	510 018	8.300,00	001	PDDE AE - Acessibilidade	BANCO DO BRASIL	2 027	000 0308641
31/M AI/2014	510 150	6.500,00	001	PDDE AE / Campo 1ª parc. 2014	BANCO DO BRASIL	2 027	000 0308641
Total:		14.800,00					

PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE

Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa	Banco	Agência	C/C
18/S ET/2014	505 535	1.111,00	001	PDDE AE - Atleta na Escola	BANCO DO BRASIL	2 027	000 0312622
Total:		1.111,00					

PDDE-EDUCAÇÃO INTEGRAL - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA EDUCAÇÃO INTEGRAL						
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C
01/JUL /2014	46009 6	4.874,14	MAIS EDUCAÇÃO- PDDE Integral - 1ºparcela 2014	BANCO DO BRASIL	2027	0000301841
Total:		4.874,14				

Dados referentes ao fechamento do dia: **04/12/2016**

**ANEXO K - IV SEMINÁRIO NACIONAL E VIII SEMINÁRIO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO**



IV Seminário Nacional e VIII Seminário Municipal de Educação

27 a 30 de abril de 2005 - Ginásio Municipal de Esportes de Morro Reuter - RS

Conferências

27 de abril

Quarta-feira

- 17h30min Credenciamento
- 19h Solenidade de Abertura
Espetáculo Poético "Poesia é risco" (FEEVALE-RS)
Apresentação do grupo de violinos e violas
Camerata - IEI
- 19h30min Conferência
O professor com visão holística - reflexões e rupturas para a educação de uma nova escola
Prof. Doutorando Nilbo R. Nogueira (PUC- SP)

28 de abril

Quinta-feira

- 8h30min às 12h Conferência
Inclusão: pensamentos atuais e ações possíveis
Profª. Esp. e Mestranda Mônica Pagel Eidelwein (FEEVALE-RS)
- 10h Coffee Break
- 13h30min às 17h Oficinas
- 15h30min Coffee Break
- 17h30min Passelo pelos pontos turísticos de Morro Reuter
Entardecer Literário junto ao Obelisco de Livros
- 19h30min Espetáculo Teatral

29 de abril

Sexta-feira

- 8h30min às 12h Conferência
As muitas leituras possíveis em Alice, Pinóquio e Peter Pan
Escritora Marina Colasanti (RJ)
- 10h Coffee Break
- 13h30min às 17h Oficinas
- 15h30min Coffee Break
- 18h Serenata do Livro
- 19h30min Show Musical com a Banda Bataclã

30 de abril

Sábado

- 8h30min às 10h Mesa Redonda
Narrativas verbais e visuais: a literatura gaúcha em questão
Profª. Drª. Juracy A. Saraiva (UNISINOS-RS),
Prof. Ms. e Ator Messias G. Freitas (FEEVALE-RS)
Profª. Esp. Valéria Koch Barbosa (FEEVALE-RS)
Werner Schünemann (ator, diretor e roteirista)
- 10h Coffee Break
- 10h15min às 12h30min **MATRO-FIT - atividade física (Integração com música e dança)**
Prof. Mestrando Hélio Barbosa (SP)
- 12h30min Encerramento

Oficinas

- 1 Contos maravilhosos: técnicas para trabalhar com bruxas e fadas**
Escritora Marô Barbieri
- 2 Quem canta, seus males espantal**
Profª. Esp. em Educação Infantil Andriara Lemos Lino (UFRGS-RS)
- 3 Espaço e temporalidade: propostas práticas para o ensino de Geografia e História**
Prof. Doutorando Daniel Luciano Gevehr (UNISINOS-RS)
- 4 Psicomotricidade e as inteligências: musicriando o movimento na escola**
Prof. Mestrando Hélio Barbosa (SP)
- 5 Compartilhando experiências com educação de jovens e adultos**
Prof. Elomar Weischung (RS)
- 6 Compartilhando uma experiência de sucesso: A literatura sai da casca**
Profª. Esp. Elizabeth Schmitz Lehmann (FEEVALE-RS)
Profª. Esp. Sabine E. Heller (FEEVALE-RS)
Profª. Esp. Lovani Volmer (FEEVALE-RS)
- 7 A Matemática no cotidiano de nossos alunos**
Profª. Ms. Ana Maria Tagliari (UNISINOS-RS)
- 8 Leitura e produção de textos na escola: trabalhando com gêneros textuais**
Profª. Ms. Martha Dreyer de Andrade Silva (UNISINOS-RS)
- 9 Educação Ambiental: da sala de aula à comunidade**
Prof. Ms. Jackson Müller
- 10 Música, arte e educação**
Prof. Músico e Escritor João Collares (SP)
- 11 Ressignificando a Arte-Educação: o ser, o conhecer e o criar**
Profª. Esp. Cristina Mentz (FEEVALE-RS)
- 12 O brincar em diferentes contextos**
Profª. Esp. Luciane Varisco Focesi
- 13 Ressignificando a avaliação**
Profª. Ms. Maria Celina Melchior (UNISINOS e FAPA-RS)
- 14 A imaginação: uma fortíssima ferramenta pedagógica**
Mágico e Escritor Eric Chartiot

Inscrições

- Taxa de inscrição**
- Até 14/04/2005 - R\$75,00
 - Após essa data - R\$85,00

- Formas de Pagamento**
- Na SMEC: BR 116, no Km216 (Morro Reuter)
 - Depósito/Transferência: Banco 748 - Sicredi Morro Reuter Agência 0101 Assoc. Cultural de Morro Reuter CC 71870-0

- Demais Informações**
- Enviar ficha de inscrição junto com o comprovante de depósito pelo fax 51 569.1455.
 - Em caso de desistência, não haverá devolução da taxa de inscrição.
 - O número de participantes nas oficinas é limitado, assim será obedecida a ordem das inscrições feitas e as opções realizadas, respectivamente.
 - Para outras inscrições, favor copiar esta ficha.

Certificado de 40h • Freqüência mínima: 75%

**ANEXO L – V SEMINÁRIO NACIONAL E IX SEMINÁRIO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO**



V Seminário Nacional e IX Seminário Municipal de Educação

26 a 29 de abril de 2006
Morro Reuter • RS



*O papel do educador
na construção
de uma escola inclusiva*

Programação

26
de abril - quinta-feira

17h30min	Quilomêtrando
19h	Soleneidade de Abertura
19h30min	Conferência Leitura e formação humana - o trabalho de inclusão pela sociedade e pela escola * Prof. Dr. Estevão Theodoro da Silva (URICAMP - SP)
21h	Copartel à moda Mário Quintana

27
de abril - quinta-feira

8h30min	Apresentação Cultural
8h45min	Conferência Educar para competências é condição ética da inclusão social * Prof. MS Vasco P. Moretto (DF)
10h às 10h20min	Intervalo
10h20min	Continuação dos trabalhos com o Prof. MS Vasco P. Moretto
11h30min	Apresentação Cultural
13h30min	Mostra de trabalhos: Entre estrelas e letras Programa de valorização da leitura e da escrita, promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Morro Reuter - Coordenação: Prof. Dr. Juracy Assmann Saralva (SMEC - Morro Reuter - RS)
14h às 15h30min	Conferência Um olhar inclusivo sobre os educandos * Prof. Dr. Miguel G. Arroyo (UFMG - MG)
15h30min às 15h50min	Intervalo
15h50min às 17h	Continuação dos trabalhos com o Prof. Dr. Miguel G. Arroyo
19h	Espectáculo Circense Thoil - Imagem e sonho

Certificado de 40h • Frequência mínima: 75%

28
de abril - sexta-feira

8h30min às 12h	Oficinas e grupos de estudos
10h às 10h20min	Intervalo
13h30min às 17h	Oficinas e grupos de estudos
15h30min às 15h50min	Intervalo
19h	Espectáculo de dança Viajando com o Andanças (UFRGS)

29
de abril - sábado

8h30min	Apresentação Cultural
8h45min às 10h	Conferência Todos podem aprender? Prof. Dr. Ester Pillar Grossi - RS
10h às 10h20min	Intervalo
10h20min às 11h45min	Conferência Brincar é coisa séria? Prof. Esp. Edinho Paraguassu (FAAP - SP)
11h45min	Solenidade de Encerramento do Seminário

Grupos de estudos

Grupo A "Fracasso" escolar: (reperando esta questão a partir da psicanálise, (Professores em geral)
Prof. Dra. Denise Quaresima (FEEVALE - RS)

Grupo B Avaliação como uma relação de ajuda. (Séries Iniciais)
Prof. Especialista Adriane Luisa Brevia (FEEVALE)

Grupo C Psicopedagogia e alfabetização - contribuições para a prática pedagógica. (Professores alfabetizadores)
Psicopedagoga Célia Maria dos Reis Correa (SMEC - Morro Reuter - RS)

Grupo D Inclusão - o que muda no plano didático. (Professores em geral)
Prof. Doutora Rossana Ramos (Escola Viva - SP)

Observações: • Cada professor participante do Seminário poderá optar por uma ou mais de um grupo de estudos.
• As oficinas serão mais práticas e os grupos de estudos terão um caráter mais reflexivo.

Conferências



Oficinas

- 1 **Matemática - a construção do conhecimento e a organização da ação pedagógica em um perspectiva interdisciplinar.** (Professores das séries iniciais)
Prof.^a Mestra Ana Cristina Souza Rangel (Uniritter - RS)
- 2 **Literatura é brincadeira?** (Professores de Educação Infantil e séries iniciais)
Prof.^a e escritora Marô Barbieri (RS)
- 3 **A arte de contar histórias.** (Professores em geral)
Prof. Doutorando e escritor Celso Sisto (UNOESC - SC)
- 4 **Multirecreação.** (Professores em geral)
Prof. Especialista Roberto Marques (Chocolate) - MG
- 5 **Informática educativa: o uso das tecnologias em um ambiente de interação.**
Prof. Luiz Elcides Cardoso da Silva (UNISC - RS)
- 6 **O corpo e sua interação com o mundo.** (Professores de Educação Infantil a 4ª série)
Arte-educador, cantor e compositor Beto Herrmann - RS
- 7 **Brincar ou jogar, incluir ou excluir?** (Principalmente para os professores de Educação Física)
Prof. Especialista Edinho Paraguassu (FAAP - SP)
- 8 **Estratégias mágicas para a sala de aula.** (Professores em geral)
Prof. Mestre, mágico e escritor Eric Chartiot - RS
- 9 **Literatura? E agora? Descobrimos novas abordagens.** (Professores de Língua Portuguesa e Literatura)
Prof.^a Doutora Marinês Kuhn (FEEVALE - RS)
- 10 **Língua portuguesa: um jeito diferente de aprender.** (Professores de Língua Portuguesa)
Prof.^a Doutoranda Simone Schneider (FEEVALE - RS)
- 11 **Nas trilhas da educação ambiental.** (Principalmente para os professores de Ciências)
Prof.^a Mestra Cristiane Fensterseifer Brodbeck - RS
- 12 **A inclusão a partir da construção espacial - prosa e poesia na geografia.** (Principalmente para os professores de Geografia)
Prof. Doutor Antônio Carlos Castrogiovanni - RS
- 13 **O tempo e o espaço do brincar na escola e na brinquedoteca.** (Professores de Educação Infantil e séries iniciais)
Prof.^a Mestranda Rosane Romanini - RS
- 14 **Formando leitores competentes na EJA.** (Principalmente para os professores que trabalham com a EJA)
Professores da Rede Municipal de Morro Reuter - RS
- 15 **Psicomotricidade relacional - uma nova perspectiva para a inclusão na classe regular.** (Professores em geral)
Professoras da Rede Municipal de Morro Reuter - RS



Locais

- Conferências: acontecerão na Comunidade Católica de Morro Reuter - Rua João XXIII.
- Espetáculos: à noite, acontecerão no Ginásio Municipal de Esportes - Rua 1º de maio.
- Oficinas: nas Escolas Municipais de Morro Reuter e na Brinquedoteca.

Os participantes serão levados, por transportes que estarão a serviço do evento, para os locais das oficinas.
Durante o evento, acontecerão atividades recreativas com o professor Chocolate.

ANEXO M – REVISTA NOVA ESCOLA – EDIÇÃO 192, MAIO 2006

CADA UM APRENDE DE UM JEITO

Professores propõem a alunos de 1ª a 8ª série com deficiência as mesmas atividades planejadas para os demais

Meire Cavalcante

A lei é categórica: todas as crianças e jovens de 6 a 14 anos devem estar matriculados na rede regular de ensino, sem exceção. Entre os objetivos que se apresentam, está o de ensinar os conteúdos curriculares de uma forma que permita também aos que têm deficiência mental aprender. Para alcançá-lo, é necessário respeitar o ritmo e os limites de cada aluno e propor as mesmas atividades a toda a turma - incluindo os estudantes que têm deficiências como síndrome de Down, síndrome de Williams e autismo. Algumas estratégias utilizadas pela Escola Viva, em Cotia (SP), e pela EMEF Professor Francisco Weiler, em Morro Reuter (RS), permitem que essas crianças e jovens não freqüentem as aulas apenas como um passatempo ou uma atividade de recreação.

O conceito de inclusão deve estar contemplado no projeto pedagógico da escola. Atividades com esse propósito se encaixam no dia-a-dia dos professores e alunos (veja os quadros desta página e das seguintes) e tendem a dar resultados a longo prazo. Na Escola Viva, por exemplo, todos os alunos com deficiência têm exatamente os mesmos materiais que os demais, garantindo que ninguém se sinta discriminado.

João Gabriel Uemura, 16 anos, é aluno da 8ª série e no começo do ano fez questão de que a mãe comprasse para ele cadernos para todas as disciplinas, mesmo não sabendo ler e escrever de forma convencional. Assim como os colegas, João colou nas capas imagens de seus heróis preferidos. Isso o faz se sentir parte do grupo.

O simples fato de ter o material já ensina. Certa vez, Diogo Mitsuro Nakagawa, 15 anos, aluno da 8ª série, disse a Rossana Ramos, diretora da escola: "Amanhã é sábado e eu vou passear com meu pai". A diretora perguntou como ele sabia que o dia seguinte seria um sábado. Ele respondeu: "Porque hoje teve apostila de Sociologia. Então hoje é sexta-feira". Segundo Rossana, ter um material que estabelece a rotina da escola deu a esse aluno a noção de tempo. "Essa foi a aprendizagem dele naquele momento."

Escrita própria

Outra preocupação constante dos professores é pedir que esses estudantes escrevam, não importa como ou o quê. Na Escola Viva acredita-se que todos podem avançar e cada progresso é percebido e comemorado. Apesar de também ter baixa visão, João usa todos os cadernos e não deixa de registrar uma lição sequer. Quando entrou na escola, há cinco anos, as páginas eram repletas de desenhos e rabiscos. Nesse tempo, ele aprendeu a escrever seu nome, percebeu que a escrita se faz da esquerda para a direita e passou a rabiscar no caderno pautado "minhoquinhas" (a chamada escrita social), que iam do começo ao fim da linha. Hoje, ele reconhece que os textos são compostos de muitas palavras. Por isso, ele dispõe diversas "minhoquinhas" na mesma linha. Para deixar o caderno organizado e bonito, João sempre coloca "título" e "data" nos trabalhos, com canetas de cores diferentes. "No caderno de Matemática, no entanto, ele só usa números", conta Rossana.

A proposta pedagógica leva em conta também as necessidades de adaptação dos alunos com deficiência a pessoas e ambientes novos. É comum essas crianças e jovens, assim que entram na escola regular, não quererem permanecer mais do que cinco minutos dentro da sala de aula, terem comportamento agressivo ou se refugiarem no isolamento. Quando chegou à adolescência, muitas vezes Davi Nascimento da Silva, hoje com 15 anos, aluno da 8ª série, não queria nem saber de entrar na classe. Não conversava, apenas passeava pelos corredores ou ficava sentado no parque, onde ele se sentia mais à vontade.

Em vez de insistir para que Davi permanecesse em sala, os professores levavam a turma para o parque e lá davam suas aulas. Isso ajudou muito o garoto a se aproximar do grupo. A equipe da escola se orgulha dos progressos do menino. Hoje ele conversa, brinca e joga bola com os colegas, participa de todas as aulas - do lado de dentro da sala - e respeita a rotina e as regras comuns a todos. "Nos dias em que o Davi está mais agitado, deixamos que ele saia um pouquinho da sala. Ele dá um passeio, volta e retoma as atividades", afirma a coordenadora, Daniela Jarandilha.

Na escola Professor Francisco Weiler, o cuidado com o outro faz parte da rotina da garotada. Nas salas em que há estudantes com deficiência, os professores organizam um rodízio para determinar quem vai auxiliar o colega a cada dia.

E essa mãozinha não se limita às tarefas de classe. O ajudante da vez acompanha o amigo na hora da merenda, escolhe um livro e conta a história para ele ou o ajuda a ir ao banheiro. "Eles se sentem importantes com essa atribuição e é esse sentimento que queremos despertar", afirma a diretora, Dayse Eckhard Bondan.

A participação da família

A aprendizagem sobre a importância da inclusão chega até os pais. "Eles aprovam a experiência diária dos filhos. Muitos contam que as crianças se tornam mais cooperativas", constata Dayse. A mudança de atitude é fruto de muita conversa e da parceria com as famílias. No início das aulas, os pais participam de uma reunião em que a equipe pedagógica explica os procedimentos da inclusão e qual o papel da garotada nessa área. Ao longo do ano, também assistem a quatro seminários, em que podem tirar dúvidas e sugerir temas de discussão.

Todas essas diretrizes fazem das duas escolas espaços abertos às diferenças. Nelas, as crianças com deficiência ganham muito, pois são estimuladas constantemente a avançar e as demais aprendem a respeitar os colegas. Os pais, que estudaram em escolas onde a convivência com as diferenças não fazia parte da proposta, têm a oportunidade de aprender junto com os filhos um comportamento solidário e cidadão.

Cor no material



Foto: Daniel Aratangy

Crianças e jovens com deficiência mental geralmente têm dificuldade de se concentrar por muito tempo. Para prender a atenção delas, são recomendadas atividades dinâmicas e que envolvam muitas cores. Leila Splendore, coordenadora de Matemática da Escola Viva, tem uma estratégia simples: usar giz colorido ao escrever no quadro e dar lápis de cor e canetinhas para os alunos fazerem seus registros nos cadernos. Ela também cria jogos com tabuleiros bem coloridos em que utiliza elementos do cotidiano da turma: números de duas casas, que podem ser relacionados à idade dos alunos, e papéis representando cédulas de real.

Trabalho em grupo



Foto: Tamires Kopp

A criança com deficiência mental deve ser solicitada a participar de todos os projetos junto com a turma. Na escola Professor Francisco Weiler, a professora da 2ª série Joice Mallmann organiza as crianças sempre em grupos, para estimular a colaboração entre todos e integrar Bianca Amado Farias (à esquerda), 8 anos. Na hora

de produzir um jornal sobre Morro Reuter, o município gaúcho onde mora, ela ajudou a escrever os textos e também a fazer as ilustrações, tudo com muito capricho.

Portfólio exhibe os avanços

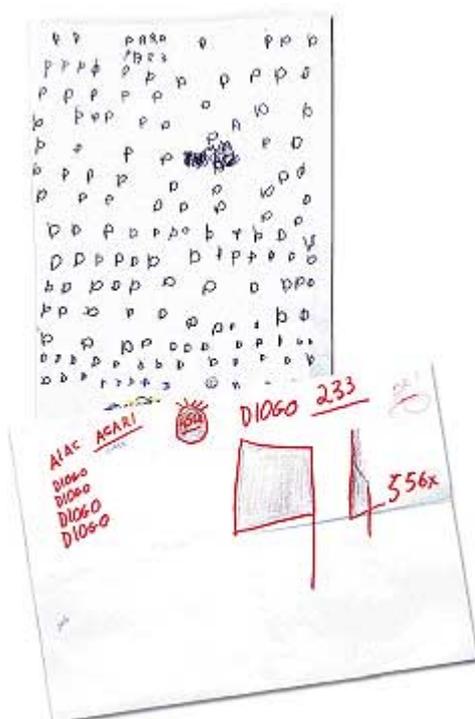


Foto: Daniel Aratany

Fazer um portfólio com as produções da garotada durante sua permanência na escola é fundamental para ajudar a acompanhar o progresso de cada um e planejar novas intervenções. No caso das crianças com deficiência mental, esse recurso mostra que elas também avançam - o que é animador para seus professores. Em 2003, Diogo, aluno da 8ª série da Escola Viva, escrevia uma letra em cada página do caderno. Agora, ele já assina o nome, usa números e escreve algumas palavras com várias letras.

Hora do faz-de-conta



Foto: Tamires Kopp

A professora Joice sempre sugere às crianças inventar as próprias brincadeiras. Nada está pronto: elas têm de usar, por exemplo, almofadas, bexigas, fantasias, tecidos e papéis.

No início de 2005, quando entrou na escola, Bianca (à direita) apenas observava essas atividades. Com a insistência dos coleguinhas, ela hoje participa, sorridente, e escolhe as roupas que quer vestir. Brinca de princesa

e, ao final, senta em roda com os colegas e a professora para contar o que fez. A garota já participa da fantasia dos amigos e ensaia as próprias.

Os cinco sentidos



Foto: Daniel Aratangy

Utilizar materiais com diferentes texturas, estimular o olfato dos alunos e fazê-los aguçar os ouvidos são estratégias valiosas. Para divertir a turma do 1º ano do Ensino Fundamental e prender a atenção de Clayton Deuschle (segurando o livro), 10 anos, a professora Juliana Zimmer, da escola Professor Francisco Weiler, inicia as aulas com dança e canto. Na hora da leitura, ela pede que as crianças façam gestos e produzam sons relacionados ao enredo.

Atividade manual



Foto: Tamires Kopp

Quando um aluno termina a atividade antes dos colegas, pode começar a tumultuar a aula ou tirar a concentração dos demais. A criança com deficiência mental não é diferente. Ela muitas vezes perde o interesse pelas tarefas. Por isso, é importante sempre deixar na sala materiais de artes para que todos possam colar, pintar, desenhar, moldar ou bordar no tempo livre.

Essas atividades ajudam também a melhorar a concentração dos alunos com deficiência. No contato com a arte, Valentina Chaluleu, 15 anos, aluna da 7ª série da Escola Viva, aprimora a concentração e demonstra interesse pelas tarefas.

Atividades inclusivas...

- Fazem os alunos com deficiência mental avançarem dentro de seus limites.
- Mostram que todos são parte importante do grupo.
- Estimulam o respeito e a cooperação.

Quer saber mais?

Contatos

EMEF Professor Francisco Weiler, Rod. BR 116, 1064, 01064-000, Morro Reuter, RS, tel. (51) 3569-1540

Escola Viva, Av. Inocêncio Pires de Oliveira, 862, 06725-105, Cotia, SP, tel. (11) 4611-0515

Bibliografia

Passos para a Inclusão, Rossana Ramos, 48 págs., Ed. Cortez, tel. (11) 3864-0404, 9 reais

Gostou desta reportagem? Assine NOVA ESCOLA
e receba muito mais em sua casa todos os meses!

Publicado em NOVA ESCOLA Edição [192](#), Maio 2006.

Disponível em: <<http://acervo.novaescola.org.br/formacao/cada-aprende-jeito-424484.shtml>>. Acesso em: jan. 2016

ANEXO N – REVISTA NOVA ESCOLA –OUTUBRO 2006

OS AVANÇOS DE UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Aos 7 anos, este garoto atento ao exercício nem sequer pronunciava o próprio nome: Henrique. Sua família pouco sabia como ajudá-lo. Na escola, ele pôde conhecer a si mesmo, o manejo das coisas, as outras crianças... Estudar foi a primeira porta aberta para o desenvolvimento, que ele encontrou num ensino que respeita o tempo de cada um.

Débora Didonê



"Antes, jogos, letras e cores não queriam dizer nada para mim...mas agora, que estou na escola, fazem parte da minha vida" Henrique Michel da Silva, 10 anos. Foto: Gustavo Lourenção

"Hoje a escola é a sua casa", conta Regina Graner, professora da 4ª série da EMEF Professor Taufic Dumit, em Piracicaba, a 160 quilômetros de São Paulo. "Ele conversa, participa das aulas e troca idéias com os colegas." Para Henrique Michel da Silva, é uma grande conquista. Aos 10 anos, está aprendendo a comandar a própria vida, que antes era dominada pela deficiência mental. Além de ter dificuldade para falar e se fazer entender, ele não conseguia comer nem se vestir sozinho. Sua mãe achava isso um impedimento insuperável. "Ele sempre foi mais lento para aprender as coisas", justificava a dona-de-casa Elisângela de Fátima Oliveira da Silva quando era indagada pela professora do filho.

Elisângela não imaginava do que Henrique seria capaz se fosse incentivado de maneira adequada. Foi com a ajuda da professora Marta Giuste da Silva, na 1ª série, que ele conseguiu dizer seu nome claramente pela primeira vez. "Comecei um trabalho com ele desde a pronúncia", diz a educadora. Daí em diante, o processo deslançou. O menino revelou-se um dedicado aprendiz na sala de aula, daqueles que não se calam cada vez que têm uma dúvida. Ao mesmo tempo, a professora conversou muito com a mãe de Henrique e conscientizou-a de que a escola regular tinha a obrigação de receber seu filho.

Na sala de apoio, o garoto contou com uma professora para ajudá-lo a se desenvolver no que tinha mais dificuldade. Com o tempo, passou a ler histórias por meio de imagens e a contá-las aos amigos. "Ele já monta pequenas frases, desenha e organiza livrinhos", diz a educadora especializada Maria Aparecida Valelongo Cunico.

Há pouco tempo, o destino provável de Henrique seria uma classe só com crianças com o mesmo quadro de retardo mental. Hoje, seu direito de estudar na escola regular vem sendo respeitado, ainda que falte à maioria das pessoas entender o que é deficiência mental. "É um atraso na adaptação ao aprendizado, ao convívio social e às funções motoras", explica o psiquiatra José Belisário Cunha, da Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil (Abenepi), em Belo Horizonte.

Quem tem deficiência é capaz de muita coisa: ler, escrever, fazer contas, correr, brincar e até ser independente. "A grande novidade é que, se a criança for estimulada a descobrir seu potencial, as dificuldades deixam de persistir em tudo o que ela faz", afirma Belisário. Ou seja, ela precisa de novos desafios para aprender a viver cada vez com mais autonomia. E não há lugar melhor do que a escola para isso. Qual o papel do professor nessa história? Em primeiro lugar, bancar o desconfiado. O diagnóstico de deficiência mental não determina o potencial da criança. "Pode ser que o aluno não apresente na escola os problemas que tem em casa. Isso resulta, muitas vezes, da falta de acompanhamento da própria família", diz Belisário. Por exemplo, como uma criança consegue desenvolver a fala se a família não conversa com ela?

Nas aulas de leitura, a professora aproveitava a empolgação de Henrique para ajudá-lo a se desinibir na frente dos amigos. "Ele foi se soltando até conseguir divertir a turma toda com uma história", diz ela. O garoto dava um toque de emoção às tramas, como quando encenava o sopro do lobo na casa dos três porquinhos. "A classe toda aplaudia", lembra Marta. Henrique nunca faltou a uma só aula.



Ígor tem espaço para desenvolver suas melhores habilidades na escola: ao mesmo tempo que treina oralidade por meio da leitura e da contação de histórias, mostra-se fera na associação de imagens exigida em jogos de memória. Foto: Gustavo Lourenção

INDEPENDENTE DESDE CEDO

É muito comum a família de uma criança com deficiência querer fazer tudo por ela. "É difícil se conter diante das dificuldades", diz Belisário. "Mas na escola, no meio da garotada, qualquer um aprende a se virar sozinho." Para o psiquiatra, as instituições e classes especiais não colheram grandes frutos justamente por terem assumido o papel de protetoras. Ir ao banheiro sozinho, fazer exercícios em grupo e brincar no recreio são estímulos que contribuem para o desenvolvimento intelectual do aluno.

O casal de agricultores gaúchos Marlene e Reni Wasen, da cidade de Sapiranga, na Grande Porto Alegre, soube de antemão que seu filho viria ao mundo com síndrome de Down, provocada por uma anomalia genética. Ígor Wasen, 9 anos, aprendeu muita coisa desde cedo. Começou a andar com 1 ano e 7 meses e parou de usar fraldas quando ainda era bebê. Na creche, tomava banho e vestia-se sozinho. Ele cresceu e continuou independente.

Nos bailes da cidade, aonde vai até hoje com a família, desgarra-se dos pais para dançar e comprar refrigerante. "Não se perde nem no meio de mil pessoas", diz a mãe. Quando não tem muita lição de casa, o guri se oferece para ajudar os pais a carregar lenha.

Mesmo com esses precedentes animadores, o garoto surpreendeu Marlene e Reni quando escreveu seu nome logo no início da 1ª série da EMEF Pastor Frederico Schasse, em Morro Reuter, a 80 quilômetros da capital gaúcha. Ígor já escreve um pouco em português, mas, na hora de falar, o

idioma alemão é praticamente lei na comunidade onde vive. "Só falamos português quando tem visita", diz a mãe.

Em decorrência da síndrome de Down, o menino tem alguma dificuldade de se expressar. Ainda bebê, começou a ir à fonoaudióloga na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) para tratar o distúrbio. Até hoje, visita uma especialista toda semana.

E, na sala de aula, dá-lhe ouvir histórias. Assim, a professora Dirce Sauzen o estimula a conversar sobre elas com os colegas.

Ígor ainda tem pouca destreza com as letras, mas se sai muito bem em jogo de memória e no quebra-cabeças. Quando percebeu a facilidade do garoto para associar pecinhas, a professora aproveitou para reunir materiais que tivessem desenhos, palavras e números. "Ele consegue resolver mais rápido os exercícios que exigem montagem e organização", conta Dirce.



Danielle adora dançar, fazer teatro e, no atletismo, já participou de várias corridas: "Sou o orgulho dos meus pais".
Foto: Gustavo Lourenção

ATLETA, ATRIZ E BAILARINA

Ígor é prova de que a deficiência pode falar mais alto numa habilidade, mas pouco influi em outras. "Se um aluno se dá mal em Matemática, pode ter afinidade em área que não depende do raciocínio lógico", afirma Belisário. A maranhense Danielle Batista Gonçalves, 17 anos, passou 12 deles na Apae por causa da síndrome de Down. Sua evolução foi mais lenta que a de Ígor. Começou a andar aos 7 anos e a falar aos 9. Aos 12, escreveu o nome pela primeira vez. "Foi aí que me dei conta de que ela precisava estudar", diz a mãe, Maria Lucimar Batista Gonçalves. Hoje, na 8ª série da Unidade Integrada Rubem Goulart, em São Luís, a adolescente posa orgulhosa para fotos ao lado dos troféus que conquistou em duas competições de maratona feitas nas ruas da cidade. A campeã nunca deixou de ir à Apae, onde faz cursos e apresentações de dança e teatro. "Gosto muito de atividade física. Só Matemática que acho difícil", diz Danielle.

O ingresso na escola regular não foi nada fácil. Até hoje a menina chora quando não consegue responder oralmente a uma pergunta. "Ela se sai melhor com questões de múltipla escolha", diz o professor de Geografia Daniel Mendes Pereira, que sempre pensa numa maneira de a estudante participar dos exercícios sem medo. Nas aulas de Língua Portuguesa, a afinidade da jovem com a escrita rendeu até um prêmio no festival de poesia da escola.

Maria Lucimar sempre se dedicou à filha. Colocou-a na Apae aos 8 meses sem esperar que ela fosse aprender algo. Um dia, ela e o marido, pais adotivos da menina, leram no jornal que crianças com deficiência teriam o direito garantido de entrar na escola regular. Agora, Maria Lucimar desata a falar das qualidades da filha: "Ela conversa bem, participa dos trabalhos, é aplicada nos deveres, pesquisa nos livros e ganha prêmios". E se derrama em lágrimas quando vê Danielle dançar.

Atividades e estratégias

PROPORÇÃO

O desenvolvimento da coordenação motora pode ser mais lento em crianças que têm deficiência mental. Uma das maneiras de estimular o aluno a dominar seus movimentos é fazê-lo escrever o nome em folhas de papel de diferentes tamanhos. Assim, ele também visualiza a necessidade de aumentar ou diminuir a letra de acordo com o espaço.

INTEGRAÇÃO

É muito comum uma criança com deficiência mental ter problemas de oralidade. Por isso, aulas que estimulem o aluno a contar histórias são bem-vindas. É importante dar continuidade à atividade com bate-papos na classe sobre os personagens ou sugerindo que os estudantes dêem o próprio final à trama e o apresentem aos colegas. A atividade deve sempre ser feita com a turma toda.

VARIEDADE: Diversifique os meios de acesso ao conteúdo na sala de aula. Crianças com deficiência mental (e sem deficiência também) nem sempre aprendem por meio de folhas com exercícios impressos, livros didáticos ou material concreto de Matemática. Elas podem se identificar mais com músicas, passeios, desenhos, vídeos ou debates.

Quer saber mais?

CONTATOS

EMEF Pastor Frederico Schasse, BR 116, km 216 (Secretaria de Educação), 93990-000, Morro Reuter, RS, tel. (51) 3569-1455

EMEF Professor Taufic Dumit, R. Macatuba, s/no, Piracicaba, SP, 13408-194, tel. (19) 3425-6064
Unidade Integrada Rubem Goulart, R. Seis, s/no, 65053-503, São Luís, MA, tel. (98) 3225-9020.

BIBLIOGRAFIA

Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down, Maria Antonieta Voivodic, 176 págs., Ed. Vozes, tel. (11) 6693-7944, 27,20 reais

Práticas Pedagógicas na Educação Especial, Anna Maria Lunardi Padilha, 210 págs., Ed. Autores Associados, tel. (19) 3289-5930, 33 reais.

Gostou desta reportagem? Assine NOVA ESCOLA e receba muito mais em sua casa todos os meses!

Publicado em outubro 2006. Título original: O tempo de cada um

Disponível em: <<http://acervo.novaescola.org.br/formacao/tempo-cada-424559.shtml>>. Acesso em: jan. 2016.